



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E
EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA
RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU,
NO PERÍODO DE 2003-2015: um estudo de caso**

BRUNA CASSOL

Cascavel - PR
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E
EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA
RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU,
NO PERÍODO DE 2003-2015: um estudo de caso**

Bruna Cassol

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Social e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr(a). Francis Mary Guimarães Nogueira

Cascavel – PR
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Cassol, Bruna

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guarâniaçu, no período de 2003-2015 : um estudo de caso / Bruna Cassol; orientador(a), Francis Mary Guimarães Nogueira, 2019.
154 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. PNAE. 2. Agricultura familiar. 3. Alimentação escolar. I. Nogueira, Francis Mary Guimarães. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BRUNA CASSOL

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA
RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU
NO PERÍODO DE 2003-2015: ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Francis Mary Guimarães Mogueira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Raquel Rosalva Gatti

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Maria Lucia Frizon Rizzotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 29 de março de 2019

DEDICATÓRIA

À minha família, que junto comigo, idealizou esse momento e ajudou a conquistá-lo. A vocês dedico todo meu amor e gratidão!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela minha vida, minha família e por meus amigos.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, pela honra de participar de um Programa de Mestrado de uma universidade pública e pela oportunidade de adquirir os conhecimentos, os quais levarei não somente para minha vida profissional, mas para minha formação enquanto pessoa. Tenho imenso orgulho em ter estudado em universidades públicas, das quais guardo muito carinho. Eu defendo a Universidade pública e gratuita.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), e assim estendo a todos os professores do corpo docente do Programa, que trabalham incansavelmente pelo fortalecimento da pesquisa na área. Obrigado pelas aulas ministradas, pelos conhecimentos compartilhados e pelos momentos de reflexão muito importantes para a minha construção acadêmica e de pesquisadora.

A minha Orientadora, Professora Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, por todas as suas contribuições neste trabalho e, mesmo em meio às dificuldades no meio do caminho, soube conduzi-lo com tanto zelo.

Às professoras membros da Banca de Qualificação e Defesa, Raquel Rosalva Gatti e Maria Lucia Frizon Rizzotto, pelos apontamentos necessários e extremamente importantes para o êxito desta dissertação.

Aos meus pais, Justina e Hermes, pelo carinho e apoio constantes durante esta caminhada; por sempre incentivarem o estudo e o aprimoramento em todas as etapas da minha vida; pelas palavras de incentivo nos momentos de cansaço. Tenho certeza que estão orgulhosos por esta conquista.

Às minhas irmãs, Juliane e Karlla pelas discussões calorosas, pelas correções nas diversas versões do texto, pelas dicas valiosas de português e metodologia e por sempre acreditarem que a especialização é importante para a formação do indivíduo.

Ao meu companheiro de vida Alexssandro, pelo amor, carinho e incentivo em todas as minhas decisões e por estar ao meu lado nos melhores e piores momentos da nossa vida.

Aos colegas de mestrado, pelas angústias compartilhadas durante os encontros, pelos cafés recheados de guloseimas nos intervalos das aulas, e pelos momentos de descontração durante estes dois anos. Em especial meu carinho por Carla, Catarina, Marinez, Thamiris, Vanessa, Elton, Taisa, Solange, Carolina, e outros que não foram mencionados. Obrigado pelos momentos vividos.

Aos meus colegas de trabalho, que me acompanharam durante estes dois anos, me dividindo entre trabalho e estudos, sempre me motivando a finalizar esta etapa de vida.

Aos participantes desta pesquisa, pela humildade em compartilhar suas experiências, seus saberes empíricos, que tanto contribuíram para este escrito. Obrigado às merendeiras e aos agricultores familiares pelas ricas contribuições durante o percurso desta pesquisa.

A todos os funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Guaraniaçu, que me acolheram com tanto carinho e que forneceram dados, documentos, fotografias que contribuíram para ilustrar uma prática de cuidado com o ser humano a ser espelhada por outros municípios brasileiros.

À nutricionista do PNAE do município de Guaraniaçu, Elize Mota, por abrir as portas e mostrar todo o seu trabalho em prol de uma alimentação saudável para as crianças do município.

À interlocutora da Cooperativa da agricultura familiar, Cristiane Hones, pela competência com que desenvolve seu trabalho, pelo compromisso com os agricultores familiares do município, e pelas contribuições tão relevantes para este estudo.

Enfim, a todos que contribuíram para que este trabalho fosse realizado, de forma direta ou indireta, meu muito obrigado!

“Gosto do cata-vento, que
quando venta, mostra que o
invisível me movimenta.”

Clarice Freire

CASSOL, BRUNA. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2019.

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) mais importantes no Brasil. A execução do PNAE ao longo dos anos vem garantindo o acesso a alimentos para milhões de estudantes em todo o território nacional, durante o período em que estes estão na escola. Entre o período de 2003-2015, o Programa passou por ampla reformulação na sua estrutura e gestão, como a inserção do nutricionista como responsável técnico e a extensão da merenda escolar para alunos matriculados em creches e educação de jovens e adultos (EJA). Outro importante avanço do PNAE foi a implantação da lei nº11.947/2009, que garantiu a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo 30% de produtos da Agricultura Familiar (AF) e dos assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas para a merenda escolar. Dessa forma, o presente estudo objetivou-se a analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a Agricultura Familiar (AF), no Município de Guaraniaçu – PR, na escola Municipal Jean Piaget e na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, no período de 2003-2015. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa, envolvendo estudo de caso, pesquisa documental e bibliográfica e observação de campo. Na investigação de campo aplicou-se questionários e entrevistas com agricultores familiares, merendeiras, nutricionista, gestores de educação e líderes envolvidos na dinâmica da cooperativa de AF, denominada Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu (COOAFASG). Para garantir a interação com o contexto da pesquisa, aconteceram visitas nas escolas e no centro de comercialização permanente da agricultura familiar, que também é local para entrega dos produtos para a merenda escolar. Os dados coletados foram interpretados com base na análise de conteúdo na modalidade temática de Minayo (2007), das quais resultaram em três categorias temáticas. Constatou-se que o cooperativismo da AF neste município foi incentivado e fortalecido pelos gestores públicos. As compras de gêneros alimentícios para a merenda escolar provenientes da AF foram de 97,87% no ano de 2015. Entre os anos de 2010 a 2017, a média de aquisição dos produtos da AF do município foi de 64,83%, valor acima do recomendado pela lei nº11.947/2009. A escola da cidade apresentou maior presença de produtos da AF na alimentação das crianças, enquanto a escola do campo possui dualidade na modalidade de ensino, implicando em dificuldades de acesso de produtos da AF comprados pela rede estadual. O município acaba fazendo a complementariedade na merenda escolar com produtos da AF. Verificou-se também que a parceria entre a AF e a alimentação escolar promoveu desenvolvimento rural para as famílias produtoras e variedade de alimentos naturais e regionais no cardápio das escolas, bem como a promoção de alimentação saudável nas escolas estudadas. Considera-se, portanto, que o PNAE representa uma política pública capaz de garantir a formação de hábitos alimentares

saudáveis nas crianças, por meio do consumo de alimentos naturais, frescos e regionais, criando hábitos que podem se projetar para a vida adulta.

Palavras-chave: PNAE. Agricultura Familiar. Alimentação escolar.

CASSOL, BRUNA. **The National School Food Program (Pnae) and its relationship with family agriculture in the Municipality of Guaraniaçu, in the period 2003-2015: a case study.** Dissertation (Master's degree in education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, State University of Western Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2019.

ABSTRACT

The National School Food Program (popularly known as PNAE in Brazil) is one of the most important public policies for food and nutrition Security (SAN) in Brazil. The implementation of the PNAE over the years has ensured access to food for millions of students throughout the country, during the period in which they are in school. Between the period of 2003-2015, the program underwent a wide reformulation in its structure and management, such as the insertion of the nutritionist as technical responsible and the extension of school meals for students enrolled in daycare centers and education for young people and Adults (EJA). Another important advancement of the PNAE was the implementation of the Law n^o 11.947/2009, which ensured the mandatory acquisition of, at least 30% of products of family farming (PA) and settlements of agrarian reform, indigenous communities and Quilombolas for the School lunch. Thus, the present study aimed to analyze the National School Feeding Program (PNAE) and its relationship with family farming (PA), in the municipality of Guaraniaçu-PR, at the Jean Piaget Municipal School and at the Municipal School of Campo Aracy Marques Linares, in the period of 2003-2015. For this, a qualitative research was conducted, involving case study, documental and bibliographic research and field observation. In the field investigation we applied questionnaires and interviews with family farmers, merendeiras, nutritionist, education managers and leaders involved in the dynamics of the PA cooperative, called the Cooperative of Family Agriculture Solidarity of Guaraniaçu (COOAFASG). To ensure interaction with the context of the research, there were visits in schools and in the Permanent Commercialization Center of Family Farming, which is also a place to deliver products for school meals. The collected data were interpreted based on the content analysis in the Minayo thematic modality (2007), which resulted in three thematic categories. It was found that the cooperativism of PA in this city was encouraged and strengthened by public managers. The purchases of foodstuffs for school meals from the PA were 97.87% in the year 2015. Between the years 2010 to 2017, the average acquisition of the products of the PA of the municipality was 64.83%, value above the recommended by Law n^o 11.947/2009. The city school presented a higher presence of PA products in the feeding of children, while the school of the field has duality in the modality of teaching, implying difficulties to access the products of PA bought by the state network. The municipality ends up doing the complementarity in school meals with products from the PA. It was also found that the partnership between PA and school feeding promoted rural development for producing families and variety of natural and regional foods on the school menu, as well as the promotion of healthy eating in schools Studied. It is

therefore considered that the PNAE represents a public policy capable of guaranteeing the formation of healthy eating habits in children, through the consumption of natural foods, fresh and regional, creating habits that can be projected for adulthood.

Keywords: PNAE. Family Farming. School Feeding.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Modelos e características principais da agricultura brasileira	38
Quadro 2. Distribuição dos recursos financeiros executados (em milhões de reais) e do número de alunos atendidos pelo PNAE no período de 2003 a 2015.	57
Quadro 3. Valores per capita/aluno/dia para atendimento do PNAE, por modalidade de ensino.....	65
Quadro 4. Amostra da pesquisa de campo.....	80
Quadro 5. Categorias iniciais.....	85
Quadro 6. Categorias intermediárias.....	86
Quadro 7. Categorias finais.	87
Quadro 8. Progressão das categorias.....	89
Quadro 9. População do Município de Guaraniaçu, de acordo com o tipo de domicílio e sexo (Censo, 2010).....	93
Quadro 10. Percentual de recursos financeiros destinado à compra de produtos da AF no município de Guaraniaçu/PR entre os anos de 2010 a 2017.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Princípios do PNAE	69
Figura 2. Diretrizes do PNAE.....	70
Figura 3. Localização do Município de Guaraniaçu no Estado do Paraná.	92
Figura 4. Organograma de distribuição dos alimentos da AF nas escolas municipais de Guaraniaçu-PR.....	103
Figura 5. Alimentos produzidos pela AF que vão para a merenda escolar no município de Guaraniaçu – PR.....	114
Figura 6. Produtos da AF separados para serem distribuídos nas escolas municipais de Guaraniaçu.....	114
Figura 7. Veículo de transporte da merenda escolar para as escolas.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de alunos matriculados na Rede Municipal	95
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFAMIG	Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu
AF	Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANE	Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
CMDRSs	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CME	Campanha de Merenda Escolar
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOAFASG	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEPAR	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCN	Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Estudante
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação – MEC
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PCCN	Programa de Combate às Carências Nutricionais
PFZ	Programa Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLCC	Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes

PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
RT	Responsável Técnico
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTE	Unidade Técnica Estadual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Objetivos	22
Objetivo geral	22
Objetivos específicos	22
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL, AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTRAPONTO AO AGRONEGÓCIO E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	25
1.1 Aspectos históricos da agricultura em nível mundial e as implicações da chamada “Revolução Verde” no Brasil.....	25
1.2 Os impactos da modernização agrícola no Brasil	28
1.3 A agricultura modernizada e o agravamento das questões agrárias.....	29
1.4 As questões agrárias no campo paranaense.....	32
1.5 A Agricultura Familiar se tornando visível no campo brasileiro	35
1.6 A associação em cooperativas como forma de organização dos agricultores familiares	43
CAPÍTULO 2 - HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR NO BRASIL 45	45
2.1 Percurso histórico das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição no Brasil e os programas de alimentação escolar	45
2.2 A reestruturação do PNAE no período de 2003 a 2015.....	52
2.2.1 A lei 11.947/2009 e a implantação de produtos da agricultura familiar na merenda escolar brasileira.....	54
2.3 A alimentação escolar como eixo de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da soberania alimentar no cenário brasileiro	59
CAPÍTULO 3 - A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE E SUA RELAÇÃO COM O PAA	64
3.1 Operacionalização do PNAE	64
3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	67
3.3 Relação entre agricultura familiar e alimentação escolar	71
CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO.....	74
4.1. Características da pesquisa	74
4.1.1 Pesquisa qualitativa	74
4.1.2 Estudo de caso	75
4.1.3 Campo de estudo	76
4.2 Primeira Etapa: pesquisa bibliográfica e documental	76
4.3 Segunda Etapa: pesquisa de campo, aplicação de questionários, entrevistas e observação de campo	77

4.3.1 Pesquisa de campo.....	77
4.3.2 Aplicação de questionários:	78
4.3.3 Roteiro de entrevistas:	78
4.3.4 Observação	80
4.4 Terceira etapa: tratamento dos dados	81
4.5 Definindo as categorias temáticas	83
4.5.1 Categorias Iniciais	84
4.5.2 Categorias intermediárias:	85
4.5.3 Categorias finais:	87
4.6 Aspectos éticos da pesquisa	89
CAPÍTULO 5 - A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU.....	91
5.1 Guaraniaçu: identificação, principais características e aspectos históricos.....	91
5.2 Aspectos gerais sobre a educação no município de Guaraniaçu.....	95
5.3 Perfil das escolas participantes da pesquisa de campo.....	96
5.3.1 Identificação e aspectos históricos da Escola Municipal Jean Piaget	96
5.3.2 Identificação e aspectos históricos da Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares.....	98
5.4 Cooperativismo e transformação familiar.....	101
5.5 Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade	112
5.6 Formação de hábitos alimentares saudáveis.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

A alimentação para os seres humanos possui um significado maior do que apenas suprir as necessidades do corpo. O ato de comer está relacionado a valores sociais, culturais, afetivos e sensoriais. Na maioria das vezes, comer é um momento de prazer e confraternização entre amigos e familiares (ANVISA, 2017).

Enquanto outrora a alimentação era tida como fundamental para a manutenção da vida, há algumas décadas tem se transformado em uma preocupação constante para a qualidade de vida. Isso porque, estudos recentes têm demonstrado que os alimentos podem ser vilões ou benéficos à saúde, podendo prolongar ou retardar a vida e, até mesmo, prevenir doenças ou provocá-las precocemente, discussões essas que permeiam o campo da saúde e das ciências sociais (RUMIATO; MONTEIRO, 2017; COSTA, et al., 2018; RIBEIRO; SPADELLA, 2018).

Promover uma alimentação saudável tem sido o foco de algumas políticas públicas no Brasil, em especial as políticas voltadas ao contexto escolar, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que há mais de sessenta anos tem sido referência nacional e mundial na distribuição de alimentos para crianças e adolescentes nas escolas públicas, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a muitos alunos em situações de vida precária (FNDE, 2017).

Desde a sua implantação, em 1955 até a atualidade, o PNAE passou por várias modificações em sua abrangência e formas de gestão, se tornando um importante instrumento de SAN e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A SAN é definida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Ao longo dos anos de 2003 a 2015, o PNAE passou por ampla reestruturação, a qual se destaca a extensão da merenda escolar para alunos de creches, educação de jovens e adultos, comunidades indígenas e quilombolas, a

inclusão do profissional nutricionista como responsável técnico pelo Programa e a criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição (CECANEs), órgão que promove o desenvolvimento de projetos de interesse do PNAE. Além dessas melhorias, a principal alteração realizada no Programa foi a implantação da lei nº11.947, no ano de 2009, que instituiu a obrigatoriedade dos municípios e estados de comprarem, no mínimo 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar (AF), bem como assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

As reflexões aqui tecidas conduzem aos seguintes questionamentos: As alterações na execução do PNAE, no período de 2003-2015 contribuíram para a oferta de alimentos saudáveis para as crianças e para a SAN?

Também se procura responder neste estudo como o município de Guaraniaçu, escolhido para a realização desta pesquisa, em suas gestões, vêm implantando o PNAE, no período de 2003 a 2015, e qual o alcance da distribuição dos produtos da AF para a merenda escolar no município investigado?

A hipótese que se formula é de que as alterações feitas no PNAE, no período de 2003 a 2015 contribuíram para uma alimentação escolar saudável para as crianças e que o município de Guaraniaçu, em suas gestões municipais vêm implantando o Programa, depois da reorientação desta política, como prevê a legislação.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a Agricultura Familiar (AF), no Município de Guaraniaçu – PR, na escola Municipal Jean Piaget e na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, no período de 2003 a 2015.

Objetivos específicos

1. Discutir a emergência da agricultura familiar e sua relação com o PNAE no período de 2003-2015;

2. Identificar o papel do PNAE na Segurança Alimentar e Nutricional no contexto escolar no período de 2003-2015;
3. Analisar a relação da Lei nº11.947/09 na melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar, nas escolas Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, no período de 2003-2015¹.

O desenvolvimento de políticas públicas que respaldem iniciativas como a do PNAE pode ser o caminho inicial para a promoção dos direitos sociais, como o direito à alimentação adequada, a SAN, o reconhecimento da AF enquanto setor em construção, e a redução das desigualdades no campo.

Nesse sentido, falaremos da interação do PNAE com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual foi implantado em 2003 e estava vinculado ao Programa Fome Zero (PFZ). O PAA tem como objetivo comprar alimentos produzidos pela AF, destinando-os para as redes de ensino e para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, como asilos, albergues, hospitais públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, entre outros.

Os resultados das pesquisas e das análises (bibliográficas, documentais, observação de campo e pesquisa de campo) desenvolvidas serão apresentados em cinco capítulos.

Inicialmente, o capítulo 1 abordará acerca da história da agricultura, a questão agrária no Brasil e no Paraná. Também será discutido a respeito das influências da chamada “Revolução Verde” no campo brasileiro, e a emergência da AF, bem como o sistema de financiamento. Ao final do capítulo, será abordado sobre as associações cooperativistas e sua relevância na organização de agricultores familiares.

O capítulo 2 apresentará um retrospecto histórico dos programas de alimentação e nutrição implantados no Brasil, destacando os programas de alimentação escolar que vigoraram ao longo dos anos.

O capítulo 3 destaca o modo de execução do PNAE, suas principais diretrizes, os recursos financeiros aplicados durante o período de 2003-2015 e traz explicações sobre o PAA.

¹ Quando nos referimos ao final do governo Dilma como 2015, nosso entendimento é de que, a partir de 2016 já houve a interferência de Michel Temer na sua gestão.

No quarto capítulo apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, apontando o caminho percorrido para a coleta de dados.

No quinto e último capítulo proceder-se-á à análise dos resultados da pesquisa de campo, abordando acerca da implementação do PNAE no município de Guaraniaçu – PR, observando de que forma as gestões municipais realizaram as adequações da legislação, bem como os impactos sociais e econômicos que essa política de alimentação trouxe para a população local.

Ao longo do capítulo 5, serão feitas algumas considerações importantes de como o município vem promovendo, por meio da alimentação escolar, a SAN e a soberania alimentar e nutricional no contexto escolar, dado que estes tópicos foram tema de ampla discussão na agenda governamental no período de 2003-2015.

Por fim, apresentar-se-á os resultados da pesquisa e as implicações desses achados como contribuição para análise das políticas públicas de alimentação escolar no cenário municipal e nacional.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL, AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTRAPONTO AO AGRONEGÓCIO E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Neste capítulo faremos uma síntese histórica a respeito do surgimento da agricultura no mundo e no Brasil, discutindo as implicações da chamada “Revolução Verde” e a entrada definitiva do capitalismo no campo, consolidando sua hegemonia também na área rural. Também será abordado sobre as questões agrárias no Brasil e no Paraná, a fim de compreender como a AF e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) estabeleceram-se no cenário político, econômico e social brasileiro e paranaense. Por fim, será discutido sobre o cooperativismo na AF.

1.1 Aspectos históricos da agricultura em nível mundial e as implicações da chamada “Revolução Verde” no Brasil

De acordo com os historiadores, a agricultura teria surgido no período neolítico, aproximadamente há 10 mil anos (CUNHA; LIZARELLI, 2014). Os povos se instalavam em espécies de hortas localizadas próximas às moradias, já desmatadas e fertilizadas pelos dejetos domésticos, ou sobre terrenos alagados pelas cheias recentes dos rios (MARZOYER; ROUDART, 2010).

Outros pesquisadores apontam que as atividades agrícolas surgiram às margens do Crescente Fértil, na região do Oriente Médio. Esta região era muito propícia para esta prática devido à proximidade com os rios Tigre e Eufrates (que nascem entre as montanhas Taurus, localizadas na atual Turquia), com acesso à água potável, que servia para a irrigação das lavouras locais e para a criação de animais. Sendo assim, facilitou a comercialização de produtos e a expansão da produção, ao mesmo tempo em que permitiu a estocagem de alimentos e o surgimento das primeiras cidades (MINATEL; BONGANHA, 2015).

Desde os seus primórdios até os dias atuais, a agricultura passou por diversas transformações, resultantes, quase sempre, da necessidade de suprir a demanda crescente de alimentos. Ao longo do tempo, isso ocasionou uma

intensificação dos processos de produção, ao mesmo tempo em que produziu sérias consequências ambientais e sociais (CUNHA; LIZARELLI, 2014).

A agricultura moderna, também chamada de industrial ou convencional, representa um modelo que se baseia em três pilares fundamentais: a agroquímica, a moto mecanização e a manipulação genética. A agroquímica foi responsável pela produção de insumos que permitiram o controle das restrições ambientais, tanto no tocante à fertilização dos solos, quanto no controle das chamadas pragas, doenças e ervas invasoras. Assim, ocorreu a dominação da natureza, que facilitou a prática da agricultura de monocultura intensiva e extensiva, o que seria impossível, sem este aparato industrial. A moto mecanização levou à migração de mão de obra para as indústrias e para as cidades, barateando os custos da produção, e a possibilidade de cultivar áreas cada vez maiores, ampliando as monoculturas e o uso de máquinas, como tratores e colheitadeiras, ao mesmo tempo em que ocasionou intenso êxodo rural e aumento da pobreza nas periferias das cidades. E a manipulação genética, por sua vez, propiciou o desenvolvimento de plantas e animais de alta resposta aos insumos químicos, contribuindo para o aumento da uniformidade genética, da diminuição da biodiversidade e da ampliação das monoculturas, o que acarretou um ciclo de doenças, pragas e maior necessidade de agrotóxicos e fertilizantes (JESUS, 2005).

A implantação destas técnicas agrícolas iniciou no final da década de 1940, com os avanços tecnológicos do pós-guerra. No entanto, seus efeitos na agricultura mundial só obtiveram resultados significativos nas décadas de 1960 e 1970, processo este que ficou conhecido como “Revolução Verde”. A “Revolução Verde” foi um conjunto de inovações tecnológicas que permitiu maior produtividade de alimentos no mesmo espaço de terra, por meio do desenvolvimento de sementes de plantas geneticamente modificadas que produziam mais, tinham melhor resposta com a utilização dos fertilizantes e maior resistência a pragas (COSTA, 2013).

O pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” incluía ainda insumos químicos, irrigação, mecanização e grandes extensões de terra, ligado a uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

A principal justificativa para a “Revolução Verde” foi o argumento de que este conjunto de tecnologias agrícolas seria a forma de “produzir alimentos para acabar com a fome no mundo” (TAVARES, 2009, p. 17), visto que esta era tida como um problema de produção. De fato, este processo foi um impulso para a produção de

*commodities*² em patamares nunca experimentados. No entanto, gerou impactos sociais e ambientais negativos, sobretudo para o homem do campo (COSTA, 2013), pois ao mesmo tempo em que a produtividade alcançou um crescimento intenso, partindo de baixos rendimentos, devido aos processos primitivos até atingir recordes de produtividades, os problemas sociais ligados à fome e à pobreza continuaram a existir e atingem, por mais inacreditável que pareça, as populações rurais do planeta (CUNHA; LIZARELLI, 2014).

No Brasil, a introdução deste conceito ocorreu durante o regime militar e foi um dos pilares do chamado "milagre econômico" (COSTA, 2013). Com as mudanças no perfil da agricultura brasileira por meio da adoção das práticas da "Revolução Verde", o país passou à condição de exportador de alimentos. Vale destacar, neste período, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973, que se tornaria um centro de estudos e pesquisa sobre recursos genéticos e biotecnologia para produção de sementes geneticamente modificadas, ou transgênicas (EDUCAHELP, 2018).

No caso do Brasil, é visível que a agricultura industrial ou moderna não cumpriu seu objetivo de melhorar a vida da população rural, marginalizando boa parte dessas pessoas, que passaram a viver o drama do êxodo e da vida marginal nos grandes centros urbanos, com sérias consequências em termos de qualidade de vida e de deterioração ambiental (JESUS, 2005).

A tecnologia trazida pela "Revolução Verde", que utiliza grandes extensões de terras nos países dependentes e periféricos como é o caso do Brasil, associada ao trabalho precarizado comprometem a agricultura de base camponesa. Os adubos químicos e agrotóxicos poluem os solos e as águas. A irrigação e a redução e escassez de biomassa vegetal levam a alterações na recarga de água dos lençóis freáticos, alterando o regime hídrico e secando as nascentes (PEREIRA, 2012).

O uso de sementes "melhoradas", como são conhecidas as sementes transgênicas, demonstra que a alimentação das pessoas vem sendo transformada: a diversidade alimentar e nutricional e a riqueza nutricional foram sendo substituídas por alimentos homogêneos que não oferecem balanço nutricional saudável e que

² O termo *commoditie* foi apresentado pela *Carta de Havana*, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, realizada em Havana, em março de 1948 e é definido como: "[...] qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional." (Delgado, 2009, p. 128).

precisam ser enriquecidos industrialmente, além de promover um desequilíbrio ambiental. O arroz irrigado, por exemplo, em decorrência da poluição gerada pelo uso crescente de agrotóxicos (inseticidas, herbicidas etc.), extinguiu grande parte da fauna dos rios, destruindo uma importante fonte de proteína: o peixe (PEREIRA, 2012).

Conforme apresentado, a chamada “Revolução Verde” enquanto consequência da supremacia capitalista, interferiu significativamente na realidade dos pequenos agricultores, principalmente devido à pressão em implantar técnicas e equipamentos avançados que visassem ao aumento da produtividade do solo, modificações que demandavam custo elevado. Assim, muitos agricultores ficaram endividados e foram obrigados a vender suas terras aos grandes latifundiários.

Na próxima sessão abordar-se-á um pouco mais sobre estes impactos da modernização capitalista na agricultura brasileira e como esta afetou a vida das pessoas, principalmente dos pequenos agricultores.

1.2 Os impactos da modernização agrícola no Brasil

Até a década de 1960, o papel da agricultura no Brasil foi sustentar o desenvolvimento do setor industrial, por intermédio do fornecimento de matérias-primas e mão de obra para a indústria, além de obter divisas, criar mercados, gerar poupança para financiar investimentos industriais e produzir alimentos (DALL'ACQUA, 1985).

Durante este período, o Brasil sofreu crises periódicas de abastecimento interno de produtos básicos como carne, feijão e frutas, o que acarretou uma elevação geral dos preços dos produtos alimentícios, ocasionada pelo aumento dos custos de comercialização e pelo crescimento das redes urbanas (SORJ, 1980).

Nesse sentido, a modernização da agricultura no Brasil representava a ambição de alguns grupos orientados por determinado modelo de desenvolvimento econômico do país e significava a necessidade de uma mudança no padrão tecnológico (SILVA; BOTELHO, 2014). Esse modelo visava melhorias para a produção, por meio de técnicas avançadas para produzir alimentos em grandes quantidades e aumentar a capacidade de trabalho, objetivando atender o mercado interno e de exportação, uma vez que o modelo tradicional de cultivar alimentos

apresentava baixa eficiência diante da necessidade de aumento na produção.

Por outro lado, este modelo de agricultura moderna deixou à margem milhares de pequenos produtores rurais que não conseguiram adequar-se ao padrão capitalista de produção e tiveram dificuldades em permanecer no campo. Por conseguinte, os subsídios amparados nos recursos públicos, sobretudo, operacionalizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) eram dificultados ao pequeno produtor rural. Tal realidade reafirma, mais uma vez, a sobreposição dos interesses capitalistas aos interesses da coletividade (CAZELLA et al., 2009).

José Graziano da Silva (1982) resumiu este período como “modernização dolorosa”, porque, ao mesmo tempo em que desenvolveu as forças produtivas do capital na produção agrícola, excluiu milhões de trabalhadores rurais, que foram expulsos para a cidade ou tiveram que migrar para as fronteiras agrícolas, em busca de novas terras (STÉDILE, 2012).

Palmeira (1989) afirma que a chamada “Revolução Verde” no Brasil trouxe várias consequências como a grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários; a distribuição desigual da riqueza; o aumento do êxodo rural; e, ainda, o aumento da exploração de trabalho sobre as propriedades menores. Todos esses fatores contribuíram para a intensificação da desigualdade no campo, onde os grandes produtores rurais acumularam cada vez mais riqueza e os pequenos agricultores ficaram mais empobrecidos. Todas essas questões acirraram ainda mais os problemas agrários no País.

1.3 A agricultura modernizada e o agravamento das questões agrárias

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), as questões agrárias no Brasil emergiram durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, período em que se recuperou a posse de várias áreas de terra no país, com o intuito de reavivar a agricultura. Assim, foram formados a primeira Comissão Revisadora de Títulos de Terra (1938) e sete núcleos coloniais numa área de 49.678 hectares, beneficiando 3.012 famílias de produtores rurais.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, como resultado da política de concentração de terras surgem os movimentos sociais e militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas

no Nordeste. Tais movimentos passam a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária existente no Brasil (principalmente os altos índices de mortalidade infantil dos canaviais da zona da mata nordestina), pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país (MIRALHA, 2006).

Durante o governo de Jânio Quadros esta temática esteve em discussão e houve a promessa de realizar uma grande transformação na agricultura com a promulgação de uma lei agrária que facilitasse não apenas o acesso à terra, mas também a expansão ao crédito e assistência rural. No início de seu governo, o presidente Jânio adotou o lema: “eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social”. Entretanto, passados sete meses de mandato, Jânio Quadros renunciou (LIMA; LAUFFER, 2008).

O vice João Goulart assumiu a presidência e, a partir daí os movimentos sociais no campo se fortaleceram, visto que João Goulart tinha ideias progressistas e entendia que a reforma agrária era necessária para a completa modernização do País, projeto este que foi sabotado e destruído pelo golpe militar de 1964. Assim, a velha oligarquia rural que permeia o poder político através de vários deputados, senadores, governadores e a burguesia industrial, decidiu manter inalterada a estrutura fundiária brasileira e mudaram o rumo do país, para uma cultura de acumulação e grandes latifúndios (MIRALHA, 2006).

Após o golpe militar de 1964, os movimentos sociais no campo e na cidade foram reprimidos. No entanto, o governo militar elaborou rapidamente o Estatuto da Terra (Lei 4.504) aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República ainda no mesmo ano (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

A intervenção do Estado para promover o desenvolvimento rural durante a década de 1970 tornou o campo brasileiro o centro das questões relativas ao desenvolvimento, no qual o retardamento do setor agrícola seria apontado como um entrave ao processo de desenvolvimento capitalista no país (TAVARES, 2009), o que agravou ainda mais a questão agrária, principalmente para os assalariados rurais e agricultores familiares que eram proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros (LIMA; LAUFFER, 2008).

Costa (2013, p. 16) afirma que a “modernização no campo trouxe alterações na estrutura agrária do país. Se por um lado promoveu o aumento da produtividade do setor, contribuindo para o *boom* do agronegócio brasileiro, do outro, houve um grande custo para a sociedade e para o meio ambiente.”

Devido à alta dependência de insumos externos e da mecanização para produção agrícola, os produtores que não receberam apoio do governo, ou seja, os minis e pequenos, não conseguiram se adaptar as novas técnicas de cultivo, não atingindo a produtividade suficiente para tornar viável a sua atividade. Conseqüentemente, muitos contraíram dívidas em função dos empréstimos bancários para modernizar suas atividades agrícolas (SENE; MOREIRA, 1998). Sendo assim, foram obrigados a vender suas terras aos grandes latifundiários, o que acarretou uma vasta expropriação de terras, acentuando ainda mais a concentração fundiária e de renda, promovendo o êxodo rural (COSTA, 2013).

Além disso, a modernização ocasionou o aumento da mão de obra volante nas propriedades rurais, os chamados “bóias-fria”, trabalhadores que normalmente moram nas periferias das cidades, e são transportados diariamente para as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de segurança no serviço (MIRALHA, 2006).

Na verdade, a chamada “modernização da agricultura” só provocou avanços para as médias e grandes propriedades, as quais tiveram condições de fazer a adoção de tecnologias no processo produtivo, porque tinham crédito subsidiado que proporcionou a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos etc. Promoveu-se, nesta época, uma grande indústria especializada em fabricar aparatos para a agricultura, e que junto com a agroindústria (setor que compra os produtos produzidos pela agricultura) formaram então o grande complexo agroindustrial (MIRALHA, 2006).

Stédile (2012, p. 643), descreve que a modernização da agricultura

gerou dependência econômica externa, por causa do controle do mercado e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais, e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura.

Neste contexto, conforme já afirmado, os pequenos produtores rurais se viram pressionados a vender suas terras para os grandes latifundiários, pois não tinham condições de se manterem na concorrência dos grandes proprietários de terras, visto que a produção de alimentos passou a envolver um custo muito elevado com adubos, fertilizantes e agrotóxicos para aumentar a produção por hectare de terra.

Indubitavelmente, o cenário paranaense também viveu a modernização da agricultura e foi palco de inúmeros conflitos envolvendo a posse de terras. Assim, com o intuito de aproximar as reflexões a nossa realidade, na próxima sessão, serão abordadas as questões agrárias no Paraná, a agricultura familiar e o modo de união de agricultores em cooperativas.

1.4 As questões agrárias no campo paranaense

A modernização agrícola significou um reajuste na estrutura fundiária paranaense. A pequena propriedade que até então havia organizado a base dessa estrutura, precisou manter-se organizada para que pudesse sobreviver às exigências da sociedade capitalista. O acesso aos insumos e fertilizantes, aos maquinários, aos meios de circulação da mercadoria era uma imposição ditada pela produção agrícola realizada nas terras paranaenses (LIMA; FERREIRA; NEGRÃO, 2009).

Emancipado politicamente em 1853 (até então fazia parte da Província de São Paulo), o Paraná incorporou os mecanismos de acesso à terra que eram vigentes antes da emancipação, como o caso de sesmarias³ e de grandes posses regulamentadas por meio da Lei de Terras (Lei 601, de 1850). Com a edição desta lei, foi redefinida a política de terras no Brasil. No Paraná a questão das áreas devolutas trilhava novos caminhos, abertos por diferentes níveis de interesse embutidos no texto da nova legislação, que teve particular importância no Paraná, pois foi editada apenas três anos antes do Paraná tornar-se Província independente de São Paulo (SERRA, 2010).

A partir de então, o Paraná passou a desenvolver mecanismos próprios que se sustentaram, principalmente, pela colonização oficial e empresarial privada. Desvios de terras de domínio público se tornaram constantes, mesmo em áreas em fase de ocupação, o que gerou os primeiros focos de violência no campo. Na década de 1970, a crise do café oportunizou a entrada de um novo modelo agrícola,

³ “As sesmarias foram a propriedade que se destinou a ocupação do território, num sentido de extensão; destinava-se a grande lavoura e fundamentou a organização social e de trabalho implantada no Brasil, com a fazenda, isto é, a grande propriedade latifundiária.” (FENELON, 1974, p.39). É a sesmaria, como observa Graziano da Silva (1981) que vai marcar no Brasil, e por extensão no Paraná, a evolução da propriedade da terra da forma pública para a forma particular, ao mesmo tempo em que vai se constituir no primeiro regime jurídico regulamentando o acesso e a repartição da terra agrícola (SERRA, 2010).

não somente no Norte como nas outras regiões do estado, sustentado pelas lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho e pelas pastagens plantadas (SERRA, 2010).

A concentração de terra no Paraná se deu por meio da introdução de novas tecnologias e técnicas no processo de produção agrícola, que desencadeou a comercialização das terras. Parte dos descendentes dos migrantes gaúchos se deslocaram para a Amazônia Legal, principalmente Mato Grosso e Rondônia. A política de créditos agrícolas direcionadas para a grande produção dificultava a comercialização de quantidades menores, além do cultivo e quantidade sem competitividade no mercado que forçaram o deslocamento de muitas famílias. Vender a propriedade localizada na região Sul do País e comprar outra propriedade na região Norte do Brasil com uma área três vezes maior do que a primeira, com o dinheiro resultado da primeira comercialização foi um grande atrativo para muitas famílias que também se deslocaram (LIMA; FERREIRA; NEGRÃO, 2009).

Essas mudanças agrícolas reformularam a estrutura fundiária paranaense, apoiando-a a uma nova conjuntura de exportação, tais como mudanças no uso do solo agrícola, com a diminuição da área destinada ao cultivo de alimentos básicos, tais como café, arroz, feijão, milho, amendoim. Ademais, ocorreu o avanço das culturas destinadas à exportação, como soja e trigo, além do avanço das áreas destinadas à pecuária, com a exportação da carne bovina e, posteriormente, a criação de frangos para consumo interno e externo (LIMA; FERREIRA; NEGRÃO, 2009).

De acordo com Serra (2010) a modernização da agricultura paranaense, na medida em que passou a concentrar a propriedade da terra, expulsar e expropriar trabalhadores rurais e criar as bases do desenvolvimento capitalista no campo, acabou originando focos de tensão social que, por sua vez, causaram a reação camponesa.

Por isso, em 1986, os movimentos sociais constituídos de trabalhadores rurais sem-terra, devidamente organizados na luta pela Reforma Agrária, levaram o governo a editar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, para cada estado, um Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) que, na prática, nunca saíram do papel (SERRA, 2010). No Paraná, segundo o autor, o maior mérito do PRRA foi reconhecer oficialmente a luta dos trabalhadores, bem como a sua dimensão e seus fundamentos.

Ficou evidente, porém, que a reforma agrária não seria implantada, apenas resumida a um discurso demagógico e sem consistência que se comprovou na medida em que, com o passar dos tempos, as metas não foram cumpridas na íntegra, conforme os números demonstraram: no primeiro ano de execução do Plano, justamente quando a euforia era maior e as expectativas também, dos 130 mil hectares previstos para a Reforma, apenas 39.565 (30%) foram efetivamente desapropriados. Enquanto que, das 8.300 famílias selecionadas no estado, a meta estabelecida, apenas 2.086 (25%) acabaram sendo assentadas (SERRA, 2010).

No entanto, é importante destacar que as lutas sociais por reforma agrária fortaleceram um segmento que passou a se destacar frente ao modelo exportador: a agricultura familiar. Os agricultores passaram a se organizar melhor e, juntamente com outros fatores, conduziram a um debate público que resultou na aprovação da Lei nº 11.326 de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

As organizações dos pequenos produtores envolveram uma rearticulação de modo a sobreviver no sistema capitalista, onde comercializam sua produção e investem em suas propriedades quando conseguem superar as crises econômicas (LIMA; FERREIRA, NEGRÃO, 2009).

Conforme observado, a organização agrícola do Paraná vivenciou a proeminência do sistema capitalista ao longo dos anos, que favoreceu a concentração de renda e a hegemonia dos latifúndios. Nenhuma ação concreta, a nível federal ou estadual, foi efetivamente voltada para a equidade social e valorização do pequeno produtor rural. Os movimentos de reivindicação de direitos que surgiram foram reprimidos e não despertaram a vontade política de valorizar e incentivar o produtor de alimentos, cabendo aos pequenos agricultores se organizarem em formas de cooperativas, para conquistar os mercados consumidores.

Na sequência será abordado sobre a agricultura familiar e seu processo de reconhecimento no cenário rural brasileiro.

1.5 A Agricultura Familiar se tornando visível no campo brasileiro

A agricultura familiar, para Veiga (1995) e Wanderley (1995a) é entendida como forma de organização em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime particularidades à gestão do estabelecimento porque se refere a racionalidades sociais compatíveis com múltiplos objetivos socioeconômicos e interfere na criação de padrões de sociabilidade de famílias de produtores.

A família é, portanto, o centro da exploração familiar, seja no que tange à decisão sobre a gestão financeira dos recursos ou ao trabalho total disponível e, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e dele extrai o seu consumo. O significado da remuneração não se direciona pelo "lucro puro" como numa empresa, mas está relacionado ao projeto familiar de assegurar um nível de vida estável para o conjunto dos indivíduos e a reprodução dos meios de produção. Desse modo, as suas práticas implicam na associação entre o patrimônio, o trabalho e o consumo da família, cujas consequências são fundamentais na forma como os indivíduos agirão econômica e socialmente, conferindo-lhes uma lógica de funcionamento específica (WANDERLEY, 2009; LAMARCHE, 1993, 1998).

A emergência do agricultor familiar como personagem político é recente na história brasileira (PICOLOTTO, 2011). As políticas criadas ao longo da história do País, desde a época da colonização até o processo de modernização do campo, beneficiaram somente os grandes produtores agrícolas, também conhecidos como patronais, e não os agricultores familiares. Os grandes latifundiários se apoderaram de praticamente todo o crédito agrícola disponibilizado, porque as políticas públicas instituídas pelo governo não tinham preocupação com a produção de alimentos e sim com o uso dos sistemas produtivos para fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial (MATTEI, 2006).

Neste sentido, os agricultores familiares sempre estiveram frente a um cenário macroeconômico adverso, marcado pela "instabilidade monetária e pela inflação elevada", por uma "política comercial e cambial desfavorável e ainda, pela deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural" (BUAINAIN et al, 2003, p. 329).

A agricultura familiar, do ponto de vista socioeconômico, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária que, durante muito tempo, foi vista como a única capaz de garantir divisas para o país por intermédio da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nas regiões estratégicas para a exploração de produtos de exportação, coube à exploração familiar funções secundárias, como a produção de alimentos para abastecer o mercado interno (principalmente as populações das cidades) e servir como reserva de força de trabalho nos momentos em que as grandes explorações necessitassem (PICOLOTTO, 2014).

Picolotto (2014) também afirma que essa invisibilidade socioeconômica e política resultou também de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho.

Abramovay (1997a) e Schneider (2003) ressaltam que entre as causas da permanência da agricultura familiar no sistema capitalista avançado encontra-se o seu papel estratégico na segurança alimentar da população, pois ao baratear os custos com alimentação não há a necessidade de melhorias na remuneração dos trabalhadores assalariados, ampliando assim os lucros para a classe patronal e a concentração de renda do capitalismo.

De acordo com Picolotto (2011, p. 2)

A categoria passou por um processo de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: *atrasada*, *ineficiente* e *inadequada*. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e por algumas instituições governamentais, a *agricultura familiar* passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: *moderna*, *eficiente*, *sustentável*, *solidária* e *produtora de alimentos*. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da *agricultura familiar* enquanto modelo de agricultura do tempo presente e o *agricultor familiar*, seu sujeito, passa a ser um personagem político importante no cenário nacional [*grifos do autor*].

Na atual realidade, esse tipo de produção agropecuária vem sendo responsável pela geração de empregos e permanência do produtor no campo. Com efeito, também garante a maior parte da produção que abastece o mercado interno,

ou seja, cerca de 70% dos alimentos que são consumidos nos lares brasileiros provém da agricultura familiar. Esses produtores respondem, ainda, por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, desempenhando papel fundamental na economia de muitos municípios, o que a torna indispensável para o desenvolvimento do Brasil (MINATEL; BONGANHA, 2015).

Cumprir mencionar que na década de 1990 realizaram-se estudos entre a FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para iniciar o processo de reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil. Estes estudos resultaram num relatório publicado em conjunto por esses órgãos, em 1994, versando sobre as "Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável" para o País. A partir de então, o segmento de agricultores familiares passou a ganhar visibilidade e maior participação quanto ao contexto das políticas públicas para o espaço rural (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Tais estudos, tidos como pioneiros, elaborados pelo Projeto de Cooperação FAO/INCRA, ocorreram nos anos de 1995, 1996 e 2000 e contribuíram para incrementar uma discussão relativa ao tema, abrindo a possibilidade de classificação da agricultura familiar e da agricultura patronal no universo de estabelecimentos agropecuários (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Dessa forma, a agricultura brasileira apresenta características e condições bastante complexas e específicas, sendo classificada e delimitada nestes modelos distintos, e, de certa forma, opostos em termos sociais: agricultura patronal e agricultura familiar, cujas características são apresentadas no quadro abaixo (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Quadro 1. Modelos e características principais da agricultura brasileira

AGRICULTURA PATRONAL	AGRICULTURA FAMILIAR
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização Centralizada	Processo produtivo dirigido pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado é apenas complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões de “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra	Decisões tomadas “in loco”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de produtos internos

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

De modo mais implícito, outras características diferenciam a agricultura familiar e a tornam importante para a economia de pequenos e médios municípios, sendo a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agro biodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional.

Cumprir destacar que a partir de 2006 foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola em um contexto familiar (MACEDO, 2014), por meio da Lei nº 11.326 de 24 de julho deste ano. Ficaram demonstrados nesta lei os conceitos, princípios e instrumentos direcionados à AF. A partir de então, do ponto de vista legal, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos citados no seu art. 3º.

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais⁴;

II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;

⁴ No Paraná, este item varia de 5 a 30 hectares (Censo Agropecuário, 2006).

III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, e;

IV – Dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Estas normas foram estabelecidas em função do PRONAF, programa que financia projetos para o pequeno produtor rural, com juros mais baixos do que aqueles aplicados aos demais tipos de produtores (MACEDO, 2014).

O PRONAF foi criado na década de 1990 e representa o reconhecimento da AF por parte do setor público, o que resultou num novo direcionamento dos investimentos estatais, uma vez que o Estado passou a contemplar a agricultura familiar em suas linhas de atuação (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

Nessa perspectiva, o PRONAF emerge como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram sendo desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social. Pode-se citar, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, mais recentemente, no ano de 2009, o PNAE, que já existia desde os anos 1950, mas foi reestruturado visando atender a compra de alimentos dos agricultores familiares, por meio da Lei nº Lei 11.947/2009, (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

O PRONAF abrange agricultores familiares nas condições de posseiros, arrendatários, parceiros, assentados, concessionários de terras públicas, meeiros e proprietários de terra que utilizam principalmente mão de obra familiar no processo produtivo, podendo dispor ainda de até dois empregados permanentes. O programa aponta também a necessidade de criação dos chamados Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs), os quais devem ser formados por representações/instituições de agricultores familiares, e por outras instituições que atuam no segmento agropecuário dos municípios. Ao menos 30% dos que os compõem devem ser agricultores familiares. Tais conselhos têm a incumbência de analisar e aprovar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

O PRONAF motivou o contínuo processo reivindicatório do movimento sindical, com propostas para fortalecer a categoria e, paralelamente, ocorreu a

adesão da expressão agricultura familiar pelas ciências sociais (SCHNEIDER, 2003; WILKINSON, 2003; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Para ter acesso ao PRONAF, o agricultor familiar deve procurar o sindicato rural ou a ATER do seu município, como por exemplo, a EMATER ou a Casa da Agricultura para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o INCRA ou a Unidade Técnica Estadual (UTE) (MINATEL; BONGANHA, 2015). A saber, a DAP é a comprovação de que o agricultor se enquadra como pequeno produtor e é indispensável para que o agricultor tenha acesso às políticas públicas do PRONAF, PAA, PNAE e Habitação Rural (FETAESP, 2018).

O PRONAF apresenta diferentes linhas de crédito para o agricultor familiar, das quais se destacam o PRONAF crédito rural, constituído pelas modalidades de custeio e investimento, atuando no sentido de apoiar financeiramente a produção; PRONAF infraestrutura que visa dotar a propriedade familiar da infraestrutura necessária para sua melhoria; PRONAF capacitação e profissionalização que busca capacitar o agricultor no sentido de torná-lo eficiente economicamente diante do contexto socioeconômico que se apresenta e; PRONAF negociação de políticas públicas o qual é responsável pela articulação entre instituições, públicas ou não, no sentido de mobilizá-las para somar esforços em torno da busca pela eficácia no funcionamento do Programa (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

É possível dizer, a partir da análise das informações aqui levantadas, que, somente a partir da década de 1990, a AF no Brasil começou a ser reconhecida enquanto setor social e produtivo. O PRONAF é um programa que vem se mostrando eficaz para esse segmento, pois tem abrangência em nível nacional, oferecendo o crédito de custeio e permitindo investimentos em infraestrutura e capacitação para os agricultores familiares.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário realizado em 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam 5.175.489 estabelecimentos, sendo que 84,4% (4.367.902) eram estabelecimentos rurais de agricultura familiar e 15,6% (805.587) não familiar. A área total das unidades familiares era de 24,3% (80.250.453 hectares) e a área total dos estabelecimentos não familiares era de 75,7% (249.690.940 hectares) (IBGE, 2006).

Cumprir mencionar que no estado do Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 302.907 são caracterizados como sendo da agricultura familiar, representando mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários, o que dimensiona a importância destes no cenário estadual. No entanto, o acesso à terra via programa da reforma agrária ou reassentamento ainda é pouco expressivo, não chegando a 7,76% para o Brasil e 6,13% no Estado do Paraná (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

O acesso à terra no Brasil aponta, de maneira geral, para uma realidade que reitera a necessidade de se fazer valer o princípio legal da função social da propriedade previsto no Estatuto da Terra⁵ (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Wanderley (2000) afirma que dois fatores, muito importantes foram responsáveis pelas transformações recentes do mundo rural brasileiro. Por um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida.

Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. [...] Por outro lado, a forte e eficaz demanda pela terra se traduz hoje pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária. Uma das principais consequências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Em um outro trecho, a autora afirma que:

Esta 'ruralidade' da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, desaprovadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão 'urbanocentrada' dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Pereira e Bazotti (2010) consideram que a perspectiva agrária que norteia e contextualiza a AF leva em consideração o seu papel social preservando sua heterogeneidade, especialmente quando se analisam variáveis relativas à organização do trabalho e da produção, composição da renda e outras variáveis

⁵ O Estatuto da Terra foi criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, sendo uma obra do regime militar. Tinha como metas principais a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. A criação desse Estatuto e a promessa de reforma agrária serviram como estratégia usada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Decorridos muitos anos constata-se que a primeira meta foi insuficiente para modificar a estrutura agrária do Brasil, enquanto a segunda foi bastante incentivada pelo governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista da agricultura (MEDEIROS, 1995).

socioeconômicas. Deve-se considerar também o fato de a AF ser uma denominação ampla e, não raro, usada de forma genérica, ocultando a grande diversidade social nela embutida, o que reflete a ausência de uma teoria geral para a AF.

Schneider e Niederle (2008) trazem uma proposta de definição ou uma caracterização para os agricultores familiares que os diferencia dos camponeses chamando a atenção para o fato de que suas características, modo de existência e forma de reprodução são diferentes, bem como suas características socioculturais e a racionalidade econômica são distintas. De acordo com os autores,

embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe globala (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.40).

No ponto de vista de Abramovay (1997b), a AF continua não sendo o modelo central do desenvolvimento rural brasileiro e, sim, o dos grandes latifúndios, que contam com trabalho assalariado. Apesar de contarem com a menor proporção de terras, as unidades familiares são mais expressivas em quantidade, ocupam menos parte das terras, geram mais trabalho e renda, além de contribuir com produção maior por área cultivada.

Como caracterizam Lima, Ferreira e Negrão (2009), as famílias proprietárias destas unidades familiares passaram a produzir uma economia agrícola que abastece nichos do mercado econômico que não são atingidos pela produção da grande propriedade. São produções hortifrutigranjeiras especializadas, organizadas a partir de associações, cooperativas dirigidas por representantes das diversas famílias representantes dessas unidades de produção.

Como mencionado acima, os processos de globalização deixaram as disputas pelos mercados mais acirradas entre os atores que nele atuam, causando a exclusão de parte da população do sistema de produção. No que se refere à AF, a constituição de associações e cooperativas se mostra como uma ferramenta importante de organização social, política e econômica. Nesta perspectiva, o cooperativismo apresenta-se como uma alternativa interessante aos agricultores

familiares, organizando, agregando valor, comercializando e de alguma forma tentando inserir a produção em mercados locais, regionais e globais, constituindo-se como instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial (RIBEIRO, 2012).

Nesse sentido, na próxima sessão será discutido um pouco mais sobre o cooperativismo na agricultura familiar.

1.6 A associação em cooperativas como forma de organização dos agricultores familiares

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização (GUANZIROLI et. al., 2001). Nesse sentido, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção (PIRES, 2003).

Como observa Pires (2009), a relação entre cooperativismo e agricultura familiar foi, durante as últimas décadas, uma preocupação recorrente nas políticas públicas brasileiras. Rech (2000) chama a atenção ainda para as vantagens do modelo cooperativo e suas possibilidades de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificar a produção, obter melhores condições de crédito e de eliminar os intermediários. Neste sentido, frente às exigências impostas pela globalização, o cooperativismo agrícola vem se tornando uma alternativa para os agricultores, no que diz respeito a sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal.

Por definição, as cooperativas são entidades jurídicas, empresas que não só podem realizar as mesmas tarefas e funções desempenhadas pelas associações, mas também exercem um importante papel social e econômico. São empresas cuja administração é coletiva (MINATEL; BONGANHA, 2015). As associações se diferem das cooperativas por levarem adiante uma atividade social, onde o gerenciamento é mais simples e tem como finalidade a promoção de assistência social, educacional, representação política, defesa de interesses de classe ou filantropia. A associação

pode ser composta a partir de duas pessoas, enquanto a cooperativa exige o mínimo de 20 cooperados (SEBRAE NACIONAL, 24/04/2019).

Minatel e Bonganha (2015) esclarecem que, quando se tem um grupo com os mesmos ideais e características iguais, se unir é a melhor forma para alcançar resultados. Partindo desse pensamento, produtores rurais se unem para conseguir melhores resultados que, geralmente, não conseguiriam se estivessem sozinhos. Prosperar se torna mais fácil quando se tem ajuda mútua. Buscar soluções próprias, trazer para si a responsabilidade e vivenciar os resultados alcançados fortalecem a autoestima, a autoconfiança e o senso de comunidade. Na opinião dos autores supracitados, ocorre um processo de transformação pessoal, de aprendizado da cidadania, que dão ao produtor e ao trabalhador rural a oportunidade de vivenciar os resultados da ação individual e coletiva que podem efetivamente transformar o seu contexto de vida.

É importante ressaltar que as cooperativas, na condição de sociedade de pessoas, se distinguem das empresas (sociedade de capital). Neste sentido, para as sociedades de capital não interessa muito as pessoas que vão integrá-la, desde que disponibilizem o capital. Nas sociedades de pessoas, o relacionamento entre a sociedade e seus sócios é de extrema importância: as capacidades administrativas e operacionais, além do interesse de participar dos sócios, eles são levados em consideração (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

Para que uma cooperativa ou associação seja considerada um empreendimento da agricultura familiar, ela precisa obter a DAP para pessoas jurídicas (DAP - Jurídica). Entre as exigências para a obtenção deste documento, está a necessidade de no mínimo 70% de seus sócios/cooperados terem a DAP física e pelo menos 55% de sua produção beneficiada, processada ou comercializada ser oriunda de seus sócios com DAP física (BRASIL, 2010).

A forma de associação em cooperativas se tornou um importante instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar, pois promove a integração entre os produtores, propicia maior variedade de produtos ofertados e melhoria de preços.

CAPÍTULO 2

HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR NO BRASIL

Neste capítulo apresentar-se-á a trajetória histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Far-se-á uma breve panorâmica dos programas de alimentação e nutrição no Brasil, destacando os modelos de operacionalização que vigoraram até o final de 2015. Nosso entendimento é de que, neste ano encerra-se o governo Dilma, pois, no ano seguinte (2016), já se iniciou o processo de intervenção no seu mandato.

Também, neste capítulo, abordar-se-á sobre a Lei 11.947/09, que instituiu a inserção de alimentos da AF na merenda escolar, bem como as discussões em torno dos temas: Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania alimentar no cenário brasileiro.

2.1 Percurso histórico das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição no Brasil e os programas de alimentação escolar

No cenário brasileiro, os relatos históricos apontam que desde 1908, já havia atendimento voluntário e focalizado de alimentação escolar em escolas nos municípios de Corumbá e Campo Grande, no Mato Grosso (COIMBRA; MEIRA, 1982). Em 1924, também houve fornecimento de alimentos em escolas no município de Formigas, Minas Gerais, os quais eram mantidos pelo Caixa Escolar, precursor da atual Associação de Pais e Mestres (FIALHO, 1993).

Na década de 1930 a fome e a desnutrição foram reconhecidos como graves problemas de saúde pública no Brasil e diversos inquéritos alimentares foram realizados, constatando as condições precárias em que vivia a classe trabalhadora. O governo tomou medidas que poderiam, de início, influenciar a alimentação dos trabalhadores, sendo a primeira a criação do salário mínimo em 1º de maio de 1940. A segunda medida foi a fundação, em agosto de 1940, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) destinado à melhoria dos hábitos alimentares do trabalhador brasileiro. Esta é considerada a primeira política pública de alimentação

do país. Anos mais tarde, em 1945, foi formada a Comissão Nacional de Alimentação, a CNA (COIMBRA; MEIRA, 1982; VASCONCELOS, 2005).

A política de alimentação escolar no Brasil foi promulgada junto com as reformas educacionais ocorridas, cuja visão de longo prazo alertava para a necessidade de ampliar os elementos que qualificam a escola como elo fundamental entre educação e saúde. Importa marcar o fato de ter-se constituído o Ministério da Educação e Saúde na década de 1940, porque o discurso da época colocava os problemas de “instrução” e os de saúde num mesmo patamar, seja pelo número de famintos e desnutridos da época, seja pela perspectiva modernizante que os atores tinham como ideal (BITTENCOURT, 2007).

Dessa forma, as iniciativas de alguns estados com maior desenvolvimento econômico, diante da obrigatoriedade da escolarização, passaram a responsabilizar-se, de forma crescente, pelo fornecimento da merenda em suas redes de ensino (STEFANINI, 1997), motivados por movimentos sociais que pressionaram o governo com atos públicos, exigindo ações do Estado para resolver os problemas da fome e da pobreza (SANTOS; GARCIA, 2017).

Alguns estados adotaram um programa chamado “*Sopa Escolar*” e outros municípios criaram programas semelhantes. Tem-se conhecimento que, em 1942, desenvolveu-se um dos primeiros programas de alimentação, idealizado pelo Dr. Dante Costa, partindo de um inquérito nutricional de crianças em idade escolar, que resultou no chamado “*Serviço de Desjejum Escolar*” (BITTENCOURT, 2011).

De acordo com Coimbra e Meira (1982, p. 254), esse programa “começou de forma pitoresca, operou segundo regras esdrúxulas e terminou misteriosamente”. Seu funcionamento se dava da seguinte forma: a participação era aberta de forma gratuita para cerca de mil crianças, filhos de trabalhadores; a criança deveria comparecer para receber a merenda, não sendo permitido que a criança tivesse acesso a outro tipo de lanche; e, ainda, tinha data marcada regularmente para atendimento médico. O desjejum consistia em um sanduíche, um copo de leite e uma fruta.

Bittencourt (2011) relata que Dante Costa, nutrólogo por formação, foi quem mais se dedicou ao tema da alimentação da criança e foi quem, de fato, se empenhou na criação das primeiras agências públicas do setor.

Peixinho (2013), menciona a contribuição relevante de Josué de Castro, que na década de 1950 atuava como deputado federal e Presidente do Conselho

Executivo da FAO, no período de 1952 a 1956, cuja instituição tinha como objetivo despertar a consciência mundial para o problema da fome e da miséria e promover projetos que evidenciassem que a fome podia ser resolvida. Josué de Castro nasceu em Recife/PE, foi médico e cientista e teve destacada atividade política e individual no combate à pobreza (SILVA, 2014). Ele escreveu o livro “Geografia da Fome”, publicado pela primeira vez em 1946, no qual retrata claramente os estragos causados pela fome, além de revelar as deficiências nutricionais presentes em cada região do Brasil (BITTENCOURT, 2011). Com a ditadura militar no Brasil, ele perdeu seus direitos políticos em 1964, se exilando na França, onde faleceu em 1973 (SILVA, 2014).

Ainda na década de 1940, o então Instituto de Nutrição propôs que o Governo Federal assumisse, com recursos financeiros da União, o atendimento da alimentação escolar. Esta proposta não se concretizou devido à falta de dinheiro. Na década seguinte (1950) houve a tentativa de estruturar um programa, por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Este foi o primeiro documento, no Brasil, a propor alimentação nas escolas sob a responsabilidade do Estado (STOLARSKI, 2014).

Nos anos seguintes, mesmo que os governos brasileiros difundissem um discurso preocupado em implementar políticas públicas no sentido de diminuir os níveis de pobreza e minimizar os problemas relacionados à fome e desnutrição no País, poucos programas alcançaram relevância social e obtiveram êxito. Vale destacar que o programa de alimentação escolar somente sobreviveu (devido aos interesses econômicos envolvidos) porque obteve financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Naquele período, a principal ação era a distribuição do excedente de leite em pó destinado à campanha de nutrição materno-infantil (FNDE, 2017).

Um pouco depois, em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (MEC). Também nesse período, foram celebrados tantos outros convênios com o FISI e demais organismos internacionais. No ano seguinte (1956), a campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (FNDE, 2017).

Em 1965, a nomenclatura da CNME foi alterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), por meio do Decreto nº56.886/65 e os programas de ajuda americana continuaram a dar suporte ao Brasil (FNDE, 2017).

Na década de 1970, com a política desenvolvimentista, houve a priorização na aquisição de gêneros alimentícios nacionais, com a consequente criação de várias indústrias nacionais que forneciam alimentos formulados. Tal situação refletiu na alimentação escolar através da crescente ampliação de produtos formulados e enlatados, atendendo à demanda da indústria (COIMBRA; MEIRA, 1982; VASCONCELOS, 2005).

A partir de 1976, o programa de alimentação escolar passou a receber financiamento do MEC e foi integrado às políticas do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com o objetivo de proporcionar suplementação alimentar aos pré-escolares e escolares do primeiro grau, por meio de uma refeição que suprisse 15% das necessidades nutricionais diárias. Somente em 1979 que o programa passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (STOLARSKI, 2001), cuja nomenclatura permanece até hoje.

Em 1986, durante o governo do Presidente Sarney, foi criado o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), com o objetivo de atender as famílias com renda mensal total até dois salários mínimos e crianças de até 7 anos de idade (BELIK et al., 2001).

Cohn (1995) destaca que o programa foi muito malsucedido em sua abrangência e gestão. No entanto, foi a primeira experiência em grande escala de distribuição de cupons de alimentos no Brasil. Os cupons ficaram conhecidos como “tíquetes do Sarney” e eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança. Não havia contrapartida por parte dessas famílias, nem controles que pudessem conferir se os cupons estavam mesmo sendo trocados por leite. Embora não haja informações sobre o custo deste programa e sobre os resultados das metas estabelecidas, observou-se um aumento significativo na produção de leite no país (20,1% entre 1986 e 1990) e crescimento no consumo per capita de 94 litros/ano para 109 litros/ano nesse período. Essa foi a primeira experiência de compra pública de gêneros alimentícios feita diretamente na rede comercial constituída (BELIK et al., 2001).

Seguindo nessa linha do tempo, destaca-se como grande marco nas ações públicas voltadas à alimentação escolar a promulgação da Constituição Federal, em 1988, quando consolidou-se a garantia do direito à alimentação escolar a todos os alunos matriculados no ensino fundamental. Segundo o artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988; STOLARSKI, 2001).

Na década de 90 os programas de alimentação escolar sofrem restrições severas. O governo de Fernando Collor de Mello marcou o pioneirismo na introdução das políticas neoliberais e na abertura do mercado interno, obedecendo aos ditames do capital presentes no Consenso de Washington⁶. As ações desse presidente foram constituídas por reestruturação de órgãos e instrumentos de políticas ligados à saúde e nutrição, extinguindo políticas como os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de 7 anos. Também houve o enfraquecimento do PNAE, do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o INAN (VALENTE, 2001). As medidas tomadas por Fernando Collor de Melo aprofundaram as desigualdades sociais e aumentaram as contradições no território brasileiro (SANTOS; GARCIA, 2017).

O período entre 1992-1994 foi marcado por ampla mobilização da sociedade civil em torno do tema fome e miséria, impulsionada por um apelo pela ética na política, que resultou na primeira tentativa de implantação de uma política de combate à fome no País. As iniciativas de partidos políticos da oposição da época, como o Partido dos Trabalhadores, ao elaborar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e apresentá-la ao governo federal, associado à movimentação da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Betinho, tiveram forte impacto. Como resultado desse movimento, foi criado, em maio de 1993, na gestão do Presidente

⁶ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que tinha como objetivo propagar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração foi realizada pelo economista norte-americano John Williamson e suas ideias ficaram conhecidas como a base do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que, após o Consenso de Washington, os Estados Unidos, e mais tarde, o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotaram as medidas recomendadas como obrigatórias para fornecer ajuda aos países em crise e negociar as dívidas externas. As recomendações eram: reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado (PENA, 2018).

Itamar Franco, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), vinculado diretamente à Presidência da República e com a participação de organizações não-governamentais (BELIK et al., 2001).

O CONSEA era um órgão composto por 8 ministros e 21 representantes da sociedade civil, em grande parte indicados pelo “Movimento Ética na Política” para coordenar a elaboração e implantação do Plano Nacional de combate à Fome e à Miséria dentro dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização (VALENTE, 2001).

O CONSEA não funcionou por muito tempo, apenas dois anos (1993-1995)⁷. Apesar de representar uma novidade institucional, por envolver vários ministérios e segmentos organizados da sociedade civil, o programa sofreu restrições da área econômica, que priorizava a estabilização monetária e deixava à margem as políticas sociais. Os poucos resultados produzidos pelo CONSEA nesse período foram a descentralização do PNAE em direção aos municípios e às próprias escolas (autonomização da gestão) e a prioridade ao programa de distribuição de leite, conhecido como “Programa Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional - Leite é Saúde”, como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil (VALENTE, 1997; SILVA; CAMARGO, 2001). Com o encerramento do CONSEA, em 1995, as discussões sobre a fome e a miséria cessaram nas agenda política e somente foram retomadas no início dos anos 2000, devido ao agravamento da pobreza e da vulnerabilidade das famílias, especialmente nas grandes cidades, causadas pela grave crise econômica e pelo aumento do desemprego no final da década de 1990 (BELIK et al., 2001).

Os organismos internacionais, como a FAO, a ONU e o Banco Mundial, fortaleceram seus discursos para os temas, argumentando que a manutenção da pobreza e de níveis agudos de fome, ou aumento desta em alguns países seria o grande “ponto fraco” para o sucesso do modelo de desenvolvimento equilibrado dessas economias (BELIK et al., 2001).

Realiza-se então, no ano de 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma (Itália), onde reuniu 186 países e definiu-se como meta a redução pela metade do número de desnutridos até o ano 2015, fazendo com que a FAO adotasse uma metodologia para acompanhamento da quantificação da fome no

⁷ Após ser encerrado em 1995, o CONSEA foi retomado somente em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo extinto novamente em 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro.

mundo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), seguiu no mesmo discurso e adotou o compromisso de reduzir pela metade a extrema pobreza no mundo, passando a publicar anualmente avaliações sobre o estado de desenvolvimento humano mundial, por meio de indicadores sociais (BELIK et al., 2001).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995-2002 também foi marcado pela política neoliberal que atendia aos interesses do capital. Várias empresas e serviços públicos foram privatizados nesse governo, consolidando o neoliberalismo econômico no Brasil (SANTOS; GARCIA, 2017).

Verifica-se que, entre os anos de 1995-1998, os programas de alimentação e nutrição até então existentes, continuaram sendo desenvolvidos nos moldes operacionais dos governos anteriores. Ao final desse período ainda funcionavam: o PNAE; o PAT; o Programa Leite é Saúde, que passou a denominar “Programa de Combate às Carências Nutricionais” (PCCN) e depois “Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais” (ICCN); os demais programas voltados ao combate às carências nutricionais específicas e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), criado com a intenção de buscar informações sobre os problemas de alimentação e nutrição, bem como levantar a distribuição geográfica das populações em risco alimentar (VASCONCELOS, 2005).

Em relação ao PNAE, um ponto positivo do governo FHC foi a descentralização do programa, pois até o ano de 1993, ele era executado de forma centralizada. O órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros alimentícios por meio de licitações, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda realizava a distribuição dos alimentos em todo o país (FNDE, 2017).

Em geral, os alimentos eram formulados e industrializados e eram comprados de um grupo selecionado de algumas empresas. Em sua maioria, estes alimentos não condiziam com os hábitos dos alunos, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, os produtos chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos (TRICHES; SCHNEIDER, 2010a).

A partir de 1994 o Governo Federal instituiu a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, descentralizando o programa e passando o gerenciamento das verbas e as

ações do PNAE para os estados, os municípios e o Distrito Federal (CORRÊA et al., 2017).

O repasse passou a ser feito diretamente aos municípios e Secretarias de Educação, e a transferência passou a ser automática, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, o que permitiu maior agilidade ao processo (FNDE, 2017).

A partir da lei de descentralização, o PNAE passou a ter uma relação direta com o censo escolar, uma vez que é a partir dos dados das matrículas dos alunos que o governo federal repassa os recursos financeiros que serão destinados a compra dos gêneros alimentícios que irão suprir a alimentação dos alunos (SANTOS; GARCIA, 2017).

No ano 2000 foi instituído, em todos os municípios, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão autônomo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE. Sua principal finalidade é o acompanhamento e assessoramento às entidades executoras do PNAE nas aplicações dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal à conta do programa (BRASIL, 2008a).

Os CAEs são formados por representantes de entidades civis, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo (FNDE, 2017). Eles constituem-se em importante instrumento para fiscalização das ações do PNAE, assegurando a destinação correta dos recursos e inibindo possíveis fraudes nos processos que envolvem o gerenciamento da alimentação escolar nos municípios.

2.2 A reestruturação do PNAE no período de 2003 a 2015

Durante o governo Lula (2003-2010), seu principal projeto de combate à fome no País foi o Programa Fome Zero (PFZ), lançado em 31 de janeiro de 2003, sendo referenciado como umas das grandes prioridades de sua gestão. O PFZ era composto por um conjunto de ações que seriam integradas com o objetivo de erradicação da fome e implementação da política de segurança alimentar e nutricional no País. No mesmo ano, o presidente Lula fez a unificação dos Programas de Transferência de Renda iniciados nos anos anteriores pelo governo

FHC e criou o Programa Bolsa Família (PBF), com a perspectiva de contribuir para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres, por meio de transferências em dinheiro às famílias (VASCONCELOS, 2005).

É necessário considerar que no contexto atual das políticas públicas da sociedade brasileira o PBF destacou-se entre os programas assistenciais por seus aspectos relevantes, a saber: o PBF integrava uma política nacional de transferência de renda, constituindo-se no eixo principal da proteção social no Brasil; propôs a unificação dos programas federais, estaduais e municipais, com aumento significativo dos recursos a eles destinados; e atingiu 12,7 milhões⁸ de famílias em todo o Brasil no ano de 2017 (TRISOTTO, 2017).

Uma inclusão importante realizada no PNAE foi a exigência do nutricionista como Responsável Técnico (RT) pelo PNAE, no ano de 2006, bem como de formação do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as entidades executoras, que permitiu uma melhoria significativa tanto na qualidade do PNAE, quanto ao alcance de seu objetivo (CORRÊA et al., 2017). Diversas prefeituras passaram a efetuar a contratação destes profissionais para estarem a frente do PNAE em sua execução e gestão, acarretando um aumento significativo na demanda por estes profissionais.

Para se ter uma ideia, em 2003 havia apenas 12% de profissionais nutricionistas atuando no programa nos estados e municípios, quando não era exigido. Em 2011, esse número foi ampliado para mais de 82% (SANTOS; GARCIA, 2017), o que significou o reconhecimento da importância deste profissional na gestão do PNAE.

O nutricionista que atua no PNAE é responsável pela coordenação das ações de alimentação escolar, a inserção nos cardápios de produtos da agricultura familiar respeitando os hábitos alimentares, a vocação agrícola e a cultura alimentar de cada região e a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas atendidas (BRASIL, 2009a).

Ainda em 2006, realizou-se a parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs). Os CECANEs são unidades de referência e apoio

⁸ Este número refere-se ao ano de 2017 e equivale ao mesmo número registrado em 2010. Neste intervalo de sete anos, o programa chegou a ter quase 14,1 milhões de beneficiários (TRISOTTO, 2017).

constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, destaca-se as capacitações dos profissionais sociais envolvidos no PNAE, como nutricionistas e merendeiras (FNDE, 2017).

Também foi durante a gestão de Lula que a merenda escolar foi estendida aos alunos das creches e das comunidades indígenas. Em 2003, aproximadamente 870 mil alunos de zero a três anos passaram a ser contemplados. Eles receberam merenda escolar durante 151 dias letivos neste ano. No ano seguinte (2004), a oferta aumentou para 250 dias. A fim de atender aos indígenas, foi firmada uma parceria entre o MEC com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), onde foi repassado recursos per capita para 115 mil alunos e o valor diário foi alterado de R\$0,13 para R\$0,34 (CARDOSO, 2004).

Esse aumento representou uma importante conquista do PNAE, pois o acesso à merenda de qualidade é condição indispensável para um bom aprendizado de todas as crianças que frequentam a escola pública. No que tange às comunidades indígenas, a merenda servida na escola é, na maioria das aldeias, a garantia de uma refeição, para complementar suas necessidades nutricionais diárias.

Ainda no ano de 2003, o MEC repassou R\$ 1,2 milhão ao Projeto Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, para garantir reforço alimentar a 108,6 mil alunos de 543 escolas públicas do ensino fundamental. Tiveram prioridade escolas localizadas em áreas urbanas de risco social que oferecem atividade física aos estudantes (CARDOSO, 2004).

É evidente que o aumento no repasse dos recursos promoveu a ampliação do número de crianças atendidas pelo PNAE, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais no Brasil e para que mais crianças fossem alimentadas diariamente.

2.2.1 A lei 11.947/2009 e a implantação de produtos da agricultura familiar na merenda escolar brasileira

O programa de alimentação escolar brasileiro, desde sua criação, passou por várias modificações ao longo dos anos. No entanto, ficou evidente, no ano de 2009

um avanço muito importante para o PNAE: a aprovação da lei 11.947, a qual consolida a vinculação da agricultura familiar com a alimentação escolar. Esta lei estabeleceu que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar, mais especificamente por meio do PAA, priorizando-se os produtos produzidos por assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (VILLAR et al., 2013).

Os pesquisadores acima afirmam em suas análises que a operacionalização desta política é bastante complexa, uma vez que envolve diversos setores do governo e da sociedade, nos âmbitos municipal, estadual e federal e, para que essa operacionalização ocorra de forma adequada, é fundamental que existam condições favoráveis nas diversas esferas que estão envolvidas, tanto com a alimentação escolar, como com a agricultura familiar (VILLAR et al., 2013).

Por outro lado, a nutricionista Albaneide Peixinho (2011) afirma que a aquisição de alimentos da agricultura familiar contribuiu para o desenvolvimento da economia local, a geração de emprego e renda e ainda fomentou a inserção de alimentos saudáveis e adequados na alimentação escolar.

Stolarski (2014, p.18) afirma que

[...] esta lei tornou-se um marco nas políticas públicas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), porque incentiva a agricultura familiar e, conseqüentemente, estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, bem como a inovação de um novo formato para as aquisições públicas brasileiras neste segmento, as denominadas chamadas públicas.

Sobre a forma de organização do PNAE em relação aos recursos financeiros, o Programa transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social (os valores serão demonstrados no próximo capítulo). Dessa forma, destaca-se o fato de o PNAE valorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da AF, bem como diferenciar o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (FNDE, 2017).

Em 2012, sob a gestão da presidente Dilma Rousseff, o governo aumentou o valor do repasse do PNAE para os alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (FNDE, 2017).

Em 2013, o PNAE aumentou sua abrangência, pois os alunos que frequentavam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os da Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial e alunos matriculados em escolas de tempo integral foram incluídos no atendimento do PNAE (FNDE, 2017). Neste mesmo ano, houve a publicação da Resolução CD/FNDE nº 26 que destacou as ações reconhecidas como sendo de EAN e de SAN. Estas atividades foram incorporadas pela primeira vez nas legislações específicas da alimentação escolar, demonstrando sua relevância e sintonia com as políticas públicas do governo relacionadas à SAN, ao Plano Nacional de Combate à Obesidade e ao Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). A resolução estabeleceu que estas ações deveriam ser coordenadas por nutricionista habilitado (STOLARSKI, 2014).

As últimas alterações promovidas no PNAE no governo Dilma se deram no ano 2015, quando a Resolução CD/FNDE nº 4, considerando o fortalecimento da AF e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da AF e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. Essa resolução modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda, além de estabelecer definições sobre grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e os critérios para desempate. Ademais definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu que os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato (FNDE, 2017).

Os critérios estabelecidos foram fundamentais para consolidar a forma de compra de produtos da agricultura familiar e das associações e cooperativas de agricultores envolvidas, uma vez que torna o processo de aquisição mais transparente e mais efetivo, dando sustentação aos preços dos produtos agrícolas destes setores, e garantindo o acesso à alimentação àqueles em situação de insegurança alimentar, como ocorre em muitas escolas brasileiras.

No quadro 2 consta a distribuição dos recursos financeiros e o número de alunos atendidos pelo PNAE no período de 2003-2015.

Quadro 2. Distribuição dos recursos financeiros executados (em milhões de reais) e do número de alunos atendidos pelo PNAE no período de 2003 a 2015.

ANO	Recursos Financeiros (Em milhões de R\$)	Alunos atendidos (Em milhões)
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0**
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1
2013	3.542	43,3
2014	3.693	42,2
2015	3.759	41,5

Fonte: FNDE (dados estatísticos).

**No ano de 2009 foi iniciado o atendimento aos alunos participantes do Programa Mais Educação, que foram incorporados ao quantitativo de matrículas, fato que não ocorreu nos anos subsequentes.

Os dados apresentados demonstram que a aplicação dos recursos financeiros destinados ao PNAE aumentou significativamente durante estes doze anos, em razão da maior cobertura em modalidades de ensino, a qual abrange atualmente desde os alunos das creches (onde os repasses por aluno são de forma diferenciada) até os alunos que frequentam a EJA, assim como a ampliação para alunos das comunidades indígenas e quilombolas, o surgimento do “Programa Mais Educação” e as escolas de tempo integral. Outro fato relacionado é o aumento progressivo do valor per capita/aluno/dia letivo no decorrer dos anos e a ampliação na oferta de educação pública.

Abreu (1995) afirma que, apesar de a alimentação escolar não resolver o problema da desnutrição no país, ela apresenta-se como uma medida paliativa necessária. Considerando que para muitos alunos a alimentação escolar representa o limite da sobrevivência e a possibilidade de não sentir fome durante as aulas, o autor reforça a ideia da importância de uma merenda de melhor qualidade e ofertada continuamente aos escolares. Ele ainda pondera que estudos têm demonstrado que a merenda escolar, mesmo sem promover mudanças no estado nutricional da clientela, interfere positivamente no rendimento escolar, pois, ao agir sobre a "*fome do dia*" (*grifo do autor*), aumenta a capacidade de concentração nas atividades pedagógicas. Desta forma, a merenda atua como ferramenta que permite ao aluno não sentir fome durante a aula, ou seja, proporciona um estado fisiológico adequado ao processo ensino-aprendizagem.

Bittencourt (2011, p. 76) afirma que

a existência de programas de alimentação nas escolas tem sido permeada por discussões e ambiguidades. De um lado, estão aqueles que acreditam que não é papel da escola o dever de oferecer alimentação aos estudantes. Do outro lado, estão os que defendem que a alimentação não é um serviço ou benefício de simples assistência e sim a resposta a um direito que está em emergência. Esta discussão é bem atual e permanece presente nas discussões entre educadores, gestores e nutricionistas.

Nos estudos sobre sistemas educacionais na América Latina, Boschi (2004) ressalta que em muitos países a implementação da alimentação escolar tem contribuído na redução do absenteísmo, na ampliação das matrículas escolares e na decisão das famílias em manter seus filhos na escola.

Com efeito, as premissas levantadas durante esse percurso histórico afirmam que o PNAE é um programa suplementar à política educacional, e se constitui como elemento substancial para manter as crianças na escola. É evidente que, a partir de 2003, o tema da alimentação escolar ganhou uma nova abordagem, por meio das medidas tomadas durante o período de 2003 a 2015, as quais fortaleceram o Programa, além da implantação do PAA e do incentivo à AF, articulando forças para a consolidação e institucionalização da SAN no contexto das políticas públicas.

No próximo tópico iremos esclarecer este conceito importante e o conceito de soberania alimentar e de que forma o PNAE está conectado com a política de SAN no país.

2.3 A alimentação escolar como eixo de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da soberania alimentar no cenário brasileiro

O PNAE é um programa que vem sendo executado há mais de 60 anos no Brasil e, ao longo deste período se mostrou como uma importante política pública de alimentação e nutrição em todo o mundo. Ele está pautado no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2006b).

A SAN propõe que as políticas de estímulo ao crescimento da produção agroalimentar devam estar associadas à valorização das culturas alimentares, bem como ao enfrentamento da pobreza no meio rural e ao estímulo ao desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2013).

O Brasil é um dos países que mais avançaram na consolidação de uma institucionalidade pública de SAN, com o intuito de concretizar políticas, programas e ações governamentais para garantir a universalidade deste direito (BURLANDY; MALUF, 2011).

Os primeiros debates em nível nacional e internacional sobre as concepções de SAN começaram na década de 1990, porém, seu principal marco histórico no País, foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006 (LOSAN - Lei 11.346), durante o governo Lula, que criou o Sistema Nacional de SAN (SISAN) e estabeleceu as bases para a construção da Política Nacional e do Plano Nacional de SAN (BRASIL, 2006a; CARVALHOSA, 2015).

Este movimento social vivido no Brasil envolveu também organizações da sociedade civil chegando à definição do conceito bem antes, durante o Fórum Brasileiro de SAN, que aconteceu em 2003 e foi referendada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Olinda (PE), no ano de 2004 (MALUF; REIS, 2005a).

Com o acontecimento destes dois eventos, o CONSEA, que foi reativado em 2003, no primeiro mandato de Lula, estabeleceu uma definição para SAN, sendo

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004. p. 4).

Os princípios que envolvem a SAN abordam questões relacionadas ao acesso ao alimento, com ênfase na produção, principalmente por agricultores

tradicionais e familiares, e toda cadeia de processamento, comercialização e abastecimento, incluindo redistribuição de renda, formas participativas de produção e o uso sustentável dos recursos e, ainda, a conservação da biodiversidade, considerando os vários aspectos culturais da população. Inclui também a garantia da qualidade sanitária e nutricional do alimento, estimulando práticas e estilos de vida saudáveis, que sejam promotores de saúde. Objetivando ainda gerar informação, garantir o acesso a este conhecimento e formulação e implementação de políticas públicas (BRASIL, 2006a).

A base legal que formalizou a concepção da SAN reitera que seu alcance requer a soberania alimentar, que nos termos da lei diz que “a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo dos alimentos” (BRASIL, 2006a).

A soberania alimentar é definida como o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos (STÉDILE; CARVALHO, 2012).

Entende-se que a segurança alimentar e a soberania alimentar são propostas que compartilham do mesmo propósito geral, que é garantir o direito à alimentação. Segundo Hoyos e D’Agostini (2017, p.176), “o Estado é o único que tem instrumentos políticos e jurídicos específicos para a exigibilidade de ações imediatas para a proteção contra a fome.”

É importante mencionar que a fome e a desnutrição são as manifestações mais graves relacionadas à insegurança alimentar, e mais recentemente a obesidade vem se destacando e se tornando também um problema de saúde pública. Como a classe social ou o nível de renda são fatores para insegurança alimentar, pode-se afirmar que os mais pobres estão mais expostos a esta condição (MALUF; REIS, 2013).

O ponto de vista do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) traz elementos importantes para a reconstrução das políticas públicas. O DHAA é definido como o direito que todo ser humano tem a uma alimentação adequada que

seja não somente saudável, mas também adequada às suas características biológicas, sociais e culturais (BURLANDY; MALUF, 2011).

Também nesse sentido, Maluf e Reis (2005b) corroboram que a SAN se constitui na materialização de um direito que postula o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e que a promoção da SAN não deve comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais à existência humana. Da mesma forma que a promoção da SAN significa também a promoção da saúde, do respeito à diversidade cultural e da sustentabilidade econômica e ambiental.

Da mesma forma, Burlandy e Maluf (2011) afirmam que o princípio da soberania alimentar sustenta o direito dos povos de definirem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos de que necessitam. Com raízes na noção de soberania nacional, a soberania alimentar valoriza a produção própria de alimentos, durante muito tempo foi sinônimo de autossuficiência produtiva nacional, nas dimensões agrícola e rural. Para os autores, os movimentos sociais ligados às questões agrárias e ao desenvolvimento rural foram os grandes impulsionadores iniciais da soberania alimentar.

A colocação da soberania alimentar e do DHAA se constituem elementos fundamentais para orientar as políticas de promoção da SAN (MALUF, 2007), pois são baseadas no reconhecimento de problemas de várias ordens como: a perda da biodiversidade, os riscos socioambientais, a violação da identidade cultural dos povos, o acirramento das desigualdades sociais e da concentração das terras, os processos produtivos e da comercialização e as relações deste cenário com o perfil de consumo alimentar. Certamente, uma parte destes problemas guarda estreita relação com os modos de dominação política e econômica entre Estados e entre os povos e grupos sociais (BURLANDY; MALUF, 2011).

Dessa forma, visualizamos no PNAE como sendo o mais antigo programa social do país, em funcionamento ininterrupto, na área de SAN, e, que conquistou importantes avanços na garantia do DHAA, e foi inclusive reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (SCARPARO et al., 2010; SOUZA; MAMEDE, 2010).

O atual PNAE, que anteriormente era uma ação pontual e recebia financiamento de organismos internacionais para realizar suas ações, aos poucos, teve seu escopo de atividades ampliado. Deixou de ser uma iniciativa incerta e

centralizada e tornou-se um programa amplo, variado e participativo, atualmente um dos mais abrangentes na área de alimentação e nutrição, tendo investido somente no ano de 2013 R\$ 3,5 bilhões no atendimento a 43 milhões de alunos (BRASIL, 1955; SINADER; BALABAN; BURLANDY, 2013).

Sendo norteado por decreto e lei recentes, como o caso da Lei 11.947/2009 e da Resolução FNDE 26/2013⁹, a longevidade do PNAE caracteriza certa estabilidade ao programa, que, ao longo do tempo, apresentou avanços significativos (SIQUEIRA et al., 2014).

A sanção da lei 11.947/09 concedeu reformulação ao PNAE, pois avançou no tocante à incorporação da sustentabilidade e do fornecimento de uma alimentação saudável e adequada aos escolares durante a jornada de aula. Além disso, estabeleceu que os cardápios devem respeitar os hábitos alimentares, a cultura e a tradição da localidade, pautados na diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009).

Em 2010, primeiro ano da legislação em vigor, o montante destinado à compra de produtos da AF correspondeu a 22,7% do valor de compras para a alimentação escolar (esse valor correspondeu a R\$150.397.052,68) e aproximadamente 47% dos municípios adquiriram produtos da AF. A região centro-oeste apresentou a maior proporção de municípios com compra de gêneros da AF (35,5%) e a região sul, o maior percentual (71,3%) (SARAIVA et al., 2013).

Notadamente, esta lei concedeu apoio inquestionável a AF por meio de obrigação de compra de gêneros oriundos de comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais, além da preocupação com a promoção de saúde e desenvolvimento de hábitos saudáveis; valorização de alimentos menos processados e restrição de alimentos não saudáveis no ambiente escolar; entendimento da escola como espaço potencialmente promotor de saúde e por isso ser fundamental a EAN no ambiente escolar (TEO; MONTEIRO, 2012; BRASIL, 2009).

De fato, é evidente o que diversas pesquisas científicas têm apontado que o PNAE é uma política pública apta a evitar crises de abastecimento (BELIK; SOUZA, 2009), proporciona a conexão entre consumo e produção dentro da cadeia alimentar

⁹ Esta Resolução dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. No seu Art. 1º, a Resolução estabelece as normas para a execução técnica, administrativa e financeira do PNAE aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais (BRASIL, 2013).

(TRICHES; SCHNEIDER, 2010a), e promove o desenvolvimento local (BELIK; SOUZA, 2009; TRICHES; SCHNEIDER, 2010b), além de resgatar hábitos alimentares saudáveis (CHAVES et al., 2009; PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2012). Comparado com os quase 20 países da América Latina onde existem programas de alimentação escolar, o PNAE se destaca pela regularidade, além do desenho voltado à dinamização da economia local (BELIK; SOUZA, 2009).

É consenso entre os pesquisadores analisados que o PNAE tem se mostrado um programa bastante efetivo, o que se justifica em conseguir manter-se ativo por mais de seis décadas. Relevante destacar também a sua importância para a economia dos municípios, garantindo mercados, e sua importância social, garantindo ao menos uma refeição por dia para muitas crianças, em todas as regiões do país, principalmente as mais afetadas pela pobreza.

CAPÍTULO 3

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE E SUA RELAÇÃO COM O PAA

Neste capítulo, será realizado um detalhamento acerca do funcionamento do PNAE, suas diretrizes e princípios e as interfaces que se estabeleceram entre este e o PAA. O PAA foi implantado em 2003, como estratégia do PFZ. Para finalizar, será apresentada a relação entre a AF e PNAE.

3.1 Operacionalização do PNAE

Neste tópico, será abordado acerca da operacionalização do PNAE, de acordo com consultas realizadas nos documentos oficiais. Inicialmente, é preciso ressaltar que o propósito do programa consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal (DF) e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O controle do Programa é realizado pelo FNDE, autarquia vinculada ao MEC que é responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa (BRASIL, 2008).

De acordo com Peixinho (2011), a responsabilidade do FNDE é prover juntamente com estados, municípios e o DF instrumentos que asseguram educação de qualidade, permitindo a introdução de uma alimentação adequada e saudável nas escolas, seja, tanto por meio da discussão pedagógica de sua importância no componente da saúde do indivíduo como também na construção da sua cidadania. A alimentação escolar promove maior interação dos alunos, a socialização entre eles, o resgate à cultura e tradição alimentar, a redução da fome fisiológica provocada pelo espaço de tempo decorrido entre a última refeição, seja ela provocada pela falta de acesso socioeconômico ou pelo gasto energético do aluno.

Além disso, o PNAE procura fortalecer o desenvolvimento da economia local, incentivando os gestores públicos dos estados, municípios e DF a adquirirem os gêneros alimentícios dos produtores locais, propiciando a vocação agrícola da

região, a integração direta do agricultor familiar e o empreendedor familiar rural com o sistema educacional (PEIXINHO, 2011).

O repasse dos recursos financeiros do PNAE é feito diretamente aos estados, municípios e escolas federais, conforme o Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O PNAE pode ser acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos CAEs, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2017).

Os valores financeiros são distribuídos em caráter suplementar, divididos em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos da educação básica. As secretarias de educação, que são responsáveis pelas redes de ensino, recebem os recursos e operam a alimentação escolar (FNDE, 2017).

Os valores repassados pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

No quadro a seguir estão demonstrados os valores per capita por aluno por dia letivo, de acordo com as modalidades de ensino, praticados no governo Dilma Rousseff, no ano de 2014.

Quadro 3. Valores per capita/aluno/dia para atendimento do PNAE, por modalidade de ensino.

Modalidade de Ensino	Per capita/aluno/dia (R\$)
Creches	1,00
Pré-escola	0,50
Escolas indígenas e quilombolas	0,60
Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos	0,30
Ensino integral	1,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	0,50
Alunos do Programa Mais Educação	0,90

Fonte: FNDE (2014). Obs.: Dados referentes ao Governo da Presidente Dilma (2014).

O aumento do valor per capita por aluno, por dia letivo, foi feito de forma gradativa ao longo dos anos. Por exemplo, para alunos do ensino fundamental e médio o repasse era de R\$0,06 no ano de 1996, passando para R\$0,22 no ano de 2003, e foi reajustado para R\$0,30 no ano de 2014. Esse aumento significou a ampliação dos repasses federais aos municípios e estados e refletiu diretamente na melhora da qualidade da alimentação nas escolas.

É sabido que a alimentação na escola se vincula diretamente ao estado nutricional e saúde da criança e do adolescente. Vários estudos vêm reforçando a importância da escola como espaço ideal para a intervenção no sentido de formação e consolidação de hábitos saudáveis, visando à prevenção da obesidade e doenças crônicas (BARLOW et al., 2007; MONDINI et al., 2007).

É importante esclarecer que o cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de EAN. Assim, o planejamento dos cardápios e o acompanhamento de sua execução devem estar aliados para o alcance do objetivo do PNAE (FNDE, 2017).

Os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas, que são os responsáveis técnicos de cada rede de ensino e devem considerar o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo às necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde. Deve-se considerar também os gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela AF e os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo (FNDE, 2017).

Os requisitos apontados para elaboração dos cardápios ofertados nas escolas têm como objetivo tornar a alimentação escolar mais saudável, devido ser cada vez mais preocupantes os altos índices de obesidade na infância e na adolescência, bem como o surgimento das doenças crônicas associadas ao excesso de peso, como diabetes, hipertensão e carências alimentares.

3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A criação do PAA, em 2003, resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Inicialmente, o programa trouxe a discussão a respeito da SAN, debate que se intensificou a partir do final da década de 1980, teve retração nos anos 1990 e encontrou maior espaço no governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003. Em segundo lugar, contribuiu para o reconhecimento da AF, a qual ganhou maior expressão com a criação do PRONAF, em 1996, que, até então, estava à margem das ações do Estado, sofrendo as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil (GRISA et al., 2010).

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, como uma das ações do PFZ (BRASIL, 2003). Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses objetivos, o PAA compra alimentos produzidos pela AF, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelas diversas instituições públicas de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (HESPANHOL, 2013).

Outros objetivos do PAA compreendem: gerar renda e sustentar preços para a AF; fortalecer as associações e cooperativas de agricultores familiares; garantir acesso a uma alimentação diversificada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (ou em condições de vulnerabilidade social); valorizar a produção e a cultura alimentar das populações; promover a fixação das famílias no campo; dinamizar a economia local (pois aumenta a oferta de alimentos no mercado local e gera maior número de postos de trabalho); promover formação de estoques de alimentos estratégicos; melhorar a qualidade dos produtos da AF; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e/ou a agricultura orgânica, além de promover o resgate e preservação da biodiversidade (CONAB, 2003; NASCIMENTO NETO, 2012).

Em 2009, durante o governo Lula, o PAA foi inserido no PNAE, por meio da Lei 11.947, de 16 de Junho de 2009, estabelecendo que, no mínimo 30% dos

recursos financeiros repassados pelo FNDE fossem utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela AF ou pelo empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, de acordo com o disposto no artigo 14 da referida lei (BRASIL, 2009a). A legislação ainda reforça que

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, 2009a).

Essa lei foi um “divisor de águas” nas políticas públicas referentes à SAN, porque amparou explicitamente a AF, obrigando a utilização dos produtos produzidos pelos agricultores e, depois, porque foi uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras. Se até então todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como "Agricultor Familiar" com a dispensa do processo licitatório (TRICHES; SCHNEIDER, 2010a), desburocratizando o processo de compras para a alimentação escolar.

É importante frisar que a merenda escolar acabou por se tornar a maior demandante da modalidade do PAA denominada “Compra para Doação Simultânea”, representando 50% das aquisições (SILVA, 2013). Esta modalidade compreende a doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e de programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da AF e na geração de trabalho e renda no campo (BRASIL, 2009a).

Triches e Froehlich (2008) afirmam que através do consumo da alimentação escolar proveniente da agricultura familiar, as crianças são beneficiadas com mais alimentos frescos, variados e com melhor qualidade nutritiva, confluindo para maior aceitabilidade e consumo por parte dos alunos.

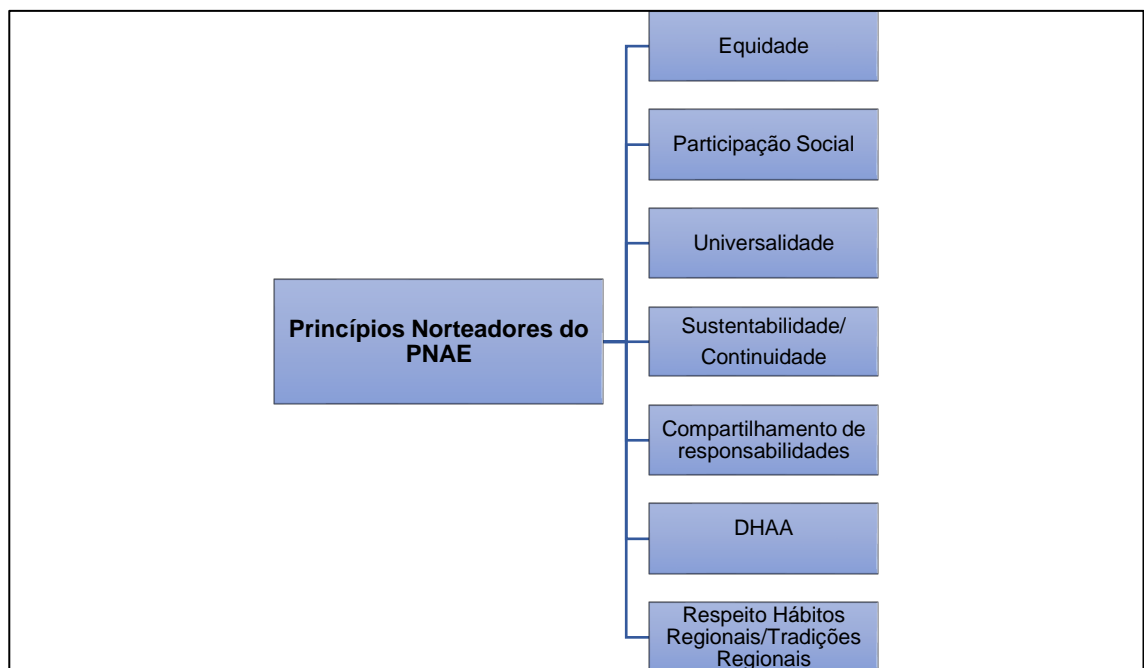
De acordo com Grisa e colaboradores (2010), o PAA formula-se orientado para o incentivo da produção de alimentos calcado em bases agroecológicas ou

orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorizando a biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, a utilização de sementes crioulas e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais.

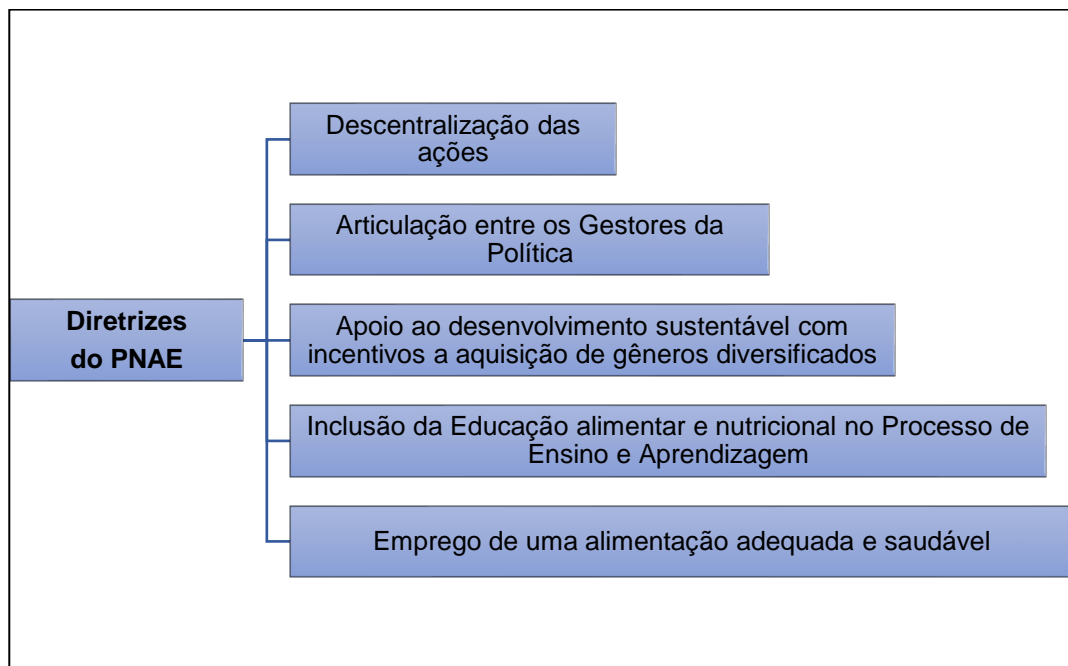
O PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação, as relações sociais, entre outros, contrapondo-se ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES; FROEHLICH, 2008).

De acordo com Peixinho (2011), após a sanção da lei 11.947/2009, o PNAE foi normatizado, com uma nova Resolução CD/FNDE, de nº 38 de 16 de julho de 2009, passando a ter os princípios e diretrizes ilustrados, nas figuras 1 e 2:

Figura 1. Princípios do PNAE



Fonte: FNDE/MEC (BRASIL, 2009b). (Elaboração: autora).

Figura 2. Diretrizes do PNAE

Fonte: FNDE/MEC (BRASIL, 2009b). (Elaboração: autora).

De acordo com dados do extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2012, o governo liberou R\$ 839 milhões para a compra de alimentos via PAA. Em 2016 foram R\$ 439 milhões. Para o ano de 2017, apenas R\$ 150 milhões, o que significou uma redução impactante na vida de muitos produtores familiares que dependem da comercialização dos produtos agrícolas (GLOBO RURAL, 2017). Essa diminuição progressiva nos repasses ao Programa, notoriamente nos anos de 2016 e 2017, foram reflexo de uma política de cortes de gastos que comprometeu diversos projetos que integravam o PAA, enfraquecendo-o em várias regiões do país.

A associação entre essas políticas, PAA e PNAE, a partir de 2003, representaram um grande salto na qualidade da alimentação escolar, se transformando em uma política pública importante, ao promover o incentivo à AF, movimentar a economia dos pequenos produtores e assentados, garantir renda, valorização e sustentação dos preços, além de proporcionar alimentação de qualidade nas escolas de todo o país.

A descontinuidade dessas estratégias representa um retrocesso nas conquistas das políticas públicas de SAN, uma vez que a ampliação do mercado institucional da AF possibilitou o fortalecimento do setor, como também o incentivo às cooperativas e associações da unidade familiar no campo.

3.3 Relação entre agricultura familiar e alimentação escolar

A importância social e econômica da AF é inquestionável mediante todos os dados apresentados anteriormente, e representa um grande avanço nas políticas públicas no cenário brasileiro. Dados do Censo Agropecuário de 2006 retratam que 50% dos alimentos que compõem a cesta básica são provenientes da AF. O Censo também demonstrou que a AF constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do País (IBGE, 2006). A AF também abastece o mercado interno e vincula-se ao controle da inflação dos alimentos consumidos no Brasil, além de garantir a segurança alimentar e contribuir para erradicar a fome de muitos brasileiros, em muitas regiões do país (CARVALHO, 2017).

Em 2015, a agricultura familiar respondeu por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, era responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. O setor também empregava 74% das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, sete eram de agricultores familiares (CARVALHO, 2017).

A Lei nº 11.947/09, que instituiu o PNAE em sua configuração atual, incluiu um "novo" agente beneficiário do Programa: os agricultores familiares, que passaram a ter mais um ponto para venda de seus produtos (SILVA; DIAS; AMORIM JUNIOR, 2015). O PNAE nesta nova configuração então reconhece a alimentação das crianças como um direito e é um dos eixos principais para a promoção da SAN.

Nesse sentido, MALUF (2009, p. 1) afirma que “a nova lei cria um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, medida pela valorização da diversidade de hábitos alimentares”.

Diante disso, o PNAE se constitui em oportunidade para que os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos (associações ou cooperativas) consigam diversificar e escoar sua produção, melhorar a qualidade dos seus produtos, agregar melhores preços, eliminar os atravessadores, se configurando em uma alternativa real de geração de renda e oportunidade de inclusão produtiva para

jovens e mulheres, bem como outras virtudes do programa (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

A diversificação, produzida por esse ramo, além de uma característica da produção familiar, é considerada uma estratégia de redução dos riscos (climáticos, oscilações de preços etc.) adotada pelos agricultores familiares. Também pode ser considerada uma possibilidade de inserção de todos os membros da família em determinadas atividades que podem ser de caráter agrícola e não agrícola (BUAINAIN et al., 2003).

Por décadas, as refeições servidas nas escolas públicas brasileiras objetivavam corrigir deficiências nutricionais ou garantir que a criança em situação de vulnerabilidade social, em determinadas regiões do Brasil, tivesse acesso a uma refeição diária. De fato, a pobreza extrema ainda é uma realidade e muitos alunos frequentam a escola para ter acesso à alimentação. Por isso, a necessidade de um programa sofisticado que exija a articulação de políticas públicas focadas em educação, saúde, agricultura, cultura e bem-estar, destacando a importância socioeconômica da AF, tornando compulsório a utilização de produtos provenientes dela no preparo da alimentação escolar, no sentido de contribuir para uma prática promotora da saúde, dinamização da economia local, inclusão social e desenvolvimento sustentável (NOGUEIRA, 2016).

Compreender que a alimentação e saúde estão intrinsecamente ligadas é urgente na definição das políticas públicas. Os governos não podem conceber os setores de forma isolada, mas sim, precisam integrar a agricultura à saúde e à educação. Já ficou provado que o apoio dado à AF, por intermédio de ações para facilitar o acesso ao crédito e assistência técnica aos produtores familiares foi de extrema importância também para que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome, no ano de 2014, segundo dados divulgados pela FAO (NEXO JORNAL, 2017).

A saber, o Mapa da Fome indica desde 1990 o número global de pessoas subalimentadas no mundo e mostra que regiões obtiveram progressos nas proporções de pessoas subalimentadas. Quando o indicador está acima de 5%, significa que o país está dentro do Mapa da Fome. Quando cai abaixo de 5%, o país sai do Mapa da Fome. Em 2014 o Brasil chegou ao índice de 3% de pessoas em estado de subalimentação, por isso saiu do Mapa da Fome da FAO (NEXO JORNAL, 2017).

De acordo com o relatório denominado “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”¹⁰, elaborado pela própria FAO, entre 2002 e 2013, caiu 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação. O relatório mostrou também que o Indicador de Prevalência de Subalimentação¹¹, uma medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional chegou a nível menor que 5% no Brasil (REVISTA FORUM, 2014; FAO, 2018). Em 2002, 10,7% da população brasileira era subnutrida. Em 2013, o percentual caiu para 1,7% (REVISTA FORUM, 2014).

No entanto, segundo outro diagnóstico elaborado por cerca de 20 entidades da sociedade civil e apresentado em julho de 2017, sobre o desempenho do Brasil no cumprimento dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, traz um alerta para o risco de o País voltar ao próximo Mapa da Fome. Um dos especialistas que foi responsável pela elaboração do relatório, o economista Francisco Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e da *ActionAid* Brasil, afirmou que o risco se deve a uma combinação de fatores que se colocaram de 2015 a 2017, como a alta do desemprego, o avanço da pobreza, o corte do número de beneficiários do PBF e o congelamento dos gastos públicos por até 20 anos (BRASIL, 2016b; NEXO JORNAL, 2017).

Diante de tal previsão, somos levados a acreditar que o Brasil está prestes a vivenciar um retrocesso de conquistas. As informações discutidas ao longo desse trabalho mostraram o quanto foi difícil construir políticas públicas que se voltassem as reais necessidades da população mais necessitada e que, em um curto período, se nada for feito, o país retornará ao Mapa da Fome da ONU.

As medidas de cortes de gastos adotadas para enfrentar a recessão econômica atingem aqueles que mais sofrem os seus efeitos, os mais pobres. É justamente no período de crise que os investimentos em programas sociais precisariam ser aumentados e não cortados.

¹⁰ O relatório da FAO trouxe sete países (Brasil, Bolívia, Haiti, Indonésia, Madagascar, Malavi e Iémen) como estudos de caso por desenvolverem políticas de combate à fome eficazes (REVISTA FORUM, 2014).

¹¹ A FAO utiliza este indicador chamado “prevalência da subalimentação” combinando dados sobre a oferta de alimentos e aplica questionários a uma amostra da população para estimar a proporção de pessoas que não consomem calorias no limite mínimo para suas necessidades vitais (NEXO JORNAL, 2017).

CAPÍTULO 4

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado os caminhos percorridos para se chegar nos resultados da pesquisa, descrevendo todas as etapas do percurso metodológico. Esta etapa é muito importante para qualquer pesquisa científica.

O presente trabalho refere-se a um estudo de caso, de abordagem qualitativa, amparado em pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e pesquisa de campo envolvendo entrevista e aplicação de questionário.

4.1. Características da pesquisa

4.1.1 Pesquisa qualitativa

A abordagem qualitativa é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por muita complexidade interna. Ela trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e busca aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos (MINAYO; SANCHES; 1983).

A pesquisa qualitativa não se “preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na pesquisa qualitativa, o “cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

4.1.2 Estudo de caso

Para Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de pesquisas.

Yin (2005, p. 32) define o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ele afirma que o estudo de caso abrange planejamento, técnicas de coleta de dados e análise deles.

Fonseca (2002), por sua vez, afirma que um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Na perspectiva de Merriam (1988), o conhecimento gerado a partir do estudo de caso difere do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas, porque é mais concreto, mais contextualizado, volta-se mais para a interpretação do leitor e baseia-se em populações de referência determinadas pelo leitor.

Neste trabalho, foi realizado um estudo de caso referente ao PNAE no município de Guaraniaçu e como ele foi implementado após a reorientação feita no período de 2003-2015, e de que maneira os governos municipais fizeram a implementação dos alimentos provenientes da agricultura familiar na merenda escolar.

4.1.3 Campo de estudo

O campo de estudo desta pesquisa é o município de Guaraniaçu. O recorte temporal foi definido entre os anos de 2003 a 2015, em que tivemos em âmbito nacional, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2015), e em nível municipal os governos de Ana Neoli dos santos (2000-2008) e Juraci Ronaldo Cazella (2009-2016). A saber, a atual gestão municipal está sob responsabilidade do prefeito Osmário de Lima Portela (2017-2020).

Sobre a escolha deste recorte, buscamos nortear nossa pesquisa em torno das mudanças que ocorreram em âmbito nacional no PNAE, principalmente, após a aprovação da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, pois nos importa estudar os desdobramentos ocorridos na alimentação escolar após a sanção desta lei, especialmente no município em questão.

Dessa forma, o procedimento metodológico deste trabalho foi dividido em três etapas: a primeira etapa, compreendendo a pesquisa bibliográfica e documental; a segunda etapa envolveu a pesquisa de campo, observação e coleta de dados e a terceira etapa compreendeu o tratamento dos dados.

4.2 Primeira Etapa: pesquisa bibliográfica e documental

Para Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou

conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa bibliográfica e documental no decorrer desta pesquisa permitiu a compreensão e construção da base teórica necessária para fundamentar os tópicos abordados nesse estudo.

Sabe-se que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

As fontes primárias e bibliográficas usadas neste estudo compreenderam os documentos oficiais do governo, ligados ao MEC, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e MDS, a citar cartilhas, legislações de forma geral, além de artigos, dissertações e teses já publicadas sobre o tema. Buscou-se com estas fontes analisar o histórico dos programas de alimentação no Brasil e os programas de alimentação escolar implantados; o PNAE no contexto das políticas públicas, sua implantação e sua operacionalização e a trajetória histórica da agricultura e AF no Brasil. Também foram utilizados os documentos exclusivos da Secretaria Municipal da Educação de Guaraniaçu, como planilhas de custos, cardápios da merenda escolar, ata da Cooperativa, além de documentos relacionados ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município e demais materiais relevantes de apoio a esta pesquisa.

4.3 Segunda Etapa: pesquisa de campo, aplicação de questionários, entrevistas e observação de campo

4.3.1 Pesquisa de campo

Para Moresi (2003, p. 9), a pesquisa de campo é “uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. O autor destaca que a pesquisa de campo pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Neste caso, a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março a julho de 2018, no Município de Guaraniaçu, situado na região oeste do estado do Paraná. A coleta de dados ocorreu na Escola Municipal Jean Piaget – Ensino

Fundamental, que está localizada no Bairro Jardim Real, zona urbana do município e na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, localizada no Distrito de Guaporé, zona rural do município, ambas sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação do Município de Cascavel – PR. Também foi realizada pesquisa de campo no prédio onde os agricultores familiares se reúnem para realizarem as entregas de produtos da AF que se destinam para a alimentação escolar.

A escolha do município de Guaraniaçu para a realização da pesquisa se justifica em função de um vínculo afetivo, terra natal da pesquisadora e local de sua residência, o que viabilizaria a coleta de dados.

A seleção das escolas participantes desta pesquisa ocorreu de maneira intencional, visto que a escola do campo é a que se localiza mais distante fisicamente da zona urbana do município escolhido, em regime de dualidade com a escola estadual, e a escola da cidade pertence fisicamente ao bairro onde há maior presença de miséria e pobreza nas famílias residentes próximas à escola municipal.

4.3.2 Aplicação de questionários:

Foram aplicados questionários semiestruturados para a nutricionista responsável pela execução do PNAE no município de Guaraniaçu (APÊNDICE 02), e para a atual secretária da Educação, em exercício no cargo (APÊNDICE 03), ambos contendo 19 questões abertas e fechadas referentes ao tema de estudo.

Não foi realizada aplicação de questionário pré-teste e projeto piloto.

4.3.3 Roteiro de entrevistas:

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, coleta de dados, para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, sendo um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades. A entrevista é muito utilizada em pesquisas de campo.

Foram realizadas entrevistas individuais com as merendeiras, os agricultores familiares, a antiga secretária de Educação do município e a interlocutora da cooperativa.

As entrevistas com as merendeiras (APÊNDICE 01) foram realizadas nas próprias escolas onde elas trabalham. Foram duas merendeiras entrevistadas.

As demais entrevistas envolveram as seguintes pessoas: a antiga Secretária de Educação (2013-2016), cujo roteiro consta no APÊNDICE 03, num total de uma pessoa; os agricultores familiares cooperados da COOAFASG, de acordo com o APÊNDICE 04, pois estes são fornecedores do PNAE, num total de quatro agricultores familiares; e a interlocutora da Secretaria Municipal de Agricultura, que tem como função fazer a interface da COOAFASG com os projetos do PAA e PNAE no município em questão (APÊNDICE 05). As entrevistas foram necessárias a fim de encontrar todos os elementos que compõem as discussões que seguem neste estudo.

No total foram realizadas oito entrevistas. A entrevista com a Secretária antecessora a esta gestão se realizou no seu atual local de trabalho e as entrevistas com os agricultores e com a interlocutora ocorreram no local onde são feitas as entregas dos produtos para a merenda escolar.

Por questões de organização e logística, as entrevistas com os agricultores familiares foram realizadas às segundas-feiras, pois era o dia mais propício para encontrá-los fazendo as entregas. Elas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2018. O roteiro de entrevista dos agricultores familiares foi composto por 14 questões, das quais vamos relacionar apenas as mais relevantes, cujas respostas vem ao encontro com a categoria emergida na análise das entrevistas.

As entrevistas, portanto, se constituem em importantes instrumentos de pesquisa, por possibilitar a produção de conteúdos fornecidos diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo, ou seja, materiais que tanto podem ser objetivos quanto subjetivos e representam sempre diálogos. O entrevistador pretende com esse instrumento elucidar as informações pertinentes ao seu objeto de pesquisa (BITTENCOURT, 2011).

Gil (2008, p. 109) afirma que a entrevista é uma “forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.”

Segundo Minayo (2004, p.109),

[...] o que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

O roteiro de entrevista foi composto por questões abertas e fechadas que envolviam informações gerais relacionadas a dados pessoais e profissionais, características do entrevistado e questões relativas ao objeto do estudo. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. Cada entrevista durou em torno de 30 minutos.

Não foram aplicados neste estudo pré-teste e projeto piloto.

O quadro abaixo ilustra a amostra da pesquisa de campo.

Quadro 4. Amostra da pesquisa de campo.

Identificação do participante da Pesquisa	Quantidade
Entrevistas com Agricultores	4
Entrevistas com Interlocutor da A.F.	1
Entrevistas com Secretária da Educação (antiga)	1
Entrevistas com Merendeiras	2
Questionário com Nutricionista do PNAE	1
Questionário com Secretária da Educação (atual)	1
<i>Total</i>	<i>10</i>

Fonte: autora.

4.3.4 Observação

A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. É elemento fundamental para a pesquisa. A observação apresenta como principal vantagem a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação (GIL, 2008).

Segundo Gil (2008), o principal inconveniente da observação está em que a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos

observados, comprometendo a espontaneidade dos mesmos e produzindo, por ventura, resultados pouco confiáveis.

Por outro lado, para Günther (2006), o ponto forte da observação é o realismo da situação estudada, que fornece um indicador do nível em que as indagações estão para, a partir desta análise, se estruturar posteriores e complementares entrevistas. Outra função importante da observação é o pesquisador se familiarizar com o ambiente e conhecer os participantes em potencial (SHAH, 2006), pois as perguntas de posteriores entrevistas devem ser feitas com base nos estilos dos participantes da comunicação e como eles interagem uns com os outros.

Para Zanelli (2002), a observação atenta dos detalhes coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente. Por isto, a observação é mais adequada a uma análise de comportamentos espontâneos e à percepção de atitudes não verbais, podendo ser simples ou exigindo a utilização de instrumentos apropriados.

A pesquisa em questão se ateve à observação simples, definida como aquela em que o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação em que pretende estudar e observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem (GIL, 2008).

Quanto à participação do observador, a observação pode ser participante, quando existe a participação real com a comunidade ou grupo, e não participante, quando o observador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, ou seja, ele permanece de fora (GIL, 2008).

Nesta pesquisa, tomou-se como base a observação não participante, ou seja, foram realizadas observações durante as entrevistas realizadas e no decorrer das visitas nas escolas e no centro de comercialização permanente da agricultura familiar, porém sem interferência da pesquisadora.

4.4 Terceira etapa: tratamento dos dados

Com o trabalho de campo finalizado, partiu-se para as transcrições das entrevistas e tabulação dos questionários. Foi realizado tratamento estatístico nas

questões que possibilitaram traçar o perfil dos participantes da pesquisa (idade, sexo, tempo de participação na cooperativa etc.).

As respostas dos questionários foram analisadas sob a forma de análise de conteúdo na modalidade temática, de modo que as falas dos sujeitos fossem sistematizadas e agrupadas por grandes temas, denominadas categorias, para possibilitar identificar os elementos dos objetivos do estudo e por indivíduos.

Gomes (2002, p.70) explica que

a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

A análise de conteúdo na modalidade temática é uma técnica que avalia as comunicações, o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo

representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições das entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem (MINAYO, 2007).

Segundo Minayo (2007), esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações. Existem várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais destacamos: análise lexical, análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação. No entanto, será definida aqui a análise temática, porque, além de ser a mais simples, é considerada apropriada para as investigações qualitativas.

A análise na modalidade temática trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para Minayo (2007, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

De acordo com a mesma autora, operacionalmente, a análise temática ocorre em três fases:

- Pré-análise: organização do que vai ser analisado; exploração do material por meio de várias leituras; também é chamada de “leitura flutuante”.
- Exploração do material: é o momento em que se codifica o material; primeiro, faz-se um recorte do texto; após, escolhem-se regras de contagem; e, por último, classificam-se e agregam-se os dados, organizando-os em categorias teóricas ou empíricas.
- Tratamento dos resultados: nesta fase, trabalham-se os dados brutos, permitindo destaque para as informações obtidas, as quais serão interpretadas à luz do quadro (MINAYO, 2007).

4.5 Definindo as categorias temáticas

Nesta seção vamos apresentar os resultados provenientes da pesquisa e coleta de dados em campo, os quais serão apresentados por categorias, de acordo com as respostas reproduzidas durante as entrevistas.

Do total de participantes da pesquisa, foram nove mulheres e um homem. Todos os entrevistados residem no município e possuem relação direta com a agricultura familiar e com a alimentação escolar. Importante constar que a

participação na pesquisa foi feita mediante convite pela entrevistadora e todos consentiram em participar, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Conforme já mencionado, a interpretação dos resultados obtidos nas entrevistas e nos questionários foi realizada utilizando-se o método de análise de conteúdo na modalidade temática, de acordo com Minayo (2007). Inicialmente, foi realizada a leitura flutuante e a exploração de todo o material produzido nas entrevistas e nos questionários. Assim, identificou-se as categorias existentes nos discursos dos indivíduos, em razão da repetição de palavras ou termos reproduzidos pelos participantes. As categorias serão analisadas, uma a uma, no decorrer do capítulo V. A seguir serão descritas como as categorias foram sistematizadas.

4.5.1 Categorias Iniciais

As categorias iniciais configuram-se como as primeiras impressões sobre a realidade estudada. Elas resultaram do processo de codificação das entrevistas e dos questionários transcritos. Cada categoria compõe-se de trechos selecionados das falas dos entrevistados. Para separarmos as categorias, é importante enfatizar que não existem regras para a nomeação das categorias e para a determinação da quantidade de categorias relacionadas. Tais categorias estão pautadas nas narrativas dos entrevistados, referencial teórico e observações.

Desta forma, o quadro abaixo expressa as categorias iniciais que surgiram com base na primeira análise dos questionários e das entrevistas.

Quadro 5. Categorias iniciais

Categorias Iniciais
1. Melhoria da situação financeira
2. Aquisição de Bens
3. Permanecer no campo
4. Valor agregado do produto
5. Menos alimentos industrializados
6. Alimentos saudáveis e frescos
7. Menos aditivos químicos/artificiais
8. Produtos coloniais/artesanais
9. Alunos comem mais
10. Crianças se alimentam melhor
11. Aceitação dos alunos melhorou
12. Alguns alunos conhecem alimentos na escola
13. Itens regionais na merenda

Fonte: autora.

Com o objetivo de filtrar e condensar a análise dos dados, é necessário o agrupamento progressivo das categorias iniciais, que resultou na emergência das categorias intermediárias, as quais são apresentadas na sequência.

4.5.2 Categorias intermediárias:

As primeiras categorias foram criadas e nomeadas em conformidade com os dados que as constituíram. Infere-se aqui a subjetividade da pesquisadora ao conceder a identificação das categorias. As categorias intermediárias apresentadas nesta seção emergiram inicialmente do agrupamento das treze categorias iniciais.

No quadro a seguir estão ilustradas o processo de formação das categorias intermediárias, que foram agrupadas por semelhança de informações e complementariedade entre as categorias iniciais.

Quadro 6. Categorias intermediárias.

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
1. Melhoria da situação financeira	Evidencia a fala dos agricultores familiares quanto à venda de seus produtos para o PNAE.	I. Melhoria da Renda Familiar
2. Aquisição de Bens	Denota como os A.F. melhoraram suas condições de vida e passaram a adquirir mais produtos para a casa e família.	
3. Permanecer no campo	Denota que não precisam procurar emprego na cidade.	II. Relevância da Cooperativa no Município
4. Valor agregado do produto	Indica melhores preços para os produtos quando associados na Cooperativa.	
5. Menos alimentos industrializados	Evidencia a fala dos entrevistados quanto às mudanças no cardápio da merenda escolar.	III. Cardápio diversificado
6. Alimentos saudáveis e frescos	Denota a forma como os entrevistados consideram os alimentos da AF.	
7. Menos aditivos químicos/artificiais	Indica a forma como os produtos da AF são produzidos, no caso de massas e panificados.	IV. Melhoria da qualidade da merenda
8. Produtos coloniais/artesanais		
9. Alunos comem mais	Refere-se que a inserção de alimentos da AF propiciou melhor aceitação da merenda nas escolas	V. Melhor aceitabilidade da merenda
10. Crianças se alimentam melhor		
11. Aceitação dos alunos melhorou		
12. Alguns alunos conhecem alimentos na escola	Indica consumo de alimentos na escola que não estão acessíveis a todas as crianças.	VI. Regionalização de produtos na merenda escolar
13. Itens regionais na merenda	Refere-se aos produtos típicos da região inseridos na merenda escolar.	

Fonte: a autora.

4.5.3 Categorias finais:

As categoriais iniciais e intermediárias, apresentadas nos quadros anteriores, amparam a construção das categorias finais. Estas foram construídas com intuito de respaldar as interpretações e inferir os resultados, e representam a síntese do aparato das significações, identificadas no decorrer da análise dos dados do estudo. O quadro a seguir apresenta a formação das categorias finais:

Quadro 7. Categorias finais.

Categorias Intermediárias	Conceito Norteador	Categorias Finais
I. Melhoria da Renda Familiar	A venda de produtos para a merenda escolar por meio do PAA e PNAE favoreceu a melhoria da renda dos AF.	I – Cooperativismo e transformação familiar
II. Relevância da Cooperativa no Município	A união dos agricultores em forma de cooperativa fortaleceu a categoria	
III. Cardápio diversificado	Por meio da introdução de frutas, verduras e produtos integrais entre outros na merenda escolar	II – Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade
IV. Melhoria da qualidade da merenda	Com o uso de produtos mais naturais e saudáveis e menor uso de produtos industrializados	
V. Melhor aceitabilidade da merenda	Os estudantes apresentaram boa aceitação dos produtos da AF.	III – Formação de hábitos alimentares saudáveis
VI. Regionalização de produtos na merenda escolar	Uso de produtos sazonais e regionais	

Fonte: a autora.

As categorias finais que se formaram são:

I – Cooperativismo e transformação familiar;

II – Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade;

III – Formação de hábitos alimentares saudáveis.

São estas categorias emergidas na análise que iluminarão a análise e interpretação dos dados da pesquisa. No quadro abaixo apresentamos de forma sistemática uma síntese da progressão das categorias, que irão respaldar as interpretações deste estudo qualitativo.

Quadro 8. Progressão das categorias.

Iniciais	Intermediárias	Finais
1. Melhoria da situação financeira	I. Melhoria da Renda Familiar	I – Cooperativismo e transformação familiar
2. Aquisição de Bens		
3. Permanecer no campo	II. Relevância da Cooperativa no Município	
4. Valor agregado do produto		
5. Menos alimentos industrializados	III. Cardápio diversificado	II – Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade
6. Alimentos saudáveis e frescos		
7. Menos aditivos químicos/artificiais	IV. Melhoria da qualidade da merenda	
8. Produtos coloniais/artesanais		
9. Alunos comem mais	V. Melhor aceitabilidade da merenda	III – Formação de hábitos alimentares saudáveis
10. Crianças se alimentam melhor		
11. Aceitação dos alunos melhorou		
12. Alguns alunos conhecem alimentos na escola	VI. Regionalização de produtos na merenda escolar	
13. Itens regionais na merenda		

Fonte: a autora.

4.6 Aspectos éticos da pesquisa

Cumprir mencionar que todos os participantes desta pesquisa foram orientados quanto aos objetivos e benefícios desta, e consentiram com a participação por meio de assinatura do TCLE, modelo contido no APÊNDICE 06.

Importante evidenciar também que o Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob o número CAAE 78431717.8.0000.0107.

CAPÍTULO 5

A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU

Neste capítulo, será apresentada a implementação do PNAE no município de Guaraniaçu – PR. Para isso, será abordado acerca das características territoriais e sócio econômicas do município e das escolas selecionadas para a coleta de dados. Importa-nos também aprofundar o conhecimento a respeito da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu (COOAFASG), a qual atende ao público da merenda escolar do município, para, em seguida, apresentar e analisar os resultados da pesquisa.

5.1 Guaraniaçu: identificação, principais características e aspectos históricos

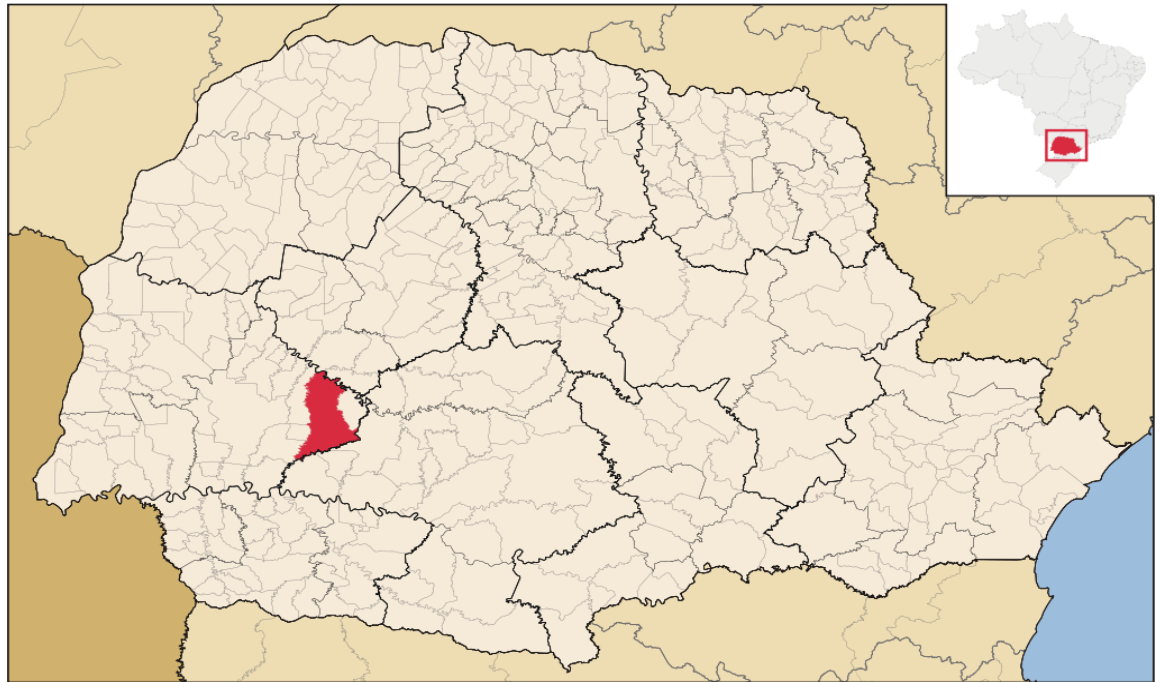
Guaraniaçu é um município paranaense, localizado na região oeste do estado (Figura 3). Foi criado pela lei nº 790, de 14 de novembro de 1951. É classificado como um dos maiores municípios do Paraná em extensão, possuindo 1.226 km² de extensão territorial. Faz divisas com Campina da Lagoa, Altamira do Paraná, Catanduvas, Campo Bonito, Ibema, Diamante do Sul e Nova Laranjeiras (WENUKA et al., 1996).

O município possui clima subtropical, quente e úmido no verão, frio com umidade no inverno, relativamente próximo do Trópico de Capricórnio, estando sujeito a variações do tempo, com ocorrências de geadas, secas e chuvas excessivas. Também possui muitas terras férteis, que favorecem a agricultura e o manejo de animais, sendo estas culturas muito presentes nas atividades econômicas do município. Os principais produtos cultivados na região compreendem o cultivo de soja, milho, trigo, arroz, feijão, além da mandioca e do algodão. Como atividade de pecuária destaca-se a criação de bovinos, suínos e avicultura (WENUKA et al., 1996). O Produto Interno Bruto (PIB) de Guaraniaçu em 2016 foi de

R\$348.043,73 (IBGE, 2016), e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M¹²) foi de 0,677, de acordo com o PNUD (PNUD, 2013).

Na figura abaixo podemos observar a localização exata do município de Guaraniaçu no estado do Paraná.

Figura 3. Localização do Município de Guaraniaçu no Estado do Paraná.



Fonte: Parana Municip Guaraniacu.svg (2006).

A população de Guaraniaçu é de 14.582 habitantes, segundo Censo do IBGE, realizado em 2010 (IBGE, 2010) e a densidade demográfica é de 11,9 hab/km² (IBGE, 2010).

O quadro a seguir mostra a população censitária do município de acordo com o tipo de domicílio e sexo, segundo os dados coletados pelo IBGE (2010).

¹²O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por três parâmetros: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Quadro 9. População do Município de Guaraniaçu, de acordo com o tipo de domicílio e sexo (Censo, 2010).

Tipo de Domicílio	Masculina	Feminina	Total
Urbano	3.703	4.101	7.804
Rural	3.560	3.218	6.778
Total	7.263	7.319	14.582

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

É notório observar que, de acordo com os dados do Censo 2010 que a população urbana é ligeiramente maior do que a população rural. Isso é consequência do êxodo rural ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, não somente no município de Guaraniaçu, como em várias regiões do Brasil. As pessoas migraram do campo para a cidade ou para outros municípios a procura de oportunidades de ingresso ao ensino superior e outras fontes de trabalho.

Vale lembrar também que, embora a atividade agropecuária predomine na arrecadação do município, Guaraniaçu possui um comércio bem estruturado, com lojas diversas na área de construção civil, supermercados, vestuário, agências bancárias, correio, lojas de atendimento agrícolas e veterinários, entre outros.

O turismo é pouco desenvolvido e na indústria, predominam as agroindústrias da agricultura familiar, uma madeireira, uma fábrica de pré-moldados, uma fábrica de produtos embutidos e um laticínio de armazenamento. Entre os serviços de saúde, constam dois hospitais, um da rede particular, um de atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma unidade de saúde da família no centro e cinco nos bairros, dois laboratórios de análises clínicas, Defesa civil e atendimento Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Atendimentos de alta complexidade são encaminhados para o município de Cascavel. O município conta também com inúmeros parques infantis, quadras poliesportivas, museu municipal, centro cultural, biblioteca municipal, celeiro do agricultor, centro do idoso e casa de abrigo para menores (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

A história do município de Guaraniaçu iniciou com a chamada Fundação da Colônia Militar do Iguazu, hoje a cidade de Foz do Iguazu. Esta região possuía muitas terras férteis e muitas fontes de riquezas naturais, que atraiu colonizadores vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais foram formando os primeiros povoados da região (GUARANIAÇU, 2018).

Com o crescimento das cidades no Estado do Paraná, em 1917 foi construída uma estrada que ligava Foz do Iguaçu à Guarapuava. Foi por meio desta estrada que surgiu a primeira vila de moradores de Guaraniaçu, chamada Rocinha, no ano de 1919, e posteriormente um outro povoado, denominado Mato Queimado, em 1920 (WENUKA et al., 1996).

Entre os anos de 1922 e 1925, esta região foi marcada por inúmeros combates entre as tropas legais e revolucionárias que formavam a Coluna Prestes. A passagem dos revolucionários no município ocorreu nas localidades chamadas de Mato Queimado Baixo, Rocinha, Belarmino e Medeiros, na época chamado Monte Medeiros. Os conflitos aconteceram nas localidades de Medeiros e Borman, onde estavam instaladas as tropas do exército que guerreavam contra os revolucionários. Tais confrontos causaram inúmeras mortes de ambos os lados. O município de Guaraniaçu possui até hoje vestígios das trincheiras, sendo que até alguns anos atrás possuía um cemitério onde os oficiais mortos foram enterrados. Nesse local, foi construída uma igreja. No Museu Histórico Municipal, há vários objetos que marcaram esta época, tais como: balas de canhões, de fuzil, punhais, e demais armas utilizadas nos combates (GUARANIAÇU, 2018).

As terras onde se iniciaram a colonização de Guaraniaçu pertenciam à Família Virmond de Guarapuava. Por volta de 1925, Rocinha e Mato Queimado destacavam-se por serem os mais povoados, e em 1926, na Rocinha foi instalado o primeiro estabelecimento Comercial de propriedade do Sr. Antonio Pacheco Queiroz (WENUKA et al., 1996).

Em 1937 foi construída a primeira escola do município, pelo Sr. Severino Modesto da Rosa, cujas aulas eram ministradas pelo seu filho Joaquim Modesto da Rosa, primeiro professor do município, que mais tarde deu origem ao nome de uma das escolas de Guaraniaçu: a Escola Municipal Joaquim Modesto da Rosa (WENUKA et al., 1996).

Durante um tempo, Mato Queimado e Rocinha disputaram a prefeitura e a sede do município. Foi por meio de aprovação unânime dos vereadores da época que a sede da Prefeitura foi instalada definitivamente na região chamada Planalto, onde está localizada até os dias de hoje (FERREIRA, 1999).

A criação do município se deu em virtude da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul. A instalação

O município recebeu nota 6 para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental em 2015. O IDEB é um indicador que mede a qualidade do ensino nas escolas públicas. O Brasil teve nota 5,8 nos anos iniciais no último IDEB realizado em 2017. A meta brasileira é atingir 6 pontos até o ano de 2022, nível correspondente aos dos países desenvolvidos (PARANÁ, 2019).

Diante deste dado, podemos afirmar que o município de Guaraniaçu já atingiu a média nacional, demonstrando que a qualidade do ensino ofertado nas escolas municipais é considerada satisfatória.

Reconhecidos os aspectos relevantes sobre o perfil educacional do município, focalizaremos, no próximo tópico, o histórico e as principais características das escolas participantes da pesquisa.

5.3 Perfil das escolas participantes da pesquisa de campo

Neste tópico, de modo mais detalhado, apresentar-se-á o histórico e a identificação das escolas selecionadas para essa pesquisa, as quais, como já mencionado, foram escolhidas de maneira intencional, devido suas características peculiares de localização e público atendido. Inicialmente, retrataremos a Escola Municipal Jean Piaget e, na sequência, a Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares. As informações citadas foram baseadas em consultas em documentos contidos no acervo das escolas.

5.3.1 Identificação e aspectos históricos da Escola Municipal Jean Piaget

A escola municipal Jean Piaget está instalada fisicamente no bairro Jardim Real, o mais pobre da cidade, concentrando inúmeras famílias em situação de miséria, desemprego e condições precárias de vida (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

O estabelecimento de ensino pertence à Rede Municipal de Ensino do município de Guaraniaçu, por meio da autorização de funcionamento nº 30/82, e oferece atendimento aos alunos moradores do bairro e de uma comunidade rural próxima, nas séries iniciais, do 1º ao 5º ano e pré-escolares, nível I e II, períodos

matutino e vespertino (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JEAN PIAGET, 2017).

A história do bairro Jardim Real e respectivamente da escola municipal Jean Piaget coincidem com a ocupação do município. De acordo com consulta ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, verificou-se que por volta de 1977, Guaraniaçu já apresentava certo nível de desenvolvimento comercial, econômico e social. Os povoados foram surgindo ao redor do município, e mais tarde viraram bairros, a exemplo o loteamento Jardim Real. Assim, para dar o suporte necessário às famílias que ali foram se instalando, surgiu a necessidade de escolas que atendessem os filhos dos moradores (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JEAN PIAGET, 2017).

Nesse sentido, a Escola Municipal Jean Piaget foi instalada devido a uma necessidade social e cultural. A Prefeitura Municipal alugou uma garagem no mesmo ano de 1977, a qual segundo relatos, era de péssima condição e mesmo assim, passou a funcionar ali a primeira escola do bairro Jardim Real, tendo como primeira professora a senhora Edil Araújo, a qual desempenhava as funções de professora, zeladora e diretora em classe multisseriada. Tal situação permaneceu assim durante um ano. Somente no ano seguinte, foi tomada a iniciativa de construir uma escola com prédio próprio e instalações adequadas. Assim, a partir de 1978, além de possuir instalações físicas próprias, a escola contava também com mais professoras, uma diretora e zeladora, cada qual em sua respectiva função (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JEAN PIAGET, 2017).

Com a Resolução Conjunta nº30/82, ficou criada a Escola Jean Piaget Ensino de 1º grau, autorizada a ministrar o ensino correspondente às 04 séries iniciais do 1º grau. Com esta resolução, ficou ratificada a validade dos atos escolares anteriores à resolução nº 30/82. Posteriormente, na Resolução nº 4.478/92 da Secretaria de Estado da Educação, a Escola Estadual Jean Piaget Ensino de 1º grau, por meio da municipalização do ensino das séries iniciais, passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Guaraniaçu (WENUKA et al., 1996).

Acompanhando o desenvolvimento do município, o público da Escola Municipal Jean Piaget cresceu notavelmente, necessitando a ampliação do prédio. No ano de 1997 foram construídas mais duas salas de aula, secretaria, cozinha, sala de professores e saguão. Com esta ampliação, a infraestrutura da escola ficou em

melhores condições, sendo possível ampliar a demanda de 100 para 200 alunos em média. Também, em função das adequações à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, a escola passa a denominar-se Escola Municipal Jean Piaget - Educação Infantil e Ensino Fundamental (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JEAN PIAGET, 2017).

A partir de 1996 a escola tornou-se núcleo de atendimento, recebendo, além dos alunos moradores do bairro, também alunos vindos do interior do município, das localidades denominadas de Boa Sorte e São Francisco dos Bertolini (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL JEAN PIAGET, 2017).

No ano de 2017, de acordo com informações da direção da escola, em função da diminuição do número de alunos por salas, ocasionado devido à migração das famílias para outras cidades, a escola recebeu somente alunos da localidade de São Francisco dos Bertolini.

Atualmente, estão matriculados 92 alunos na instituição, a qual tem no seu quadro de funcionários, seis docentes, uma diretora, duas zeladoras e uma merendeira.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa de campo de maneira informal, o perfil socioeconômico das famílias dos alunos frequentadores desta escola, a renda familiar encontra-se na faixa de até dois salários mínimos. A ocupação laboral dos familiares dos alunos matriculados envolve a empregabilidade no comércio, trabalhos domésticos, serviços de diarista e construção civil, além de atividades relacionadas à agricultura. Dos alunos matriculados, 6,52% residem na zona rural, 93,47% na zona urbana.

5.3.2 Identificação e aspectos históricos da Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares

A Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares teve sua fundação no ano de 1965, devido ao grande número de moradores na área rural da localidade do Guaporé, situada próxima ao Rio Piquiri. Além disso, o agrupamento de moradores está em uma região de difícil acesso aos serviços públicos, por estar distante cerca de 35 km da sede do município.

Nos documentos oficiais da escola, realizou-se uma consulta minuciosa e identificamos que a escola foi construída com uma sala de aula no lote 07, da quadra nº 40, do loteamento do patrimônio do Guaporé, iniciando seu funcionamento em 1966 com a denominação de Escola Isolada Alto Piquiri, fundada pelo prefeito da época, Olavo Della Torre. A primeira professora da escola foi Dalva Galloto (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES, 2017).

Em 1967, a escola foi ampliada e passou a denominar-se Escola Marechal Deodoro da Fonseca. Decorrente desse processo de ampliação e a fim de ofertar a continuidade do ensino, em 1972, além das turmas diurnas, criou-se a extensão do Ginásio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, funcionando com a autorização do 46º Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, com duas turmas noturnas, passando mais tarde a quatro turmas (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES, 2017).

Em 14 de novembro de 1975, foi inaugurada a nova escola que recebeu o nome de Grupo Escolar Otávio Folda em homenagem ao próprio Otávio Folda que foi patrono e fundador da escola, prédio este construído em convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e a Prefeitura Municipal de Guaraniaçu, com cinco salas (WENUKA et al., 1996).

A partir de 1976, mediante a extensão do Ginásio Estadual Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, foram construídas mais duas salas na escola e em 1992 foram concluídas mais quatro salas, também em convênio entre FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Guaraniaçu (WENUKA et al., 1996).

A resolução conjunta 06/82 de 12 de março de 1982 criou a Escola Otávio Folda, ensino de 1º grau, classificada como sendo de pequeno porte e com autorização para ministrar o ensino de 1º grau (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES, 2017).

Em razão do estado, por mudanças na legislação educacional, descentralizar a oferta do ensino das séries iniciais do ensino Fundamental, no ano de 1992, a escola passou a ser chamada de Escola Municipal Jânio Quadros, de acordo com a resolução 4.472/92 de 04 de dezembro de 1992. Posteriormente, em 1998, atendendo as exigências da LDB, o nome foi alterado para Escola Municipal Jânio

Quadros Educação Infantil e Ensino Fundamental (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES, 2017).

Em 09 de julho de 2001, a escola recebeu o nome de Escola Municipal Aracy Marques Linares, por meio de um projeto elaborado pelo Vereador Carlos Roberto Ferreira, também morador da região, em homenagem a uma professora da escola que faleceu vítima de câncer. Anos depois, a nova resolução nº 2235/2012, acrescentou para a denominação o termo campo, sendo então Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ARACY MARQUES LINARES, 2017).

Assim, identifica-se que a Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, localizada no Distrito de Guaporé, zona rural, a 35 km da sede do município, com acesso por estrada de terra, atende 70 crianças, sendo 18 delas matriculadas na pré-escola e 52 no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

O prédio escolar abriga ao mesmo tempo o Colégio Estadual do Campo Otávio Folda, da rede estadual de ensino, e a Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares. No caso do Colégio Estadual, ele possui turmas bisseriadas devido ao baixo número de alunos. Atualmente, existem 5 salas de aulas, porém somente quatro estão sendo utilizadas, para que a sala restante seja usada como uma biblioteca improvisada. O espaço conta com uma quadra poliesportiva, dividida também com os alunos da rede Estadual, secretaria, cozinha, estoque de alimentos e um laboratório de informática (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

A respeito dos recursos para merenda escolar, estes são administrados tanto pelo município de Guaraniaçu, quanto pelo Estado do Paraná.

Os estudantes frequentadores desta escola são filhos de trabalhadores dos grandes latifúndios de gado ao redor do distrito, com renda média de um a dois salários mínimos mensais. Em algumas épocas do ano há trabalho extra com remuneração pelo serviço prestado, diária ou empreitada, e em outras épocas, essas famílias vivem com os recursos dos programas assistenciais, como o Bolsa Família, para complementar a renda. Outros alunos são filhos de proprietários de pequenas áreas rurais, cuja atividade envolve sistema de integração de avicultura, possuindo renda variável de acordo com a venda dos lotes para as empresas frigoríficas. Dessa forma, 100% dos alunos que frequentam esta escola residem na zona rural (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

Os alunos utilizam transporte escolar municipal para chegar à escola, e várias crianças saem muito cedo de casa, devido as distâncias das fazendas e do trajeto dos ônibus. Assim, por meio de observação de campo, foi possível perceber que eles aguardam ansiosos na fila do lanche. Nota-se com isso, a importância da alimentação escolar em vários municípios brasileiros, como o caso de Guaraniaçu, em que a merenda escolar se tornou um atrativo para mantê-los frequentando a escola (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

Nesse sentido, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o PNAE no município de Guaraniaçu, iniciar-se-á a análise das categorias emergidas durante a tabulação dos dados da pesquisa de campo. As categorias serão examinadas uma a uma e interpretadas à luz das falas dos entrevistados na pesquisa de campo, em confronto com a teoria já publicada e com o referencial teórico.

5.4 Cooperativismo e transformação familiar

A Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu (COOAFASG) foi fundada oficialmente em 16 de janeiro de 2010. A entidade já possuía mais de dez anos e chamava-se Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu (AAFAMIG). A integração entre os produtores decorreu devido à necessidade de consolidar a venda direta de seus produtos para instituições e consumidores locais. Sua missão consistia na luta pela sobrevivência no meio rural de forma justa, solidária e com maior qualidade de vida. A cooperativa está constituída atualmente de cem famílias. A grande importância da Cooperativa no município se deve pelo incentivo à AF, que motivou a organização dos agricultores para produzir e comercializar seus produtos, promovendo tranquilidade ao associado e segurança para exercer seu trabalho (COOAFASG, 2010).

No município de Guaraniaçu a COOAFASG possui um centro de comercialização permanente de seus produtos. Este possui o nome comercial de “Celeiro do Agricultor”. Esta iniciativa beneficia tanto o agricultor por estar vendendo seu produto diretamente, sem atravessadores, bem como a população em geral que tem a possibilidade de adquirir produtos frescos e de boa qualidade direto do campo.

Como características desta cooperativa, destaca-se que 100% dos cooperados residem nas áreas rurais do município de Guaraniaçu, suas propriedades são objetos de transferência intergeracional no interior da família.

Entre os principais produtos comercializados pela COOAFASG estão produtos de hortifrútis em geral, com destaques para batata doce, batata, cabotiá, mandioca e hortaliças, ovos, panificados em geral, destacando pão integral, cuca colonial e pão caseiro colonial e diversas variedades de bolachas caseiras, massas frescas como macarrão, agnoline, torteli, além de peixes, embutidos como salames, linguiças, queijos variados, frango caipira, mel, melado, fubá, canjica, quirera, vinagre colonial, vinho e algumas peças de artesanatos produzidos pelos agricultores familiares do município.

A COOAFASG participa do PNAE desde a sua implantação no ano de 2010, vendendo seus produtos para a Secretaria Municipal de Educação, que são distribuídos na merenda escolar de todas as escolas do município, da zona urbana e rural. Também participa dos projetos do PAA, que neste município se destinam, atualmente, a maior parte também para a merenda escolar.

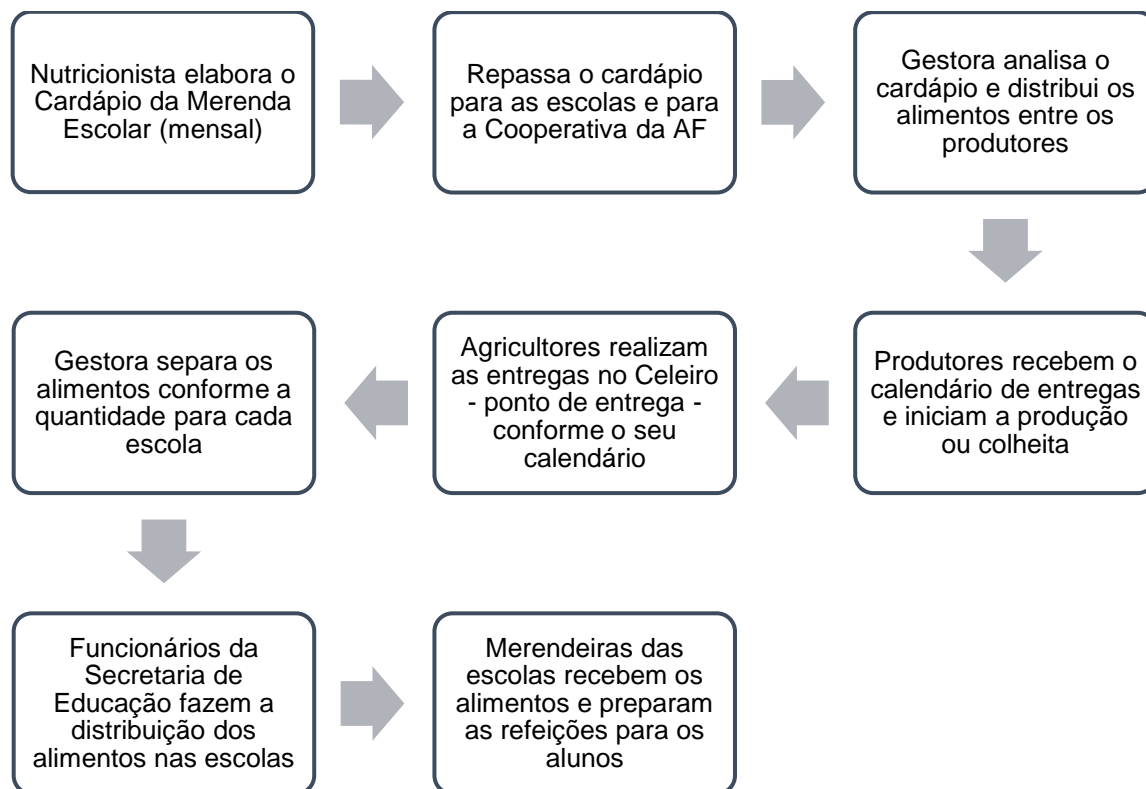
Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados quatro agricultores familiares associados à COOAFASG, todos com mais de sete anos de associação. Destes, três entrevistados eram do sexo feminino e um do sexo masculino. A idade dos entrevistados variou de 34 a 58 anos. Além do PNAE e PAA, a grande maioria dos cooperados vendem seus produtos no “Celeiro do Agricultor”.

A respeito do “Celeiro do Agricultor”, este é um prédio construído pela prefeitura e gerenciado por uma funcionária com formação em engenharia de alimentos, da secretaria municipal de agricultura. Além da venda dos produtos da AF para a comunidade em geral, este prédio serve como local de entrega dos produtos destinados à merenda escolar. Semanalmente, conforme calendário de entregas, todos os produtos dos agricultores familiares recebidos na cooperativa são inspecionados por esta funcionária e sua equipe, e separados de acordo com a quantidade solicitada para cada escola. Este trabalho também é acompanhado pela nutricionista do PNAE em semanas alternadas. A distribuição nas escolas e creches fica sob responsabilidade da secretaria municipal de educação, onde os alimentos são acondicionados e transportados em veículos próprios. Nenhum agricultor familiar realiza entregas diretamente nas escolas e CMEI's.

Os produtos da AF que são vendidos para o PNAE relatados nas entrevistas variam de pães caseiros e demais produtos panificados, como bolachas artesanais, cucas coloniais e pães integrais, além de massas como macarrão caseiro, macarrão integral, agnoline, mandioca, batata, batata doce, frutas sazonais diversas e verduras em geral, quirera, canjica, fubá, ovos caipiras, frango caipira, vinagre colonial, açúcar mascavo, entre outros.

O cronograma de entregas de produtos da AF para o PNAE é organizado conforme o cardápio elaborado pela nutricionista do PNAE, que repassa este para a gestora da Cooperativa. Esta, por sua vez, organiza a produção e distribuição dos insumos, para que todos os associados possam realizar suas vendas de forma igualitária e respeitando os produtos produzidos por eles. A gestora da Cooperativa também repassa aos produtores o calendário de entregas. Abaixo segue um esquema que ilustra a dinâmica de trabalho entre a cooperativa e Secretaria de Educação, quanto à distribuição dos produtos da AF.

Figura 4. Organograma de distribuição dos alimentos da AF nas escolas municipais de Guaraniaçu-PR.



Fonte: Organizado com base em informações transmitidas verbalmente pela nutricionista do PNAE.

De acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares, percebe-se em suas falas, que houve um processo de transformação familiar entre os cooperados, a partir da participação nos projetos do PAA e da venda de produtos para o PNAE, favorecida pela lei 11.947/2009, devido à necessidade de se incluir os alimentos da AF na merenda escolar. Quando questionados sobre o que havia mudado em suas vidas com a implantação destes programas, os agricultores familiares afirmam que estes programas contribuíram para a melhoria de renda de suas famílias, agregação de valor aos seus produtos, compra de bens para a propriedade e melhoria da situação financeira.

Tudo (referindo-se que melhorou tudo na sua vida). Que eu era uma pessoa que criei meus 7 filhos, não tinha nem lugar de dormir, depois que entrou a padaria, comecei tudo já, pude comprar as coisas, nem forro de cama não tinha, fui comprando tudo (...). (Entrevistado B, agricultora familiar).

A entrevistada se refere à sua produção de pães para o PNAE, onde ela produz em uma padaria agroindustrial coletiva, instalada na localidade onde reside.

Outro entrevistado também relata que a venda de seus produtos para o PNAE contribuiu para melhoria da situação financeira da família: *“Mudou bastante a situação financeira mesmo; bens que a gente conseguiu comprar, foi através dessa venda para a merenda, e a entrega aqui na Cooperativa” (Entrevistado A, agricultor familiar).*

Durante a pesquisa de campo foi percebido que a renda adquirida com a venda dos produtos da AF para a merenda escolar proporcionou aos agricultores familiares a aquisição de bens de consumo, que eles usam para seu trabalho e lazer. Foi relatado de forma informal que uma das agricultoras, quando iniciou a venda de seus produtos para o PNAE, realizava as entregas com uma bicicleta, único meio de transporte que possuía na época. Ao longo desses anos de trabalho, esta agricultora conseguiu adquirir seu carro próprio, que ela utiliza para trazer seus produtos de sua propriedade rural até a cidade (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

Tais relatos dos entrevistados se confirmam em Prezotto (2002), quando o autor afirma que a agroindústria familiar rural pode ser uma alternativa viável para reverter as condições sociais vivenciadas no campo, pois impulsiona, direta e indiretamente, novas alternativas de trabalho e renda. Fica evidenciado que para os entrevistados citados acima a participação no PNAE e PAA, contribuiu para a

inclusão socioeconômica dos agricultores familiares nas demais esferas econômicas do município. Isso porque, com o valor recebido pela venda de alimentos, as famílias agora têm poder de compra de outros produtos e serviços, condições que revelam o sentimento de valorização do trabalho que realizam.

O Censo Agropecuário, realizado em 2006 aponta a agricultura familiar como responsável por parte considerável do abastecimento alimentar nacional. Em 2006, o valor bruto da produção dos agricultores familiares foi de R\$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total (IBGE, 2006).

Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 13) apresentam um dado importante para a agricultura familiar. Os autores destacam que

74,4% dos agricultores recebem somente 15,0% do crédito agrícola, possuem apenas 24,3% da área agricultável, mas produzem 38,0% do Valor Bruto Anual de Produção. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e divide o resto da riqueza produzida. Do outro lado, o agronegócio fica com 85,0% do crédito agrícola, controla 75,7% da área agricultável, produz 62,0% do valor bruto e emprega apenas cerca de 25,60% das pessoas. É muita terra e pouca gente que fica com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária.

Costa (2013) também evidencia que estes números expressam a alta concentração fundiária no país. De fato, estes dados demonstram claramente as desigualdades na distribuição de crédito rural e a alta concentração de terras no Brasil, que produz alimentos em sua maioria, para consumo externo. Percebe-se, na contramão disso, que a agricultura familiar sobrevive e representa uma forma de superação destas desigualdades, necessitando que os governantes intensifiquem ações para o seu fortalecimento a fim de melhorar as condições de vida e manutenção das famílias no campo.

Quanto à participação na economia brasileira, Guilhoto et. al. (2007) apontam que a produção familiar não é somente um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos e de emprego para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas. Nota-se, na realidade pesquisada, que o valor adquirido pela venda de produtos é essencialmente aplicado no comércio local, em bens para consumo das famílias.

Cumprir mencionar pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e contratado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a qual revelou que somente em 2003, a agricultura familiar foi responsável por 10,1% do PIB do agronegócio, movimentando R\$156,6

bilhões. Em 2002, essa participação correspondia a 9,3%. O levantamento mostra ainda que o PIB da agricultura familiar cresceu R\$13,4 bilhões em 2003, o que representa 9,37% a mais do que no ano anterior. Os dados apontam que a agricultura familiar participou do *boom* do agronegócio dos anos 2000 e preservou seu papel de produtora comercial de produtos de alimentação (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2011, p. 47).

Turpin (2009) corrobora nesse sentido, ao afirmar que o consumo de alimentos advindos da agricultura familiar e de suas organizações pode ser uma possibilidade viável para inserir socialmente setores que foram excluídos ao longo da história do país, como é o caso dos agricultores familiares, uma vez que sua produção é consumida em nível local, gerando mais renda e mais emprego para os produtores.

A autora supracitada continua dizendo que a Lei 11.947/2009 e a Resolução 38 do FNDE estimulam a organização dos agricultores em associações ou cooperativas. Tornar-se parte de um grupo exige espírito de coletividade, confiança, aprendizado, companheirismo. A cooperação, o diálogo, entre eles deve superar o individualismo, que pode prejudicar o bem comum e o acesso a esse mercado (TURPIN, 2009). Estudo realizado no município de Concórdia-SC, a pesquisadora relata que para os agricultores familiares, o compromisso de entregar semanalmente os produtos da merenda escolar os profissionalizou, já que passaram a gerir melhor seu negócio. Além disso, o aprendizado levou a um fortalecimento da cooperativa de agricultores e estabeleceu uma aproximação com a administração municipal.

A fala reproduzida por Turpin (2009) também transparece em nosso estudo, uma vez que os agricultores familiares afirmam a importância da Cooperativa se manter em atividade e de forma consolidada. Indagados sobre o que mais consideravam importante em suas atividades, os agricultores familiares respondem:

Aquele ato cooperativista, solidário, que todos...tipo todo mundo 'tá' ali, todo mundo dá uma sugestão, digamos que companheirismo (Entrevistado D, agricultora familiar).

Mais importante assim [...] seria a cooperativa andar bem, é o principal, a união do pessoal para manter a cooperativa em pé (Entrevistado A, agricultor familiar).

A engenheira de alimentos e interlocutora da cooperativa vai mais além, dizendo que:

o cooperativismo é importante para a agricultura familiar, porque o agricultor familiar sozinho não consegue vender o produto dele. Ele tem dificuldade de vender o produto dele, e o produto dele, quando ele consegue vender, ele não consegue preço, e quando eles estão organizados em forma de cooperativa, nesse sentido eles são mais fortes, porque eles têm mais produtos, eles têm um leque de produtos melhor para vender e oferecer, e eles conseguem um preço melhor também (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos).

De fato, o agricultor familiar e/ou suas organizações são atores-chave para efetivar o processo de aquisição de produtos para a alimentação escolar. A legislação vigente do PNAE direciona os agricultores no sentido de organizar e investir na produção, na capacidade de atender à demanda das escolas, na necessidade da articulação com outros agricultores familiares sob a forma de associações/cooperativas, objetivando, assim, agregar valor aos seus produtos (BRASIL, 2009b).

Retomamos o estudo de Turpin (2009) dada sua relevância para esta situação, no que se refere a esse novo mercado aberto para o setor agrícola familiar, o qual exige um posicionamento diferenciado quanto à produção. Agora, é necessário que o produto seja adequado do ponto de vista nutricional, da qualidade e da quantidade. Além disso, os agricultores deverão adaptar-se a uma nova lógica de mercado, o chamado mercado institucional.

De acordo com Maciel (2008), mercado institucional é aquele que envolve as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo (creches, escolas, hospitais) ou as aquisições de caráter esporádico (aquelas que atendem às populações em casos de calamidade pública e as referentes às políticas de Estado e programas de governo).

Encontramos em Triches e Schneider (2010b, p. 942) a seguinte consideração:

essa política (PNAE) acaba por realimentar esse mercado, na medida em que constrói paladares para alimentos produzidos localmente, por terem características exclusivas e/ou apreciadas pelos futuros consumidores. Por isso, torna-se importante destacar que as contribuições dessa prática na construção de mercados para agricultores familiares locais e suas consequências: a escolha por formas de plantio e produção diferenciados, como os alimentos orgânicos e tradicionais, levando à promoção dessas estratégias; o incentivo à organização, à cooperação e à formalização; e a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e, provavelmente, o auxílio na diminuição do êxodo rural.

A afirmação dos autores vem ao encontro da fala de umas das entrevistadas, quando disse que os agricultores familiares

aprenderam a comercializar os seus produtos, porque antes o agricultor produzia só para o consumo, então ele aprendeu que ele tinha que padronizar, ele aprendeu que ele tinha que fazer rotulagem, ele aprendeu que ele tinha que construir a agroindústria, que ele precisava se legalizar perante a Vigilância Sanitária, então na verdade a merenda escolar ela foi um divisor de águas porque o produtor aprendeu a comercializar o produto dele. Essa foi a primeira parte. A segunda parte foi quando eles começaram a comercializar, viram que o produto deles tem um valor agregado, tem valor aquilo que eles produzem, e começaram a ver os benefícios, porque é um recurso que eles recebem, que eles podem investir na própria casa, na própria agroindústria, no conforto familiar mesmo, então a gente vê que as pessoas que continuaram vendendo nesse projeto tiveram um salto em relação à qualidade de vida mesmo (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos).

É notório também destacar que a realidade observada no município de Guaraniaçu não se estende a todos os municípios brasileiros, fato que deve ser olhado pelos gestores de todas as instâncias, haja vista os inúmeros benefícios que os alimentos da AF proporcionam quanto à qualidade da merenda produzida nas escolas e quanto ao desenvolvimento rural. Importa-nos observar que na bibliografia pesquisada, alguns municípios brasileiros apresentaram dificuldades para implementar essas adequações na merenda escolar.

Estudo realizado por Marques et al. (2014) no município de Araripe, no Ceará apontou dificuldades quanto aos pagamentos para os agricultores familiares, o que fez com que muitos produtores não quisessem mais participar do PNAE, por medo de não receber e não conseguir sustentar suas famílias.

Conforme já informado nesse estudo, o repasse das verbas federais é feito mensalmente aos municípios pelo FNDE, e cabe aos gestores a contrapartida para complementar os valores. Também é de responsabilidade dos gestores o bom uso do dinheiro público, não deixando de realizar os pagamentos aos produtores pelos gêneros alimentícios adquiridos para a merenda escolar. No caso de Guaraniaçu, nenhum agricultor familiar relatou problemas com falta ou atraso nos pagamentos. Portanto, o recurso financeiro destinado a adquirir os alimentos para o programa, inclusive da agricultura familiar, está disponível mensalmente nas contas dos municípios.

Estudo realizado por Costa, Amorin Junior e Silva (2015), em Minas Gerais, identificou como principais desafios para as cooperativas fornecerem seus produtos para a alimentação escolar questões relacionadas à assistência técnica, adequação

sanitária, gestão dos empreendimentos e logística no tocante ao acesso destas cooperativas aos mercados nos grandes centros do estado, principalmente nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia.

Nesse contexto, estudos como o de Saraiva e colaboradores (2013) sustentam que as entidades executoras (prefeituras ou secretarias de educação) precisam, entre outras questões, apropriar-se das realidades agrícolas locais e regionais para que o aluno tenha acesso aos diversos tipos de alimentos.

A lógica de comercialização do setor agrícola familiar é diferente das grandes empresas que são, historicamente, fornecedoras do PNAE. A agricultura tem estreita relação com os fatores climáticos, o que pode vir a demandar da gestão um melhor planejamento do tipo de produto, da sazonalidade dos alimentos e, conseqüentemente, de sua entrega nas escolas (SARAIVA et al., 2013).

Diante das exposições aqui realizadas, percebe-se a importância do cooperativismo para a consolidação da aquisição dos produtos da AF para o PNAE, uma vez que os agricultores organizados em cooperativa ou associações fortalece o trabalho do setor e garante o atendimento aos alunos. Não há dúvidas que o PNAE fortaleceu a agricultura familiar, ao garantir a compra dos seus produtos através de no mínimo 30% exigidos na legislação, além de agregar valor aos produtos, contribuiu para diminuir a pobreza no meio rural. O mínimo atingido pelo município de Guaraniáçu foi de 32,45%, em 2010, primeiro ano de execução da lei. O fato de a cooperativa da AF estar bem organizada e fortalecida é determinante para que a venda para o PNAE aconteça com regularidade. Destaca-se notavelmente a importância do gestor municipal em dar o impulso para o setor agrícola familiar, no âmbito local e regional. E, ainda, é de suma relevância uma maior fiscalização, à nível federal, para que outros municípios cumpram com a legislação e garantam os produtos da AF nas escolas públicas.

Quanto ao PAA, este foi de vital importância para a estruturação da COOAFASG. Porém ao longo dos anos após sua implantação, a grande maioria dos agricultores familiares optaram por participar mais do PNAE, conforme explica a interlocutora da Cooperativa, que atua nessa atividade há oito anos.

[...] o PAA ele é o 'divisor de águas' né, eu acho que foi o grande projeto que deu o incentivo para a AF no nosso município, inclusive através dele que a Cooperativa também conseguiu se estruturar, porque os produtores aprenderam a comercializar, porque no início desse projeto, o incentivo era

que o produtor vendesse o que ele tinha excedente na produção lá na propriedade [...] depois disso que ele começou a aprender a produzir para o mercado. No início desse projeto a gente tinha 90 famílias cadastradas, e 36 entidades recebendo produtos, então a gente tinha um fluxo muito grande. A maior parte do que era comercializado na cooperativa era para o PAA, hoje não, hoje já é bem diferente, hoje a maioria dos produtores não querem mais participar, por causa do preço né, o preço para este projeto é bem abaixo do que eles conseguem praticar no mercado (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos).

Ela continua explicando que, dos 90 produtores participantes, restaram cerca de 12 que ainda participam dos projetos do PAA no município. Ela salienta que o grande obstáculo para que os produtores se mantivessem nos projetos do PAA foram os baixos preços praticados, pois como eles aprenderam a comercializar seus produtos, aprenderam também a agregar valor a estes. Também continua dizendo que o PAA é um incentivo ao produtor familiar, mas não pode gerar dependência e muitos agricultores vendem no comércio local os mesmos produtos com valores maiores, o que gera maior renda.

Talvez por este motivo, durante a pesquisa de campo e nas entrevistas com os agricultores familiares, nenhum dos participantes relataram estar realizando entregas para o PAA atualmente, mas nos depoimentos alguns comentaram que já haviam participado dos projetos em anos anteriores.

Embora o PAA não seja formalizado em lei, nota-se sua importância como impulsionador para a estruturação das cooperativas da agricultura familiar. O grande diferencial do PNAE está na obrigatoriedade de 30% de compras da AF, que estimula as cooperativas a investir nos seus produtos, ampliando o mercado de compras. No caso do município a média de aquisição de produtos da AF foi de 64,83% no período de 2010-2017.

No quadro abaixo estão expressos os valores e o percentual de compra de gêneros alimentícios da AF para o PNAE de 2010 a 2017.

Quadro 10. Percentual de recursos financeiros destinado à compra de produtos da AF no município de Guaraniáçu/PR entre os anos de 2010 a 2017.

Ano	Total do valor gasto	Valor repassado/FNDE no ano	Valor investido pela Prefeitura/Contrapartida	Valor pago p/ AF	Porcentagem
2010	147.366,00	126.840,00	20.526,00	41.164,94	32,45%
2011	166.827,00	112.380,00	54.447,00	70.954,52	63,14%
2012	177.567,11	119.652,00	57.915,11	44.281,87	37,01%
2013	195.534,95	148.560,00	46.974,95	82.291,90	55,39%
2014	280.187,21	141.660,00	39.085,64	114.650,53	80,93%
2015	318.703,23	165.380,00	153.321,19	147.205,65	97,87%
2016	*346.211,40 + 10.905,00	164.504,92	187.967,40	156.086,79	87,30%
2017	345.836,87	160.584,00	193.740,00	103.695,13	64,57%

Fonte: Dados extraídos do site do FNDE em 09/06/2017.

OBS: cálculo da % paga p/ AF x 100: VL FNDE = %.

*Programa Brasil carinhoso.

Os dados apresentados no quadro acima são indicativos de que as alterações feitas ao longo dos anos no PNAE, principalmente após 2003, dão certo. Além disso, reforça o comprometimento que as gestões municipais tiveram em garantir alimentos mais saudáveis nas escolas da rede municipal de ensino, bem como manter o desenvolvimento da cooperativa da AF, que garante renda e desenvolvimento às famílias que residem no meio rural. Reforça mencionar que os dados de 2017 referem-se somente até o mês de junho, não correspondem ao período letivo total.

Em 2016, uma parte dos recursos foi enviada ao município por meio do Programa Brasil Carinhoso¹³, um programa do Governo Dilma Rousseff que consistia na transferência de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, SAN, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Os recursos deste Programa eram destinados para alunos de zero a 48 meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias fossem beneficiárias do PBF (FNDE, 2019). Em 2014 foram

¹³Cumprir mencionar que, em 2012, a presidente Dilma fez a expansão do programa, passando a atender crianças de sete a quinze anos (FNDE, 2019).

identificadas 707,7 mil crianças atendidas pelo programa e matriculadas em creches, indicando um aumento de 56% em relação ao ano anterior (2013) (FNDE, 2019).

5.5 Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade

No decorrer deste capítulo, identificamos o processo de implementação do PNAE no contexto de um município brasileiro. Assim, tornou-se proeminente conhecer a realidade do município de Guaraniaçu, identificar as características das escolas que foram escopo dessa pesquisa e a organização dos agricultores familiares em forma de cooperativa, para que possamos entender a função social da merenda escolar para as crianças que frequentam a escola pública. Espera-se que as considerações aqui levantadas representem para os leitores que tiverem contato com esse escrito, um brado para que os governantes incentivem e deem condições de uma merenda escolar de qualidade e em quantidade suficiente para suprir as necessidades alimentares dos estudantes.

Na atualidade, os conhecimentos sobre os benefícios de uma alimentação saudável são amplamente divulgados em diversas mídias. Trata-se de um direito fundamental que deve ser cobrado pela população. Desse modo, é propício destacar que um dos principais aspectos positivos que a Lei nº 11.947/2009 proporcionou aos municípios foi a possibilidade de ampliar e diversificar o cardápio da merenda escolar, que estava a muito tempo restrito a alimentos formulados, enlatados, semiprontos e extremamente industrializados, e que durante muitos anos sustentou as grandes empresas produtoras de alimentos em larga escala.

O incentivo dado à AF abriu a possibilidade de incluir alimentos regionais, frescos, produzidos de forma sustentável, que garantem aos alunos uma alimentação mais variada em gêneros e de melhor qualidade nutricional, pois possuem menos aditivos químicos prejudiciais ao paladar das crianças e à saúde.

No município de Guaraniaçu, desde que a lei 11.947/2009 passou a ser posta em prática, e também com a organização da COOAFASG, percebeu-se, durante a pesquisa de campo e durante as entrevistas que foram incluídos na merenda escolar uma gama de produtos regionais produzidos artesanalmente pelos agricultores: pão integral, pão caseiro, frutas diversas e regionais, como tangerina, laranja, abacaxi, entre outras, abóbora, batata, batata doce, mandioca, vinagre colonial, colorau,

doces de frutas coloniais, frango caipira, bolachas caseiras, açúcar mascavo, massas artesanais como macarrão e agnoline, ovos caipiras, fubá, canjica e quirera coloniais.

Por conseguinte, tais alterações feitas no cardápio da merenda escolar do município de Guaraniaçu reforçam o que está expresso na Resolução nº 26/2013 (BRASIL, 2013), cujo texto estabelece que as entidades executoras (secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais e as escolas federais) comprem no mínimo 30% dos gêneros alimentícios oriundos da AF, com o objetivo de fortalecer e incentivar sua produção, e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. A Resolução visa ainda, entre outros pontos, favorecer uma diversidade de produtos na alimentação escolar e estimular o consumo de alimentos da região (BRASIL, 2009b; SARAIVA et al., 2013).

Nesse sentido, em uma das entrevistas, a participante destaca as principais diferenças entre os produtos produzidos da AF e os produtos industrializados. Ela afirma:

são produtos totalmente diferentes, um produto industrializado ele foi produzido para ter uma vida útil, uma vida de prateleira de muitos meses, o produto que é da AF, que é um produto colonial, ele foi produzido com uma validade curta, e isso interfere também na saúde da pessoa, você vai deixar de consumir aditivos químicos e a longo prazo isso interfere na saúde da população em si, porque as crianças vão deixar de consumir produtos carregados de aditivos químicos. Então quanto mais produto da AF, melhor para as crianças, melhor para a saúde da população do município (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos).

Com base nas considerações levantadas, apresentamos, nas imagens seguintes, alguns produtos da AF que são produzidos pelos cooperados da COOAFASG, os quais foram entregues para a Secretaria Municipal da Educação de Guaraniaçu. Na ocasião, os produtos estavam sendo separados para, posteriormente, serem entregues nas escolas participantes do Programa.

Figura 5. Alimentos produzidos pela AF que vão para a merenda escolar no município de Guaraniaçu – PR.



Fonte: Imagens feitas durante a pesquisa de campo.

Adiante, ilustramos mais produtos da AF separados para serem entregues nas escolas.

Figura 6. Produtos da AF separados para serem distribuídos nas escolas municipais de Guaraniaçu.



Fonte: Imagens feitas durante a pesquisa de campo.

Os produtos da merenda escolar são separados de acordo com as quantidades para cada escola e são transportados em veículos próprios, adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação do município. Os veículos foram adaptados para esta função. As entregas acontecem semanalmente. Abaixo, uma imagem de um dos veículos que são usados para este transporte.

Figura 7. Veículo de transporte da merenda escolar para as escolas.



Fonte: Imagens feitas durante a pesquisa de campo.

De acordo com o que foi relatado pela nutricionista do PNAE em Guaraniaçu, a introdução de alimentos da AF exigiu maior carga horária de capacitação para as merendeiras, que precisaram de vários treinamentos para preparar os diferentes alimentos incluídos no cardápio das escolas, bem como capacitação sobre a qualidade com que os alimentos deveriam chegar até às cozinhas, como preservação das características organolépticas, produtos em processo de apodrecimento, entre outros aspectos sanitários. Os treinamentos foram ministrados pela nutricionista durante as semanas de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação. Também foram realizados cursos de capacitação com os agricultores familiares, sobre técnicas de rotulagens, embalagens e métodos de conservação de alimentos. Esse trabalho foi realizado em parceria com a EMATER do município que ministrou cursos e assessoramento para os produtores.

Quanto aos alunos, a nutricionista relata que foram realizadas palestras de educação nutricional nas escolas para conscientização sobre alimentação saudável

e para diminuir a rejeição de alguns alimentos, pois segundo ela “(...) *nossos alunos conhecem os alimentos dentro da escola (...)*”.

A profissional também descreveu, na ocasião da entrevista, a dificuldade em realizar o trabalho de educação nutricional nas escolas, pois muitas vezes, o trabalho administrativo sobrecarrega o profissional, que precisa atender a todas as escolas do município, do campo e da cidade, além dos CMEI's. Como o município conta com apenas uma nutricionista para atender toda a demanda da merenda escolar, ou seja 13 escolas e 06 CMEIs, num município que possui grande extensão territorial, em que muitas escolas do campo ficam afastadas a muitos quilômetros de distância da central da merenda escolar, entende-se que este trabalho é comprometido em meio as outras atividades desenvolvidas pela nutricionista do PNAE.

Nas visitas realizadas durante o trabalho de campo, também se observou que as escolas apresentam boa estrutura física em suas cozinhas, ambientes amplos para preparar a merenda, equipamentos em número suficiente para armazenar produtos perecíveis, armários em quantidades compatíveis com a quantidade de mantimentos. Esses aspectos são relevantes de serem mencionados, visto que os equipamentos em quantidades adequadas contribuem para que os produtos não pereçam facilmente, evitando o desperdício e perda de nutrientes dos alimentos.

Na Escola Municipal do campo Aracy Marques Linares a escola funciona em sistema de dualidade com a Escola Estadual do campo Octávio Folda. Nessa modalidade, tanto o município envia gêneros alimentícios para a escola como o Estado. Assim, a merenda escolar é preparada de forma alternada, ora com alimentos comprados pelo município, ora com alimentos comprados pelo Estado. Notou-se, por esta questão, que ainda predominam alimentos industrializados, como exemplo a polenta, ora feita com produto vindo da cooperativa do Município, ora preparada por farinha de milho vindo do Estado.

Na página eletrônica do Dia a Dia Educação, site da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, informa que para o ano de 2018 foram previstos 60 milhões de reais para atender as compras advindas da AF, para atender 1 milhão de alunos em mais de 2 mil estabelecimentos de ensino do Estado (PARANÁ, 2019).

No entanto, a merendeira responsável por preparar a alimentação na escola citada relatou que ainda não haviam recebido os produtos da AF comprados pelo estado e a entrevista foi realizada no mês de abril de 2018, mês em que o período

letivo já estava em curso. A funcionária informou que somente os produtos do município da AF haviam sido entregues para a escola. Ficou evidenciado por meio do depoimento, que na rede estadual é comum haver atrasos na entrega dos produtos da AF. Isso se deve ao fato de as chamadas públicas para os produtos da AF ocorrerem em nível de todo o estado, implicando em problemas de logística, como o relatado pela merendeira.

Enquanto na escola localizada na cidade, Jean Piaget, tal fato não foi observado, uma vez que as entregas de produtos da AF ocorrem semanalmente, pois são comprados pelo próprio município de Guaraniaçu, por meio da COOAFASG, com os repasses do governo federal e a contrapartida do município.

Cumprе mencionar que nas duas escolas visitadas durante a pesquisa de campo, observou-se no cardápio do dia a presença de alimentos da AF. Na escola do campo estava sendo servida fruta (maçã) e na escola da cidade estava sendo servida salada de alface e polenta, ambos da AF. Ocorre que, muitas vezes, nas escolas em que ocorre a dualidade na modalidade de ensino, os produtos da AF acabam sendo fornecidos pelo município.

Quanto a estes aspectos, a atual secretária de Educação do município relata em sua entrevista que

são adquiridos poucos itens de alimentos industrializados, como: extrato de tomate, óleo de soja, margarina, açúcar, sal, macarrão, arroz parboilizado e farinha de trigo. O macarrão e o arroz são adquiridos industrializados para completar o que é adquirido da Agricultura Familiar, que não consegue atender a demanda total desses produtos necessários para a merenda escolar no Município. Farinha de trigo é utilizada em pouca quantidade para confecção de massas de bolos para os CMEI's. Os demais itens industrializados, aqui citados, são utilizados em pequenas quantidades e nas preparações (Entrevistada F, Secretária da Educação).

Importante também elucidar que na escola municipal do campo Aracy Marques Linares são servidas em média 70 refeições ao dia e, na escola Jean Piaget, em média 90 refeições por dia. Ao todo o município de Guaraniaçu prepara refeições para mais de 1.400 alunos diariamente em todas as escolas.

Diante disso, é sublime destacar que a inserção de produtos da AF na alimentação escolar proporcionou o consumo de alimentos regionais e sustentáveis, movimentando a agricultura local e garantindo variedade de alimentos naturais nas escolas municipais.

Conforme identificado nas entrevistas e observado na pesquisa de campo, são notórias as mudanças ocorridas no cardápio das escolas e no tipo de alimentos oferecidos aos escolares. Há de se considerar, portanto, a dimensão do trabalho do profissional nutricionista no contexto da alimentação escolar, uma vez que a adequação do cardápio das escolas com produtos frescos, naturais, garantiu um aporte de nutrientes importantes para o desenvolvimento infantil, com alimentação rica em fibras e vitaminas, que previnem doenças na infância e na fase adulta.

5.6 Formação de hábitos alimentares saudáveis

Do “mergulho” e da compreensão realizados durante a pesquisa, verificou-se que somente no ano de 2008, o PNAE movimentou um montante na ordem de R\$1,6 bilhão, beneficiando mais de 36 milhões de crianças que fizeram pelo menos uma refeição ao dia.

O objetivo central do PNAE é “atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula e à formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizado e rendimento escolar”, mas tem como uma de suas diretrizes “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local” (BRASIL, 2006b).

Turpin (2009) considera o PNAE como o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, considerando o tempo de atuação, a continuidade, o compromisso constitucional desde 1988, o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados.

Em nossa pesquisa de campo, foi observado, tanto nas escolas visitadas, quanto por meio das falas dos entrevistados que a mudança na legislação do PNAE trouxe à tona mudanças no padrão alimentar e a introdução dos produtos da AF pôde contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos consumidores. A introdução de alimentos frescos, naturais, tradicionais da região, de sabores variados pode conquistar o paladar dos alunos e promover mudanças alimentares que irão levar para a vida adulta.

Nesse sentido, Triches, Foelich e Schneider (2011) afirmam que o ambiente é decisivo na formação de hábitos alimentares, e fundamental para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade.

Para Morgan e Sonnino (2010) o serviço de alimentação nas escolas é um termômetro do compromisso de uma sociedade com o desenvolvimento social porque atende um público jovem e vulnerável, cujos gostos físicos e modos de pensar ainda estão em formação.

Para tanto, a escola tem sido o grande local para abordar estas questões, uma vez que é nela que os alunos passam boa parte do seu dia e se alimentam ao menos de uma refeição. Por isso, esta refeição deve trazer benefícios para a saúde da criança e contribuir para a prevenção de doenças e obesidade. Nesse sentido, a inserção de alimentos da AF na alimentação escolar se tornou um eixo formador de bons hábitos alimentares, seja pela gama de produtos que podem ser oferecidos, seja pela forma como são produzidos.

Quanto aos alimentos da AF, uma das merendeiras entrevistadas comenta que os alunos “comem melhor, percebe-se que eles gostam mais” (Entrevistada J, merendeira).

Também referente a essa temática, umas das gestoras da Secretaria Municipal de Educação, que trabalhou durante quatro anos no setor, relata que [...] *quando a gente tinha aquelas sopas industrializadas, aquele cheiro forte, a maioria das crianças não gostava [...]* (Entrevistada E, antiga secretaria da educação).

Uma outra entrevistada relata:

o nosso maior exemplo é o consumo do pão integral né, que é uma coisa, que em vários municípios nem existe, e aqui existe há muitos anos e existe a aceitabilidade por parte dos alunos, porque também é trabalhado esta questão do cardápio né, então a gente tem vários itens, por exemplo o agnoline, que é uma coisa diferente e que é consumido aqui, é tudo da AF, então são itens que algumas crianças já consumiam no âmbito familiar e que elas passaram a ver e a consumir na escola. E isso é importante também (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos).

De fato, o modelo de compras para a alimentação escolar antes da sanção da lei 11.947/09 privilegiava produtos industrializados, formulados, em sua maioria, pobre em nutrientes ou enriquecidos de forma artificial. Além disso, não valorizava os alimentos regionais e sustentáveis, pois se tratava de cardápios padronizados, compostos por sopas semiprontas, enlatados e outros alimentos de rápido preparo,

muitos deles necessitando apenas de diluição. A grande maioria dos alimentos eram servidos cozidos, além do que, frutas e verduras não faziam parte destes cardápios. As empresas fornecedoras destes alimentos não se preocupavam com a questão nutricional e de saúde dos alimentos produzidos, apenas com o lucro obtido pelas vendas de grandes lotes.

A esse respeito, temos as afirmações de Spinelli e Canesqui (2002) quando salientam que, com a descentralização do PNAE em 1994, a gestão da alimentação escolar pelos municípios possibilitou o planejamento dos cardápios de acordo com a cultura alimentar das comunidades e a maior participação da sociedade civil, por meio dos CAEs no gerenciamento do Programa.

Oportunamente, vale mencionar uma pesquisa realizada por Triches e Schneider (2010b), em dois municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS), a qual demonstrou que a aquisição de alimentos da agricultura familiar veio muito antes da Lei 11.947/09. Após a descentralização, iniciaram-se as discussões sobre a qualidade dos alimentos ofertados nas escolas de Dois Irmãos, impulsionadas pelo preocupante diagnóstico nutricional de obesidade apresentado pelos alunos da rede municipal. Estas discussões resultaram em repensar a procedência e métodos de produção que providenciassem alimentos mais frescos, naturais, tradicionais e saborosos, que pudessem conquistar o paladar dos alunos para alimentos como frutas, verduras e gêneros menos processados, integrais e típicos da região. No município de Rolante (RS), o processo de compras licitatórias de alimentos da AF iniciou em 2004. Constatou-se que, em 2003, todo o valor alocado ao Programa de Alimentação Escolar de Dois Irmãos era utilizado na compra de gêneros alimentícios de atacadistas e varejistas. Já em 2009, passou-se a utilizar, cerca de 60% do total do recurso federal para aquisição de gêneros da agricultura familiar. Os exemplos dos municípios descritos demonstram a importância da coesão e da interação social local quanto a efetivação das políticas de alimentação escolar e incentivo da agricultura familiar.

Da mesma forma, o município de Guaraniaçu vem contribuindo para a efetivação destas políticas, uma vez que os valores dos recursos gastos com produtos da AF já ultrapassaram o limite mínimo de 30% exigidos pela lei 11.947/09. O município já conseguiu atingir 97,87%, em 2015, dos valores destinados para a merenda escolar com gêneros alimentícios adquiridos da AF do município, por intermédio da COOAFASG. Entre 2013 e 2017, a compra de produtos da AF

superou mais de 50% dos recursos aplicados para o Programa (vide quadro da página 111).

O caso dos municípios de Rolante e Dois Irmãos (RS), Triches e Schneider (2010b) confirmam que a efetivação da compra de alimentos para o programa de alimentação escolar de agricultores proporcionou mudanças nas práticas alimentares e nas concepções das crianças. O depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que elas atestaram maior frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade, melhor qualidade, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos.

Também em Guaraniaçu, o depoimento das merendeiras confirma a aceitabilidade dos alimentos da AF por parte dos alunos. Uma delas relata: *“Eu acho que os alunos gostaram mais da merenda; gostam mais quando vêm frutas, ficam mais faceiros (...) quando não vêm eles perguntam (Entrevistada I, merendeira).*

Outra merendeira afirma que os alimentos da AF são mais saudáveis: *“O agricultor que planta pouco, sem agrotóxico, eu acho maravilhoso. A salada é fresquinha, suculenta, no mercado a verdura não é assim, é murcha, não tem água. A gente compra no Celeiro e vê que a verdura é melhor (Entrevistada J, merendeira).*

Dessa forma, fica evidente que a inserção dos produtos da AF é um importante canal para a formação de hábitos alimentares saudáveis para as crianças que os consomem, e que essa formação irá se consolidar na escola.

De acordo com Triches (2015, p. 761), “se considerarmos que o público-alvo são crianças (escolares) que geralmente não têm o poder de decisão e são influenciadas em suas escolhas de consumo, evidencia-se ainda mais a importância desse controle”.

Ela continua afirmando que

hábitos, comportamentos e preferências adquiridos na infância são mais facilmente mantidos até a idade adulta, criando padrões que se tornam resistentes à mudança. Portanto, a alimentação nos primeiros anos de vida traz consequências não só para a saúde atual e futura, mas também influencia na manutenção ou mudança de determinados sistemas alimentares (TRICHES, 2015, p. 761).

A fala de Triches (2015) é muito pertinente ao contexto dessa pesquisa, pois a autora demonstra que o modelo econômico capitalista e de livre mercado moldou as práticas alimentares, o consumo e o tipo de produtos que são oferecidos somente

com a finalidade de obter lucro. Não há, por parte da indústria alimentícia, a preocupação com a saúde da população, a não ser que a própria saúde se torne mercado lucrativo.

A autora afirma ainda que a adesão indiscriminada a produtos industrializados não compromete apenas a qualidade nutricional da alimentação, pois, quando práticas alimentares tradicionais cedem lugar a gêneros frequentemente menos saudáveis, mais ricos em gordura e geradores de lixo, compromete-se também a sustentabilidade (TRICHES, 2015).

Dessa forma, considerando a escola como agente de mudanças e formação do indivíduo na sua totalidade, considera-se que a reestruturação do PNAE no período 2003-2015 contribuiu de forma efetiva para a mudança no perfil de alimentação dos escolares e na formação de hábitos alimentares saudáveis. Conforme apresentado, esses hábitos construídos na infância se projetam para a vida adulta.

Considerando-se também que o PNAE é a política pública de SAN de maior longevidade do país, sendo considerado atualmente como um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo (VASCONCELOS, 2005; PEIXINHO, 2011), ressalta-se que as alterações realizadas no período de 2003-2015 trouxeram maior notoriedade e importância para o Programa, e ao mesmo tempo, a garantia de pelo menos uma refeição ao dia para 42 milhões de alunos em todo o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No longo caminho percorrido para a realização deste estudo, objetivou-se analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a Agricultura Familiar, no Município de Guaraniaçu – PR, na escola Municipal Jean Piaget e na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, no período de 2003 a 2015. Neste capítulo final são trazidos os principais aprendizados adquiridos durante essa caminhada de descobertas, questionamentos e apreensões. Não se pretende com isso, esgotar o assunto, apenas trazer alguns elementos que norteiam a relação entre alimentação escolar e agricultura familiar.

Com base no que foi estudado ao longo deste trabalho e da análise do referencial teórico, foram discutidas inicialmente as implicações da chamada “Revolução Verde” no Brasil na década de 1950 e 1960, que trouxeram junto com a modernização da agricultura, sérias consequências sociais e ambientais, como o êxodo rural, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações e a utilização intensiva das máquinas em substituição ao trabalho humano.

Na sequência deste estudo, foram mapeados os programas de merenda escolar, e trouxemos como exemplo mais concreto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado no ano de 1955 e que sobreviveu ao longo de seis décadas alimentando milhões de crianças no Brasil, não de forma universal e sem a preocupação de uma alimentação saudável. No percurso histórico do PNAE, evidencia-se que a reestruturação ocorrida no Programa, no período de 2003 a 2015, reorganizou sua execução, aumentando os recursos e expandindo o atendimento para todos que estão matriculados, ao mesmo tempo em que passou a ter um olhar preocupado com a qualidade dos alimentos que estavam sendo servido nas escolas.

Nesse sentido, foi discutida a emergência da agricultura familiar, enquanto setor integrador para a alimentação saudável nas escolas, especialmente nas escolas estudadas. A relação da agricultura familiar com o PNAE surgiu em 2009, com a lei nº11.947, que instituiu para os estados e municípios a obrigatoriedade de que, no mínimo 30% dos produtos adquiridos para a merenda escolar sejam compostos por produtos da agricultura familiar.

Dessa forma, foi possível identificar o PNAE como um importante instrumento de SAN no contexto escolar, principalmente durante o período de 2003-2015, na medida em que os gestores públicos se preocuparam em estender o atendimento do Programa para todas as crianças matriculadas na rede pública de ensino, desde a educação infantil até à educação para jovens e adultos e inseriram o nutricionista como profissional habilitado para garantir que os alimentos sejam servidos nas escolas em quantidades e qualidades compatíveis ao desenvolvimento infantil. Não somente, ainda inseriram alimentos produzidos pela AF na merenda escolar.

Fica evidente nesse estudo que a lei nº11.947/2009 foi uma das principais medidas para tornar o PNAE um programa de alimentação escolar humanizado, na medida em que envolve diferentes atores para o seu desenvolvimento: agricultores familiares, nutricionistas, gestores, merendeiras, alunos. A execução dessa lei produziu efeitos positivos de melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar nas escolas Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, no período de 2003-2015. A exemplo citamos a inserção de produtos naturais, frescos, regionais, sem aditivos químicos, os quais são determinantes para uma alimentação saudável nas escolas e, conseqüentemente, na vida dos envolvidos. Em comparação, antes os alimentos preparados na merenda escolar constituíam-se de alimentos formulados, industrializados, semiprontos, “ricos” em sódio, gorduras e aditivos químicos maléficos à saúde humana. A partir da reformulação no PNAE ocorrida nesse período (2003-2015), a merenda escolar servida nas escolas públicas resultou em uma alimentação mais natural e sustentável.

Por meio das reflexões produzidas neste estudo, pode-se constatar que a execução do PNAE, no período de 2003-2015 contribuiu para a oferta de alimentos saudáveis para as crianças e para a SAN. A mudança na política promovida no período de 2003-2015, por meio da lei nº11.947/09, proporcionou diversificação no cardápio, alimentos mais saudáveis e menos industrializados, melhorou a qualidade da merenda escolar e o valor nutricional dos alimentos servidos, produzindo maior satisfação aos estudantes consumidores. Outrossim, garantiu a permanência dos agricultores familiares no campo, que se fortaleceram por meio das associações e cooperativas e garantem renda e sustento para suas famílias.

Analisando as definições fornecidas, verifica-se que as gestões municipais de Guaraniaçu vêm implantando o PNAE, após a reorientação ocorrida no período de 2003-2015, e atendem o proposto na legislação. Ao longo deste período, o município

vem cumprindo com o disposto na legislação. Conforme já visto no capítulo anterior, o município de Guaraniaçu já chegou a comprar até 97,87% dos alimentos da AF em 2015, por meio da parceria com a COOAFASG. Entre os anos de 2010 e 2017, o município apresentou média de compras de gêneros alimentícios da AF de 64,83%. Este valor está acima do exigido na lei nº 11.947/2009, que é de 30%. Tal dado demonstra o compromisso dos gestores públicos no fortalecimento da AF do município e com a COOAFASG, no sentido de que ela mantenha suas atividades e continue abastecendo o mercado da merenda escolar.

Assim, as considerações desencadeadas ao longo da pesquisa permitem ratificar a hipótese formulada de que a execução do PNAE, no período de 2003-2015 contribuiu para uma alimentação escolar saudável para as crianças e que o município de Guaraniaçu, em suas gestões, vem implantando o Programa, depois da reorientação desta política, como prevê a legislação.

Em tempo, registramos que o estudo apresentou algumas limitações, como: a dificuldade de acesso à escola do campo, devido as estradas rurais malconservadas, distância considerada desta escola do centro de distribuição da merenda escolar, impedindo maior número de visitas à escola. Reportamos que não foi possível entrevistar mais agricultores familiares, pois alguns foram convidados a participar e se recusaram pelo motivo de introversão e/ou insegurança. Por conseguinte, embora não fizesse parte do escopo desta pesquisa, mesmo que de interesse da pesquisadora, não foi possível realizar visitas nas propriedades dos agricultores familiares, devido às longas distâncias. Suponhamos, por má vontade política, a realidade que demonstramos em Guaraniaçu não se aplica a todos os municípios brasileiros. Conforme visto no caso de Araripe-CE e em alguns municípios mineiros, como Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia, há muitas falhas na execução do PNAE, como o atraso nos pagamentos aos produtores familiares e dificuldades de acesso das cooperativas em grandes centros urbanos. Para essas situações, são imperiosas medidas de maior controle do Estado na transparência do repasse dos recursos, bem como ações que garantam o desenvolvimento das cooperativas.

O PNAE tem todas as características para desempenhar suas funções em conformidade com os princípios de justiça e democracia, bastam existir diligência e empenho dos atores públicos. A lamentar, mesmo que o PNAE tenha sido considerado um importante instrumento de SAN, o atual cenário político brasileiro

vive um retrocesso de conquistas. As atuais medidas do Governo Jair Bolsonaro (2019), já nos primeiros dias de administração, a citar a Medida Provisória (MP) 870/2019, que extinguiu o CONSEA, colocam em xeque as políticas públicas de segurança alimentar que vinham sendo praticadas até o momento. O destino é incerto. Não se podem medir as consequências desastrosas que virão. Todas as ações que foram construídas para implantar políticas de acesso aos alimentos estão em perigo. Apesar de diversos órgãos brasileiros, como a Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN), a Abrasco e a Confederação Nacional de Nutricionistas, se manifestarem contrários a esta medida, o governo ignorou as notas de repúdio dos órgãos técnicos no assunto.

Por ocasião do encerramento deste trabalho, não pretendendo esgotar as possibilidades de reflexões sobre o tema, dada sua relevância, faz-se necessário destacar a importância do PNAE no campo das políticas públicas educacionais e de SAN. O cenário encontrado no município de Guaraniaçu indicou um processo de caminhada em direção ao entendimento da alimentação escolar sob uma perspectiva mais complexa, demonstrando um processo de transição da merenda que era usada com o objetivo exclusivo de combater a fome, desde a sua criação, em 1955 e décadas subsequentes, para uma concepção de alimentação de qualidade, adequada social, ambiental, cultural, e economicamente, com repercussão positiva dentro e fora do espaço escolar.

Esperamos com este trabalho ter levantado algumas considerações pertinentes sobre a alimentação escolar, incentivando para que outras pesquisas nesse campo sejam realizadas, devido aos vários questionamentos que a temática desperta. Almeja-se que esta pesquisa possa contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas de SAN e de fortalecimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (anais). Brasília, DF: PNUD, 1997a.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr/jun. 1997b.

ABREU, M. T. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.67, p.5-20, jul./set. 1995.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Propaganda alimento saudável. Disponível em:**
http://www.anvisa.gov.br/propaganda/alimento_saudavel_gprop_web.pdf. Acesso em: 02 ago. 2017.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, Mar. 2018.

AZEVEDO, F. F.; PESSOA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, Dec. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARLOW, S. E. Expert committee Recommendations Regarding the Prevention, Assessment, and Treatment of Child and Adolescent Overweight and Obesity: Summary Report. **Pediatrics**, n.120, p.164-192, 2007.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, n.15, v. 4, 2001.

BELIK, W.; SOUZA, L.R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 33, p.103-122, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são os assentamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 164 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Uma análise comparada das políticas de alimentação escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2011. Tese (Doutorado), 290 f.

BOSCHI, M. E. **Alimentação e educação, um direito infantil nas Américas**. Buenos Aires: Portal Educacional da Américas, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso: 02 Ago. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. s/d.a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programade-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 16 abr. 2017.

_____. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacaoescolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 2016b.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Lei de criação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 15 set 2006a.

_____. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **Resolução 32 de 10 de agosto de 2006**. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 10 ago. 2006b.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 2006c.

_____. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Políticas Públicas – Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008.

_____. Lei nº11. 947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 17 jun. 2009a.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2009b. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id4239.htm>. Acesso em 30 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. [Internet], Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/958.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2.ed - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015 FNDE. Brasília, 2016a.

_____. **Portaria MDA nº 17**, de 23.03.2010. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=221342>. Acesso em 30 mai. 2018.

_____. Secretaria de Governo. Presidência da República. **Brasil sem miséria**. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A; GUANZIROLI, C. E; Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, nº 10, p. 312–347, dez. 2003.

BURLANDY, L.; MALUF, R.S. In: **Nutrição em saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

CARDOSO, L. **PNAE faz balanço positivo da atuação em 2003**. FNDE: Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/121-pnae-faz-balan%EF%BF%BDo-positivo-da-atua%EF%BF%BD%EF%BF%BDo-em-2003?tmpl=component&print=1/>. Acesso em: 14 Mar 2018.

CARVALHO, P. H. “**Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**”. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, out, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o->

[%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar](#). Acesso em: 15 jun. 2018.

CARVALHOSA, C. S. **Análise da Política de Segurança Alimentar**: um olhar para a alimentação escolar como política social. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: SC, 27 a 29 de outubro de 2015.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; STROPASOLAS, V. L.; BÚRIGO, F. L. **Políticas públicas: o rural é mais que produzir!** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/1260.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CHAVES, L.G.; MENDES, P.N.R.; BRITO, R.R.; BOTELHO, R.B.A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr**, n.22, v.6, p.857-866, 2009.

COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Ipea, n.12, jan. /dez. 1995, p.1-17.

COIMBRA, M.,; MEIRA, J.F.P.; STARLING MBL. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC, INAE; 1982.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: A evolução do PAA [entre 2003 e 2014]**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Relatório da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2006.

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DE GUARANIAÇU. COOAFASG. **Ata da reunião realizada no dia 16 de janeiro de 2010**. Livro nº 01. p. 1-9.

CORRÊA, R. S.; ROCKETT, F. C.; ROCHA, P. B.; SILVA, V. L.; OLIVEIRA, V. R. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 22, v. 2, p. 563-574, 2017.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, mar. 2015.

COSTA, C. S.; et al. Comportamento sedentário e consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2015. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018.

COSTA, V. G. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma avaliação do PRONAF em dois assentamentos rurais da Mata Sul paraibana.** Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: 2013. 140 f.

CUNHA, F. A. D.; LIZARELLI, P. H. In: **Alimentação saudável e Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Paraná.** HAMERSCHMIDT, Iniberto (Org.) Curitiba: Instituto Emater, 2014. P. 121-146.

DALL'ACQUA, M. F. **Relações entre agricultura e indústrias no Brasil, 1930-1960.** *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 03, junho-setembro 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/19-4.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2018.

DELGADO, N. G. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial:** origens, instituições e significado. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche qualitative- Guide pratique.** Montreal: McGraw-Hill: 1991.

EDUCAHELP. **Revolução verde e o impacto social no Brasil.** Disponível em: <http://blog.educahelp.com/revolucao-verde-e-o-impacto-social-no-brasil/> Acesso em: 26 mai 2018.

FAO. **FAO no Brasil: Brasil em resumo.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em 26 jun. 2018.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24 p.

_____. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, ago. 1996.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FENELON, D. R. **50 Textos de História do Brasil:** São Paulo: Hucitec, 1974.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** 1. ed. Roma: International Land Coalition., 2012. v. 1. 62p.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios.** 3 ed. Cuiabá: Editora Memória do Brasil. 1999.

FETAESP. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo. **DAP: declaração de aptidão ao Pronaf.** Disponível em:

<http://www.fetaesp.org.br/novo/dap-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf/> Acesso em: 12 jun. 2018.

FIALHO, A.M.R. **Merenda escolar no Brasil: a ilustração da assistência como política social de lógicas contrárias**. Dissertação. Mestrado em Política Social – UNB. Brasília.1993.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar completa 62 anos de conquistas**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/10950-refer%C3%A2ncia-mundial,-o-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-completa-62-anos-de-conquistas>. Acesso em 02 ago. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Programa Brasil Carinhoso**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em: 22 jan. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba – SP, vol. 51, nº 1, p.045-068, Jan-Mar, 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade berta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GLOBO RURAL. **“Agricultores sofrem com a redução do Programa de Aquisição de Alimentos”**. Globo Rural, nov, 2017. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/11/agricultores-sofrem-com-reducao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, R. In: FERREIRA, S. D. MINAYO, M. C. S. (org.); **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Modernização dolorosa: estrutura agrária e fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Retratos de Assentamentos, n.13, 2010.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____; SABBATO, A. D.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza – CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUARANIAÇU. **História**. Disponível em: <http://www.quaraniacu.pr.gov.br/cidade/historia.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

GUILHOTO, J. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em 21 nov. 2017.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/jun 2006.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, dez. 2013.

HOYOS, C. J. C.; D'AGOSTINI, A. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 20, nº 35. Pp. 174-198. Jan-abr./2017.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=410930. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Belo Horizonte, 2006.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4109302>. Acesso em: 09 fev. 2019.

JESUS, E. L. **Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia**. In: Agroecologia, princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. AQUINO, M.A.; ASSIS, R.L. Brasília, DF: Embrapa, 2005. p. 21-48.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparações internacionais**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar: Do mito à realidade**. Vol. II. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

LIMA, M. G.; FERREIRA, M. E. M. C.; NEGRÃO, Glauco Nonose. **O espaço agrário paranaense: uma contribuição ao debate da agricultura capitalista.** In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: Orientación Gráfica Editora, 2009. p. 1-266.

LIMA, R. S.; LAUFFER, J. G. Reforma Agrária no sudoeste do Paraná: origem e situação atual do assentamento Missões. **AgEcon Search**, v. 01, p. 01-21, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MACEDO, A. Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo. **Hortaliças em Revista.** Brasília, Ano 3, n. 14, p.1-20. Set/dez. 2014.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos:** potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MALUF, R.S. & REIS, M.C. In: Rocha, Cecília (Org.) **Segurança Alimentar e Nutricional:** perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Org. Cecília Rocha, Luciene Burlandy e Rosana Magalhães. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

_____; _____. **Indicadores de SAN.** Material didático preparado para o curso Conceitos e Princípios de SAN – Projeto Construindo Capacidades em SAN. Toronto, Centre for Studies in Food Security/Ryerson University; Rio de Janeiro, Ceresan/CPDA/UFRRJ, 2005a.

_____; _____. **O conceito de SAN.** Material didático preparado para o curso Conceitos e Princípios de SAN – Projeto Construindo Capacidades em SAN. Toronto, Centre for Studies in Food Security/Ryerson University; Rio de Janeiro, Ceresan/CPDA/UFRRJ, 2005b.

MALUF, R.S. Alimentação, escola e agricultura familiar. Rio Janeiro, OPPA/UFRRJ, Boletim, n. 26, 2009.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARCONI, M. De A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, A. A., et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, dez. 2014.

MARZOYER, M; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo:** do neolítico a crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: NEAD, 2010.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MEDEIROS, L. Reforma agrária; MIN. AGRIC. Vade-mecum; **Revista Cahiers du Br. Contemp. (1995)**; **Revista Reform. Agrár.**; SENADO. Reforma (1963 e 1969).

MERRIAN, S. **Case study research in education: A qualitative approach**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.

MINATEL, J. F; BONGANHA, C. A. A Importância do cooperativismo e da agricultura familiar. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 4, n. 4, Mar. 2015, p. 247-259.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

_____; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, pp. 239-262, 1983.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Ano 9, nº 8. Janeiro/Junho de 2006.

MONDINI, L. et al. Prevalência de sobrepeso e fatores associados em crianças ingressantes no ensino fundamental em um município da região metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 1825-1834, 2007.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003.

MORGAN, K.; SONNINO, R. Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In: WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do Mundo**: transformando culturas – do consumismo à sustentabilidade. Bahia: UMA, p. 72-78. 2010.

NASCIMENTO NETO, M. P. do. **O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no município de Lagoa Seca-PB**: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual do Paraíba, Campina Grande (PB), 2012.

NEXO JORNAL LTDA. **Como o Brasil saiu do Mapa da Fome**. Nexo Jornal, jul, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>. Acesso em: 27 jun. 2018.

NOGUEIRA, R. M., et al. Sixty years of the National Food Program in Brazil. **Rev. Nutr.** [online]. 2016, vol.29, n.2, pp.253-267.

PAIVA, J.B.; FREITAS, M.C.S.; SANTOS, L.A.S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. **Rev. Nutr**, n. 25, v.2, p: 191-202, 2012.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, vol. 3, n.7, 1989.

PARANÁ. **DIA A DIA EDUCAÇÃO**. SEED. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/index.php>. Acesso em 27 jan. 2019.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. 2011. 133p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2011.

_____. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Cien Saude Colet**, n. 18, v. 4, p:909- 916, 2013.

PENA, Adolfo F. Alves. **Consenso de Washington**. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PEREIRA, M. C. B. **Dicionário da Educação do Campo**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, V.V.V.R.; BAZOTTI, A. Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento. **IPARDES**: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Nota técnica nº 16. Curitiba: IPARDES, 2010.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: Agricultura Familiar, Sindicalismo e Política**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011. 289 f.

_____. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

PIRES, M. L. L. S. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate**. In: LIMA, J. R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

_____. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias**. Rio de Janeiro, 2009.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares. Ensino Infantil e Fundamental, 2017.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Jean Piaget. Ensino Infantil e Fundamental, 2017.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 31, p. 133-153, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2013/07/29/atlas-brasil-2013-tabelas-complementares-para-avalia-o-dos-munic-pios-brasileiros.html>. Acesso em: 09 fev. 2019.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

REVISTA FORUM. Nações Unidas: Brasil superou o problema da fome. **Revista Forum**, set, 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/nacoes-unidas-brasil-superou-o-problema-da-fome/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RIBEIRO, K. Á. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI - Petrolina/PE. In: **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**, 2, ago. 2012. Brasília: SESCOOP, 2012.

RIBEIRO, Z. M. T.; SPADELLA, M. A. Validação de conteúdo de material educativo sobre alimentação saudável para crianças menores de dois anos. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 155-163, June 2018.

RUMIATO, A. C.; MONTEIRO, I. Contaminantes em alimentos e orientação nutricional: crítica teórica. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 19, n. 4, p. 574-577, ago. 2017.

SANTOS, F. F.; GARCIA, M. F. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Alto Sertão Sergipano: transformações e permanências na reprodução camponesa**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 5 – Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo. 2017.

SARAIVA, E. B; SILVA, A.N.F.; SOUZA, A.A.; CERQUEIRA, G. CHAGAS, C.M.S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. **Cien Saude Colet**. N. 18, v. 4, p:927-935, 2013.

SCARPARO, A.L.S., et al. Ações do centro colaborador em alimentação e nutrição do escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista HCPA**, v. 30, n. 3, p. 302-305, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In. FALEIRO, F. G.; FARIA NETO, A. L. de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre**

sociedade, agronegócio e recursos naturais. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.

SEBRAE. “**As principais diferenças entre associação e cooperativa**”. Sebrae Nacional, abr. 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 09 de mai. 2019.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. **Geografia Geral e do Brasil. Espaço geográfico e Globalização**. Editora Scipione. São Paulo, 1998.

SERRA, E. **Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou**. Bol. geogr., Maringá, v. 28, n.1. p 75-89, 2010.

SHAH, S. **Sharing the world: the researcher and the researched**. Qualitative Research, London, v. 6, n. 2, p. 207-220, 2006.

SIDANER E, BALABAN D, BURLANDY L. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. **Public Health Nutrition**: 16(6), 989–994. 2013.

SILVA L.I.L., CAMARGO, J.A., coordenador. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto da Cidadania; 2001.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica. N.1,v.17, 2015.

SILVA, D. B. P. **Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares**. Rio Claro (SP), Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, 2013.

SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr., 2014.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 289-304, June 2015.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. 2014.

SIQUEIRA R.L.; COTTA, R.M.M.; RIBEIRO, R.C.L.; SPERANDIO N.; PRIORE, S.E. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada

no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.19, v.1, p:301-310, 2014.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SOUZA, A.L.C.; MAMEDE, M.E.O. Estudo sensorial e nutricional da merenda escolar de uma escola da cidade de Lauro de Freitas-BA. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 69, n. 2, p. 255-260, 2010.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, Campinas - SP, v. 15, n. 1, p.105-117, jan.-abr. 2002.

STÉDILE, J. P. **Dicionário da Educação do Campo**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. Tese de Doutorado. São Paulo. 1997.

STOLARSKI, M. C. **Avaliação do Programa Merenda Escolar no Estado do Paraná. Monografia de especialização**. Curitiba, 2001.

_____. Caminhos da Alimentação Escolar no Século XXI: Histórico da Política Nacional e avanços na gestão do Paraná. In: **Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas escolas do Paraná**. Curitiba: Instituto Emater, 2014.

TAVARES, E. D. **Da agricultura moderna à agroecologia: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. Fortaleza: Banco do Nordeste: Embrapa, 2009. 264 p.

TEO, C.R.P.A.; MONTEIRO, C.A. M. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.** N. 25, v. 5, p: 657-668, 2012.

TRICHES, R. M. Promoção do consumo alimentar sustentável no contexto da alimentação escolar. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 757-771, dez. 2015.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, dez. 2010a.

_____; _____. Reconstruindo o "elo perdido": a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segur Aliment Nutr**, n. 17, v. 1, p: 1-15, 2010b.

TRICHES, R.M. FROEHLICH, E. **Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2, 2008, Porto Alegre (RS), Porto Alegre (RS): PGDR, 2008.

_____; _____; SCHNEIDER, S. **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2011.

TRISOTTO, F. **"Megacorte no Bolsa Família tira do programa mais de um milhão de beneficiários"**. Gazeta do Povo, Curitiba, ago. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/megacorte-no-bolsa-familia-tira-do-programa-mais-de-um-milhao-de-beneficiarios-9l4jnulse4op83f8jhj98m2b7/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALENTE, F. **O combate à fome e à desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação: um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável.**, 2001.

VALENTE, F.L.S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Rev Nutr**. n. 10, v.2, p: 20-36, 1997.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev Nutr**, n.18, v.4, p:439-457, 2005.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 128-141, mai.-dez. 1995.

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Rev. bras. epidemiol.** [online]. 2013, vol.16, n.1, pp.223-226. Ago 2017.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 37-57, maio-dez. 1995.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. p. 29-37.jul.dez. 2000. Editora da UFPR.

_____. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

WENUKA, M. I. Z.; TUSSI, I. G.; SANDRI, I. R. S.; LOPES, R. M. G. FERREIRA. F. **Município de Guaraniaçu.** Departamento Municipal de Educação. Guaraniaçu, 1996. (Apostila.)

WILKINSON, J.; A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 62-8, out. 2003.

Yin, R. (2005). **Estudo de Caso.** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas.** Estudos de Psicologia, v. 7, p. 79 - 88, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MERENDEIRAS DO PNAE

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa que tem como objetivo “Analisar o Programa da Merenda Escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniáçu”. Por você ocupar a função de merendeiro(a) em uma das escolas municipais selecionadas nesse estudo (Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares) gostaria que você respondesse a entrevista abaixo da forma mais sincera possível, pois os dados aqui coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, e isso não trará prejuízos ao seu ambiente de trabalho.

Data: ____/____/____ Número do Questionário: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome da Escola: _____

Nome do entrevistado: _____

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade:
 - () Não alfabetizado
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós Graduação
4. Estado civil () Casado () Solteiro () Outros
5. Reside próximo ao seu local de trabalho? () Sim () Não
6. Sua função na Merenda Escolar:

PARTE II – AVALIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

1. Há quanto tempo você trabalha na merenda escolar? _____ anos

2. Quais são suas principais atividades ao longo do dia de trabalho?
3. Você sabe o que é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?
4. Com que frequência a escola que você trabalha recebia os alimentos da agricultura familiar, nos anos de 2003 a 2016? Tinha alguma interrupção ou o fornecimento era contínuo? Explique.
5. Você tem conhecimento de como a Secretaria da Educação realiza a compra destes alimentos?
6. Você conhece alguma associação de agricultores aqui do município?
7. Antes da escola receber os alimentos da agricultura familiar, como era preparada a merenda nesta escola? Como eram os alimentos servidos?
8. Os alimentos da agricultura familiar vêm frescos? Na sua opinião, como é a aparência dos alimentos da agricultura familiar recebidos na escola?
9. Como é a aparência dos outros alimentos fornecidos para as crianças aqui na sua escola?

() Boa

() Ruim

() Péssima

Explique:

10. Quais foram as principais mudanças percebidas por você quando passaram a vir alimentos da agricultura familiar?
11. Você conhece algum produtor da agricultura familiar que fornece alimentos para esta escola?
12. Como você avalia a merenda escolar depois da introdução de alimentos da agricultura familiar? () Melhorou () Piorou () Não houve mudança
Por quê? _____
13. Os alunos gostam dos alimentos servidos que vêm da agricultura familiar?
() Sim () Não
Por quê? _____
14. Faça uma comparação entre os alimentos industrializados e os alimentos da agricultura familiar que são preparados para alimentação das crianças nesta escola.

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE 02 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA NUTRICIONISTA DO PNAE

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa que tem como objetivo “Analisar o Programa da Merenda Escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniãçu”. Por você ocupar a função de Nutricionista responsável pela alimentação escolar do Município, incluindo a Escola Municipal Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, gostaria que você respondesse a entrevista abaixo da forma mais sincera possível, pois os dados aqui coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, e isso não trará prejuízos ao seu ambiente de trabalho.

Data: ____/____/____ Número do Questionário: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade:
 - () Não alfabetizado
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós Graduação
4. Estado civil () Casado () Solteiro () Outros
5. Reside próximo ao seu local de trabalho? () Sim () Não

PARTE II – AVALIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

1. Há quanto tempo você trabalha como Responsável Técnica da merenda escolar neste Município? _____ anos
2. Quais são suas principais atividades desenvolvidas dentro do PNAE?

3. Com que frequência era distribuído às escolas que você trabalha os alimentos da Agricultura Familiar, nos anos de 2003 a 2016? Tinha alguma interrupção ou o fornecimento era

contínuo?

Explique _____

4. Como é o processo de compras dos alimentos que vêm da Agricultura Familiar?
5. Você conhece alguma associação de agricultores familiares aqui do município?
Qual? _____
6. Antes da escola receber os alimentos da agricultura familiar, como eram os alimentos comprados para a merenda escolar? Na sua opinião, quais são as consequências para o desenvolvimento infantil o consumo de alimentos formulados?
7. Quais foram as principais mudanças percebidas por você quando passaram a vir alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar quanto à aceitação dos alunos e da comunidade escolar?
8. Você conhece algum produtor da agricultura familiar que fornece alimentos para esta escola?

9. Você acredita que a venda de produtos da Agricultura Familiar para a merenda Escolar beneficiou as famílias que dependem deste trabalho? () Sim () Não
Por quê? _____
10. Como você avalia a merenda escolar depois da introdução de alimentos da agricultura familiar?
() Melhorou () Piorou () Não houve mudança
Justifique sua resposta. _____
11. Os alunos gostam dos alimentos que vêm da agricultura familiar?
() Sim () Não
Por quê? _____
12. Como você avalia a participação do CONSEA na política da merenda escolar, nos anos de 2003 a 2016?
12. Na sua opinião, a inserção de produtos da Agricultura Familiar trouxe melhorias significativas para a qualidade da merenda escolar do Município de Guaraniaçu? Explique sua resposta.

13. Faça uma comparação entre os alimentos industrializados ou formulados e os alimentos da Agricultura Familiar que são preparados para alimentação das crianças neste Município.

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE 03 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTOR DO PNAE

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa que tem como objetivo “Analisar o Programa da Merenda Escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniaçu”. Por você ocupar (ter ocupado) a função de Gestor da Merenda Escolar nas escolas municipais selecionadas nesse estudo (Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares) gostaria que você respondesse a entrevista abaixo da forma mais sincera possível, pois os dados aqui coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, e isso não trará prejuízos ao seu ambiente de trabalho.

Data: ____/____/____ Número do Questionário: _____

Nome do entrevistador: _____

Local onde Trabalha: _____

Nome do entrevistado: _____

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade:
 - () Não alfabetizado
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós Graduação
4. Estado civil () Casado () Solteiro () Outros
5. Reside próximo ao seu local de trabalho? () Sim () Não

PARTE II – AVALIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

1. Há quanto tempo você trabalha (trabalhou) com a merenda escolar? _____ anos
2. Quais são (eram) suas principais atividades relacionadas à Merenda Escolar do Município?
3. Com que frequência o Município de Guaraniaçu recebe (recebia) os alimentos da Agricultura Familiar nas escolas, durante a sua gestão? Tem (tinha) alguma interrupção ou o fornecimento é contínuo? Explique.

4. Com que frequência o Município de Guaraniaçu realiza (realizou) as compras de alimentos da Agricultura Familiar na sua gestão?
5. Como é (era) o processo de compras dos alimentos da Agricultura Familiar durante sua Gestão? _____
6. Você conhece alguma associação de agricultores aqui do município? _____
7. Antes das escolas receberem os alimentos da Agricultura Familiar, como era preparada a merenda? Como eram os alimentos servidos? _____
8. Na sua opinião, os alimentos da Agricultura Familiar servidos nas escolas são (eram) de boa qualidade? _____
9. Como é (era) a aparência dos outros alimentos fornecidos para as crianças aqui na sua escola?
() Boa () Ruim () Péssima
Explique: _____
10. Quais foram as principais mudanças percebidas por você quando passaram a vir alimentos da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar?
11. Você conhece (conheceu) algum produtor da agricultura familiar que fornece (forneceu) alimentos para esta escola? _____
12. Como você avalia a Merenda Escolar depois da introdução de alimentos da Agricultura Familiar?
() Melhorou () Piorou () Não houve mudança
Por quê? _____
13. Os alunos gostam (gostavam) dos alimentos servidos que vêm da agricultura familiar?
() Sim () Não
Por quê? _____

14. Faça uma comparação entre os alimentos industrializados e os alimentos da agricultura familiar que são preparados para alimentação das crianças nas escolas do Município.

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE 04 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTOR FAMILIAR

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa que tem como objetivo “Analisar o Programa da Merenda Escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniãçu”. Por você ocupar a função de Fornecedor (agricultor familiar) da Merenda Escolar nas escolas municipais selecionadas nesse estudo (Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares) gostaria que você respondesse a entrevista abaixo da forma mais sincera possível, pois os dados aqui coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, e isso não trará prejuízos ao seu ambiente de trabalho.

Data: ____/____/____ Número do Questionário: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Localidade onde mora: _____

PARTE II – AVALIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

1. Qual a sua atividade na agricultura familiar? _____
2. Há quanto tempo você trabalha com esta atividade? _____ anos
3. Quantas pessoas moram na propriedade? _____
4. Quantas pessoas dependem desta atividade? _____
5. O que mudou na sua vida depois que começou a entregar alimentos para a merenda escola? _____
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas por você na sua entrega dos produtos?

7. Você é um associado da COOASFAG? () Sim () Não
8. Há quanto tempo? _____
9. O que você considera mais importante na sua atividade?

10. Faça um pequeno relato das suas atividades na propriedade. _____

11. O que você precisa comprar para fazer seus produtos para a venda para a merenda Escolar? O que você produz na própria propriedade?

12. Se não houvesse o PNAE, como seria sua vida na propriedade rural?

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE 05 - QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa que tem como objetivo “Analisar o Programa da Merenda Escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniáçu”. Por você ocupar a função de Gestor Municipal da Agricultura familiar/PAA no Município de Guaraniáçu que fornece alimentos para o PNAE do Município, incluindo a Escola Municipal Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, gostaria que você respondesse a entrevista abaixo da forma mais sincera possível, pois os dados aqui coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, e isso não trará prejuízos ao seu ambiente de trabalho.

Data: ____/____/____ Número do Questionário: _____

Nome _____ do
entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Sexo () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade:
 - () Não alfabetizado
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós Graduação
4. Estado civil () Casado () Solteiro () Outros
5. Reside próximo ao seu local de trabalho? () Sim () Não

PARTE II – AVALIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

1. Há quanto tempo você trabalha fornecendo alimentos para a merenda escolar neste Município? _____ anos
2. Quais são suas principais atividades desenvolvidas dentro da Cooperativa/Celeiro do Agricultor? _____

3. Quais são os principais projetos que a Cooperativa está apta a participar? Destes quais vocês participam? _____

4. Quais os principais critérios que os agricultores precisam cumprir para poder comercializar seus produtos para a merenda escolar do município?

5. Quantos agricultores estão associados e ativos hoje na Cooperativa?

6. Desde que iniciou a venda de alimentos da Agricultura Familiar para a merenda escolar do município, houve algum momento que foi interrompido? Se sim, qual a principal causa?

7. Quais as principais dificuldades enfrentadas hoje pela Cooperativa?

8. Quais as principais vantagens para os agricultores a forma de associação em Cooperativa?

9. Fale um pouco sobre o PAA e a importância econômica e social que ele representa para os agricultores que fazem parte dele?

10. Fale um pouco sobre o PNAE e importância econômica e social que ele representa para os agricultores que fazem parte dele?

11. Na sua opinião, qual a atuação dos Governos Lula e Dilma na promoção de programas de incentivo à Agricultura Familiar? Foi positiva ou negativa e por quê?

12. Após o *impeachment* da presidente Dilma, vocês perceberam mudanças ou interrupções na política de incentivo à Agricultura Familiar? Se sim, quais as mudanças percebidas?

13. Como você analisa a Política de incentivo à Agricultura Familiar no atual governo Federal?

14. Como você analisa a Política de incentivo à Agricultura Familiar no atual governo Municipal?

15. Quais foram as principais mudanças percebidas por você para os agricultores depois que passaram a fornecer seus produtos para a merenda escolar?

16. De que forma a interrupção de programas de incentivo à Agricultura Familiar podem prejudicar as famílias que dependem deste trabalho?

17. Na sua opinião, a inserção de produtos da Agricultura Familiar trouxe melhorias significativas para a qualidade da merenda escolar do Município de Guaraniaçu? Explique sua resposta.

18. Como você avalia a participação dos órgãos responsáveis (CONAB, MDS, etc.) pela Política de incentivo à Agricultura familiar?

19. Faça uma comparação do que você entende sobre o consumo de alimentos industrializados ou formulados pelos alunos e os alimentos da Agricultura Familiar que são preparados para alimentação das crianças neste Município do ponto de vista nutricional.

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE 06 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação



*Aprovado no Comitê de Ética em
Pesquisa – CEP CONEP em
04/08/2000*

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos governos Lula e Dilma e sua difusão no Município de Guaraniáçu: um estudo de caso.

Eu, Bruna Cassol, telefones (45) 3232-2504 e (42) 9-9953-6272, convido você a participar da minha pesquisa que tem o objetivo de analisar o Programa da merenda escolar nos governos de Lula e Dilma no Município de Guaraniáçu-PR, na Escola Municipal Jean Piaget e Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares.

Esperamos, com este estudo, explicar para a comunidade escolar sobre a importância de consumir alimentos mais saudáveis, menos industrializados, com menos adição de produtos químicos, e que os hábitos alimentares devem se iniciar já na infância, como também esclarecer sobre a importância social e econômica da agricultura familiar para muitas famílias que dependem desta atividade. Para tanto, convido-o(a) responder algumas perguntas que lhe serão feitas sobre o trabalho que você desenvolve nesta escola, suas principais atividades, e seu ponto de vista sobre a merenda escolar fornecida na escola. Será realizada uma entrevista com questões abertas e semiabertas, na qual as respostas serão gravadas e transcritas integralmente.

Durante a execução do projeto poderá haver qualquer tipo de constrangimento ou desconforto, entre outros, e, neste caso a pesquisa será interrompida. No caso de ocorrer situações adversas com você durante o desenvolvimento desta pesquisa, todo atendimento será prestado pelo pesquisador, seja de natureza de emergência, ou acompanhamento psicológico. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas para fins científicos. Você também não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento,

you can contact the researchers by the phones mentioned above or the Ethics Committee by the number 3220-3092.

This document will be signed in two copies, one of which will be handed to the subject of the research.

I declare that I am aware of the above and wish to participate in the research.

Name of the interviewee: _____

I, Bruna Cassol, declare that I provided all the information of the project to the participant and/or responsible.

Guaraniaçu, ____ de _____ de _____.